



RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, aprovada pela Portaria CGU nº 1.950/2007, com a Instrução Normativa TCU nº 47/2004 e a Decisão Normativa TCU nº 85/2007, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2007.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo **0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0750 – Apoio Administrativo**, no exercício de 2007. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da **1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal**.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão – 2007, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2007 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2007 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração da Superintendência. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JR
Superintendente Regional

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO.....	pág. 07
2.	RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	pág. 08
	2.1. Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas.....	pág. 08
3.	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO.....	pág. 25
	3.1. Diminuição do número de acidentes registrados, de feridos graves/leves e de mortos.....	pág. 25
	3.2. Reforçar as ações de combate à criminalidade.....	pág. 25
	3.3. Modernizar a infra-estrutura das unidades operacionais.....	pág. 26
4.	GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES	pág. 73
	4.1. PROGRAMA.....	pág. 73
	4.1.1. Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	pág. 73
	4.1.1.1. Dados Gerais.....	pág. 73
	4.1.1.2. Principais Ações do Programa.....	pág. 73
	4.1.1.3. Gestão das Ações	pág. 73
	4.1.1.3.1. Ação: 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.....	pág. 73
	4.1.1.3.1.1. Dados Gerais	pág. 73
	4.1.1.3.1.2. Resultados	pág. 76
	4.1.1.3.2. Ação: 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação.....	pág. 76
	4.1.1.3.2.1. Dados Gerais	pág. 76
	4.1.1.3.2.2. Resultados	pág. 78
	4.1.1.3.3. Ação: 7061- Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária.....	pág. 79
	4.1.1.3.3.1. Dados Gerais	pág. 79
	4.1.2. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	pág. 79
	4.1.2.1. Dados Gerais.....	pág. 79
	4.1.2.2. Principais Ações do Programa.....	pág. 79
	4.1.2.3. Gestão das Ações	pág. 80
	4.1.2.3.1. Ação: 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal.....	pág. 80
	4.1.2.3.1.1. Dados Gerais	pág. 80
	4.1.2.3.1.2. Resultados	pág. 81
	4.1.2.3.2. Ação: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais.....	pág. 82
	4.1.2.3.2.1. Dados Gerais	pág. 82

4.1.2.3.2.2	Resultados	pág. 85
4.1.2.3.3.	Ação: 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.....	pág. 85
4.1.2.3.3.1	Dados Gerais.....	pág. 85
4.1.2.3.3.2	Resultados	pág. 86
4.1.2.3.4.	Ação: 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal.....	pág. 86
4.1.2.3.4.1	Dados Gerais	pág. 86
4.1.2.3.4.2	Resultados.....	pág. 88
4.1.2.3.5.	Ação: 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais.....	pág. 88
4.1.2.3.5.1	Dados Gerais.....	pág. 88
4.1.2.3.5.2	Resultados.....	pág. 89
4.1.2.3.6.	Ação: 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais	pág. 89
4.1.2.3.6.1	Dados Gerais.....	pág. 89
4.1.2.3.6.2	Resultados.....	pág. 90
4.1.2.3.7.	Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	pág. 92
4.1.2.3.7.1	Dados Gerais.....	pág. 92
4.1.2.3.7.2	Resultados.....	pág. 93
4.1.2.3.8.	Ação: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública.....	pág. 93
4.1.2.3.8.1	Dados Gerais.....	pág. 93
4.1.2.3.9.	Ação: 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas.....	pág. 93
4.1.2.3.9.1	Dados Gerais.....	pág. 93
4.1.2.3.9.2	Resultados.....	pág. 96

4.1.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo..... **pág.**

4.1.3.1	Dados Gerais.....	pág. 96
4.1.3.2.	Principais Ações do Programa.....	pág. 97
4.1.3.3.	Gestão das Ações.....	pág. 97
4.1.3.3.1.	Ação: 2000 – Administração da Unidade.....	pág. 97
4.1.3.3.1.1	Dados Gerais.....	pág. 97
4.1.3.3.1.2	Resultados.....	pág. 105
4.1.3.3.2.	Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes.....	pág. 105
4.1.3.3.2.1	Dados Gerais.....	pág. 105
4.1.3.3.3.	Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	pág. 106
4.1.3.3.3.1.	Dados Gerais.....	pág. 106
4.1.3.3.4.	A Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	pág. 106
4.1.3.3.4.1.	Dados Gerais.....	pág. 106
4.1.3.3.5.	Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.....	pág. 107
4.1.3.3.5.1.	Dados Gerais.....	pág. 107
4.1.3.3.6.	Ação 09HB – Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.....	pág. 108
4.1.3.3.6.1.	Dados Gerais.....	pág. 108

5. DESEMPENHO OPERACIONAL **pág.**
108

5.1. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho..... **pág.**
109

5.2. Nome, descrição e tipo do indicador..... **pág.**
109

5.3. Análise crítica dos resultados..... **pág.**
109

6.	INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL	pág. 116
7.	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II E X DA DN-TCU Nº 85/2007)	pág. 116
	7.1. Arrecadação.....	pág. 116
	7.2. Pagamento de Diárias.....	pág. 117
	7.3. Suprimento de Bens.....	pág. 118
	7.4. Acompanhamento da Execução Contratual.....	pág. 120
	7.5. Desfazimento de veículos oficiais inservíveis ou antieconômicos.....	pág. 120
	7.6. Resultado das Ações Operacionais Desenvolvidas.....	pág. 121
	7.7. Gestão de Recursos Humanos.....	pág. 123
	7.8. Gestão Correicional.....	pág. 124
	7.9. Assistência à Saúde, Resgate e Socorro nas Rodovias Federais.....	pág. 150
	7.10. Plano de Providências – 2006.....	pág. 151
8.	CONCLUSÃO.....	pág. 151
	<i><u>ANEXO A – Demonstrativos de tomadas de contas especiais (conforme o item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do ANEXO II da DN-TCU nº 85/2007)</u></i>	<i><u>pág. 154</u></i>
	<i><u>ANEXO B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU nº 85/2007)</u></i>	<i><u>pág. 154</u></i>
	<i><u>ANEXO C – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN – TCU nº 85/2007).....</u></i>	<i><u>pág. 154</u></i>
	<i><u>ANEXO D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU nº 85/2007)</u></i>	<i><u>pág. 162</u></i>
	<i><u>ANEXO E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU nº 85/2007).....</u></i>	<i><u>pág. 163</u></i>
	<i><u>ANEXO F - Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no exercício (item II do Anexo II da DN-TCU nº 85/2007).....</u></i>	<i><u>pág.163</u></i>

1. IDENTIFICAÇÃO

Identificação da Unidade:	1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL/GO.
Número do CNPJ(MF):	CNPJ(MF): 00.394.494/0116-85
Natureza Jurídica:	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.
Vinculação Ministerial:	Ministério da Justiça Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Endereço da Sede Administrativa:	Rua P23A – Lote 04 – S/N – Setor dos Funcionários – Goiânia/GO – CEP 74543-380.
Endereço da página institucional na Internet:	www.dprf.gov.br
Código e nome da Unidade utilizado no SIAFI:	UG 200121 – 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
Norma de criação e finalidade da Unidade:	Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9503/97, (Código de Trânsito Brasileiro) de 23 de setembro de 1997 e Decreto nº 1655, de 03 de outubro de 1995.
Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:	Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007.

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, pelo Decreto nº 1.655/95 e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2008, de 02 de agosto de 2007.

De forma ampla e geral, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, através de suas Superintendências Regionais, tem as seguintes competências regimentais definidas pelo Dec. nº 1.655/95, no âmbito das rodovias federais:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na [Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990](#) (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis.

“Ministério da Justiça
GABINETE DO MINISTRO
PORTARIA Nº- 1.375, DE 2 DE AGOSTO DE 2007

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que
lhe confere o Art. 4º do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007,
resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, na forma do Anexo.

Art. 2º Fica revogada a Portaria no 3.741, de 15 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TARSO GENRO
ANEXO
REGIMENTO INTERNO
DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o Art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no Artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, e-m razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos,

objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF tem a seguinte estrutura:

I – Unidades Centrais

1. Gabinete – DPRF/GAB

1.1. Coordenação de Apoio Administrativo – CAA

1.2. Coordenação de Inteligência – COINT

1.2.1. Divisão de Operações de Inteligência – DOINT

1.2.2. Seção de Contra-Inteligência – SECINT

2. Corregedoria-Geral – CG

2.1. Divisão de Corregedoria – DICOR

2.1.1. Núcleo de Análise Processual – NUAPRO

2.2. Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos – DFAI

2.2.1. Núcleo de Operações Correicionais – NUOC

2.3. Divisão de Gestão Correicional – DIGES

2.3.1. Núcleo Cartorial – NUCAR

3. Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização Rodoviária – CGPLAM

3.1. Núcleo de Planejamento Institucional – NUPLA

3.2. Divisão de Modernização e Tecnologias – DIMOT

3.3. Divisão de Projetos de Infra-estrutura – DIPROJ

3.4. Divisão de Administração de Sistemas – DIASI

3.4.1. Seção de Desenvolvimento de Sistemas – SESIS

3.5. Divisão de Telemática – DITEL

3.5.1. Núcleo de Telecomunicações – NUTEL

4. Coordenação-Geral de Operações – CGO

4.1. Núcleo de Apoio Administrativo – NUAD

4.2. Coordenação de Controle Operacional – CCO

4.2.1. Núcleo de Informações Operacionais – NUINFO

4.3. Divisão de Planejamento Operacional – DPO

4.3.1- Núcleo de Estatística – NUEST

4.4. Divisão de Multas e Penalidades – DMP

4.4.1. Núcleo de Controle Processual – NUPRO

4.4.2. Núcleo de Normas e Procedimentos de Trânsito – NUPROT

4.5. Divisão de Operações Aéreas – DOA

4.5.1. Núcleo de Segurança de Voo e Procedimentos Administrativos – NUPROAD

4.6. Divisão de Combate ao Crime – DCC

4.6.1. Núcleo de Policiamento Especializado – NUESP

4.7. Divisão de Fiscalização de Trânsito – DFT

4.7.1. Núcleo de Fiscalização de Transporte de Passageiros e Cargas – NTPC

4.7.2. Núcleo de Motociclismo – NUMOT

5. Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH

5.1. Coordenação de Ensino – COEN

5.1.1. Núcleo de Execução Administrativa – NUAD

5.1.2. Divisão de Concurso, Seleção e Processos – DISEPRO

5.1.3. Divisão de Planejamento, Ensino a Distância e Educação de Trânsito – DITRAN

5.1.4. Divisão de Formação, Desenvolvimento e Cultura – DIDEC

5.1.4.1. Núcleo de Formação, Qualificação e Requalificação Profissional – NUPROF

5.2. Divisão de Recursos Humanos – DIREC

5.2.1. Seção de Aposentadorias e Pensões – SEAP

5.3. Divisão de Cadastro – DICAD

5.3.1. Núcleo de Cadastro e Lotação – NUCAD

5.4. Divisão de Pagamento – DIPAG

5.5. Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais – DIAJU

5.6. Divisão de Saúde e Assistência Social – DISAS

5.6.1. Núcleo de Assistência Social – NUASO

6. Coordenação-Geral de Administração – CGA

6.1. Seção Orçamentária e Financeira de Pessoal – SOFIP

6.2. Divisão de Gestão Documental e Normatização – DINOR

6.3. Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário – DIPLAN

6.3.1. Seção de Execução Orçamentária – SEOR

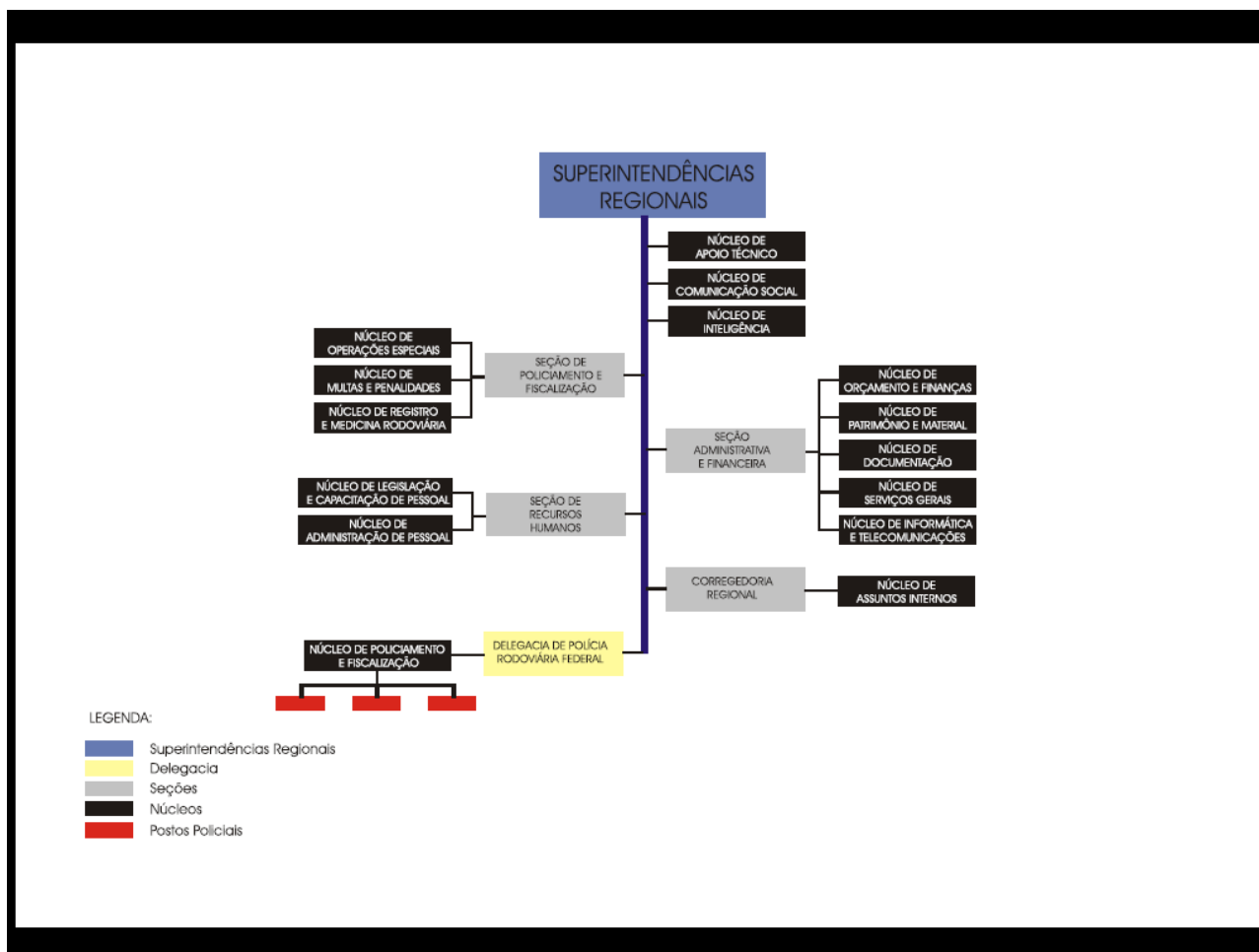
6.3.1.1. Núcleo de Arrecadação – NUAR

6.4. Divisão de Gerenciamento e Execução Financeira – DIGERE

- 6.4.1. *Seção de Execução Financeira – SEFIN*
- 6.5. *Divisão de Patrimônio e Material – DIPAM*
- 6.5.1. *Núcleo de Patrimônio – NUPAT*
- 6.5.2. *Núcleo de Almoarifado – NUAL*
- 6.6. *Divisão de Licitações, Contratos e Convênios – DICON*
- 6.6.1. *Núcleo de Compras – NUCOMP*
- 6.7. *Divisão de Administração e Serviços Gerais – DISEG*
- 6.7.1. *Núcleo de Administração Predial – NUAPRE*
- 6.7.2. *Núcleo de Transporte e Manutenção da Frota – NUTRAF*
- 6.7.3. *Núcleo de Gestão de Abastecimento da Frota Nacional – NUGAFN*
- 6.8. *Divisão de Documentação – DIDOC*
- 6.8.1. *Núcleo de Protocolo e Arquivo – NUPROT*
- II – *Unidades Desconcentradas*
- 1. *Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal – SRPRF*
- 1.1. *Núcleo de Apoio Técnico – NUAT*
- 1.2. *Núcleo de Comunicação Social – NUCOM*
- 1.3. *Núcleo de Inteligência – NUINT*
- 1.4. *Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF*
- 1.4.1. *Núcleo de Operações Especiais – NOE*
- 1.4.2. *Núcleo de Multas e Penalidades – NMP*
- 1.4.3. *Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM*
- 1.5. *Seção Administrativa e Financeira – SAF*
- 1.5.1. *Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI*
- 1.5.2. *Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT*
- 1.5.3. *Núcleo de Documentação – NUDOC*
- 1.5.4. *Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG*
- 1.5.5. *Núcleo de Telemática – NUTEL*
- 1.6. *Seção de Recursos Humanos – SRH*
- 1.6.1. *Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP*
- 1.6.2. *Núcleo de Administração de Pessoal – NUAP*
- 1.7. *Corregedoria Regional – CR*
- 1.7.1. *Núcleo de Assuntos Internos – NUAI*
- 1.8. *Delegacia de Polícia Rodoviária Federal – DelPRF*
- 1.8.1. *Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF*
- 2. *Distritos Regionais de Polícia Rodoviária Federal – DRPRF*
- 2.1. *Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF*
- 2.2. *Núcleo Administrativo e Financeiro – NAF*
- 2.3. *Núcleo de Administração de Pessoal – NAP*
- 2.4. *Núcleo de Corregedoria e Assuntos Internos – NCAI*

§1º As Superintendências Regionais em número de vinte e uma, compõem-se de cento e cinquenta e uma delegacias, assim distribuídas:

*I – 1ª Superintendência, com sede na cidade de Goiânia, abrangendo o Estado de Goiás, com sete delegacias;
.....”*



As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal.

Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2007, o DPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

Dando continuidade à ampliação do quadro de servidores, em 2007 foi autorizado concurso para admissão de 340 novos policiais rodoviários federais a serem lotados nos estados de Mato Grosso e Pará, o que possibilitará um aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade nestas regiões, pelo incremento de policiais nos postos de fiscalização.

A PRF/GO, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 61.000km de rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O ano de 2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceu em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R\$ 10,6 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com aumento de 52% das multas por excesso de velocidade em relação a 2006, um aumento de 154 % do número de flagrantes de alcoolemia ao volante e um recorde histórico de 2.078.606 autuações contabilizadas em rodovias federais (nos 80 anos da instituição a quantidade mais próxima foi observada em 1997, quando foram expedidas 2.053.070 autuações), não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2007. Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos, abarrotou as estradas federais, aumentando a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, mais de sete milhões de veículos foram fiscalizados.

A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2006 e 2007 onde se verifica o aumento do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais. O referido índice leva em consideração o aumento anual da frota nacional de veículos automotores.

INDICE DE ACIDENTES	2005	2006	2007
Total de Acidentes	108509	109262	122985

Frota Nacional	42.071.961	45.372.640	49.228.783
Acidentes/10.000 veículos	26	24	25
Varição do Índice	-	(-) 9,39%	(+) 4,16%
Mortos	6.268	6.114	6.840
Mortos/1.000.000 veículos	149	135	139
Varição do Índice	-	(-) 9,21%	(+) 2,72%
Feridos	65.339	66.041	75.006
Feridos/1.000.000 veículos	1.553	1.456	1.524
Varição do índice	-	(-) 6,25%	(+) 4,67%

Fonte: Relatório Operacional Diário – ROD (Anos de 2005, 2006 e 2007)

Foram realizadas 899 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de quatro toneladas de cocaína, equivalente a R\$ 50 milhões, 43 toneladas de maconha, equivalente a R\$ 30 milhões, destruição de mais de 251 mil pés de maconha, detenção de 1847 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 1720 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Quase 100 mil m³ de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano. A quantidade representa cerca de 8.000 árvores em idade adulta. Mais de 11 mil animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos, e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF retirou 468 crianças e adolescentes de áreas de risco. A terceira edição do *Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil, confeccionado anualmente pela Coordenação-Geral de Operações/DPRF*, também merece destaque. Pela primeira vez, o trabalho de pesquisa teve a parceria da OIT - Organização Internacional do Trabalho, além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e Ministério Público Federal, permitiram que 533 pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Os XV Jogos Pan-Americanos, cuja segurança foi organizada e supervisionada pela SENASP, também marcaram a atuação da PRF em 2007. Todos os acessos à cidade do Rio de Janeiro receberam efetivo extra de policiais rodoviários federais, especializados em técnicas de combate à criminalidade. Os números comprovam o sucesso da Operação Podium. Durante trinta dias, 295 criminosos foram presos no estado. A Polícia Rodoviária Federal ainda apreendeu quase 100 quilos de drogas, mais de nove mil esferas de haxixe, 68 granadas, 16 fuzis e metralhadora, dólares e reais provenientes de ações criminosas.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresentamos um quadro comparativo das apreensões de 2006 e 2007 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME				
ITEM	QTDE	2006	2007	Varição
Pessoas detidas	Und	19433	23716	(+) 22,04%
Maconha	Ton	46,63	43,92	(-) 5,81%
Cocaína	Kg	3.105,43	4.241,90	(+) 36,60%
Haxixe	Esfera	66.603	114.495	(+) 71,91%
Crack	Kg	185,22	295,45	(+) 59,51%
CD/DVD's	Und	7.526.548	5.812.365	(-) 22,77%
Cigarros	Pct	2.752.599	3.370.815	(+) 22,46
Combustíveis	Litro	181.402	264.185	(+) 45,64%
Informática	Und	129.163	122.881	(-) 4,86%
Eletrônicos	Und	273.335	334.173	(+) 22,26%
Medicamentos	Und	310.320	322.601	(+) 3,96%
Armas	Und	1.474	1.720	(+) 16,69%
Munições	Und	117.204	90.317	(-) 22,94%
Animais Silvestres	Und	14.051	11.124	(-) 20,83%
Madeira	m ³	295.048	99.245	(-) 66,36%
Trabalhador Libertado	Und	662	533	(-) 19,49%
Veículos Recuperados	Und	3.593	3.644	(+) 1,42%
Veículos Fiscalizados	Und	7.016.108	7.029.771	(+) 0,19%
Flagrantes de infrações	Und	1.634.318	2.078.606	(+) 27,18%

O ano de 2007 também foi um ano de grandes investimentos na PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão, graças ao crédito extraordinário de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais), concedido ao final do exercício.

Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2007 foram adquiridos 319 veículos operacionais, conforme tabela abaixo, executando 99% do recurso disponibilizado.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - POLICIAMENTO DA MALHA VIÁRIA	
Descrição do Bem	Quantidade

Motos Harley Davidson	100
GM Astra Sedan	31
Ford Focus Sedan	63
GM Blazer	118
Ambulância FIAT Ducato	2
Microônibus/ônibus	2
Furgão Mercedes Benz – Posto Móvel	3
Total	319

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido o DPRF, através do plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado suas unidades operacionais.

Em 2007, em virtude do crédito extraordinário, foi possível contratar a reforma de 65 postos/delegacias, que estavam em péssimo estado de conservação, o que contribuirá em muito para melhoria do clima organizacional dos policiais destas unidades. Nestas reformas, também foram priorizadas as adaptações para acessibilidade de portadores de necessidades especiais, como rampas de acesso. Destaca-se também, a construção / ampliação das seguintes unidades:

UNIDADES CONSTRUÍDAS/AMPLIADAS – 2007		
ESTADO	VALOR	DESCRIÇÃO
AP	R\$ 307.179,26	Construção do novo posto PRF do Oiapoque-AP
CE	R\$ 71.403,80	Construção dos postos PRF's de Tianguá e Boa Viagem-CE
DF	R\$ 44.860,91	Implantação de infra-estrutura para instalação de equipamentos de ar condicionado no Hangar do DPRF/MJ situado no Aeroporto Internacional de Brasília/DF.
ES	R\$ 67.995,88	Construção de sala pra Delegacia PRF de Serra/ES.
MG	R\$ 37.346,30	Obras de reforma do posto PRF de Sabará/MG.
MT	R\$ 23.290,30	Reforma das instalações da sede da 2ª SR/DPRF/MT.
PI	R\$ 87.850,68	Reforma e ampliação do posto PRF da 1ª Delegacia PRF de Teresina/PI.
	R\$ 50.884,58	Ampliação do posto PRF de Picos/PI.
	R\$ 48.843,44	Ampliação do posto PRF da 5ª Delegacia de Paranaíba/PI.
PR	R\$ 295.871,73	Pavimentação externa, construção de rampas de fiscalização e ajardinamento do posto PRF Contorno Leste/PR.
	R\$ 54.200,00	Obra de perfuração de posto artesiano no posto PRF de Guará, em Guarapuava/PR.
RN	R\$ 47.890,00	Despesas com serviço de engenharia para elaboração dos projetos necessários à construção da sede da 15ª SR/DPRF/MJ.
RR	R\$ 125.395,12	Construção de posto PRF na BR 174, KM 492, no município de Boa Vista/RR.

RR	R\$ 75.321,84	Prestação de serviços de engenharia para obra de reforma da conclusão do posto PRF 01/RR.
RS	R\$ 86.574,37	Construção do posto PRF de Santana do Livramento/RS.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, Superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 1.000 computadores de mão (PDA's), com acesso a Internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, *nobreak's*, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional de todas as superintendências.

Segue tabela com principais aquisições na área de informática:

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS – 2007		
DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR TOTAL
Coletor de Dados – PDA	1000	R\$ 4.379.000,00
Impressora térmica para coletor de dados	810	R\$ 1.996.650,00
Estações de Trabalho	457	R\$ 621.520,00
Impressora Laser	134	R\$ 97.793,20
Nobreak	411	R\$ 136.677,13
Servidor de rede	61	R\$ 436.772,64
Telefone IP	452	R\$ 63.280,00
Monitor LCD 17”	396	R\$ 183.348,00
Rádio veicular banda baixa	57	R\$ 123.975,00
Rádio portátil banda baixa	211	R\$ 394.570,00

Além destes itens, foram adquiridos 262 contadores volumétricos de veículos. Estes equipamentos de última geração serão instalados nos estados de MG, SP, RS e DF, a fim de levantar dados sobre o fluxo de veículos, no intuito de subsidiar o planejamento da alocação de recursos humanos e materiais para as rodovias com maior intensidade de fluxo e acidentes. A fim de averiguar remotamente o trânsito nas rodovias, foram adquiridas câmeras de monitoramento, que serão instaladas em 15 estados da federação.

No intuito de otimizar o uso de viaturas, foi realizado projeto piloto de Monitoramento das Viaturas no estado do Rio de Janeiro, através do uso de rastreadores, o que possibilitou, no caso de acidentes, verificar o posicionamento de cada viatura nas rodovias do estado, acionando-se a mais próxima do local da ocorrência.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

A seguir, temos a composição da Equipe Administrativa do órgão, constituída por uma sede administrativa na cidade de Goiânia, 07 (sete) Delegacias Regionais localizadas nos municípios de Goiânia, Anápolis, Morrinhos, Rio Verde, Jataí, Catalão e Porangatu.

Tais delegacias administram ainda 15 (quinze) postos policiais espalhados ao longo das rodovias federais goianas, nos seguintes municípios: **Goiânia**(03 postos policiais no entorno da capital), **Anápolis** (01 posto PRFs no município e 01 em Rianápolis), **Morrinhos** (01 posto PRF no município e 01 em Itumbiara), **Rio Verde** (01 posto PRF no município), **Jataí** (03 postos PRFs nos municípios de Jataí, São Simão e Santa Rita do Araguaia), **Catalão** (01 posto PRF no município) e **Porangatu** (02 postos PRFs nos municípios de Uruaçu e outro em Porangatu).

1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA Rodoviária Federal		
EQUIPE ADMINISTRATIVA		
1 – SUPERINTENDENTE REGIONAL DE PRF – SRPRF	DAS 101.3	CPF
TITULAR:	CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR	440.609.121-15
DOC. LEGAL:	Portaria nº 806 de 16/10/03 DOU de 17/10/03	
CARGO:	SUPERINTENDENTE	
SUBSTITUTO:	IVONE PINTO CALDEIRA	333.310.141-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.402 de 31/12/04 DOU de 03/01/05	
CARGO:	SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO	
1.1 – NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO – NUAT	FG-03	CPF
TITULAR:	CARLOS EDUARDO MASSOT FONTOURA	465.173.677-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 576 de 30/07/02 DOU de 31/07/02	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	FABIANO CANI FERREIRA	027.617.527-16
DOC. LEGAL:	Portaria nº 231 de 01/03/06 BS nº 05 de 02/03/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.2 – NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – NUCOM	FG-03	CPF
TITULAR:	NEWTON MORAES SOUZA	191.904.501-59
DOC. LEGAL:	Portaria nº 227 de 17/04/00 DOU de 18/04/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	JULIANA ALVES FERREIRA PRADOS	722.411.101-59
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 1145 DE 01/08/07-BS Nº 15 DE 03/08/07	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.3 – NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA – NUINT	FG-03	CPF

TITULAR:	ELVIO ANDRADE VENCIO	289.091.431-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 544 de 12/07/01 DOU de 13/07/01	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	NIVALDO SOUZA LIMA	304.819.881-49
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 1147 DE 01/08/07-BS Nº 15 DE 03/08/07-CGRH/DPRF	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.4 – SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – SPF	FG-01	CPF
TITULAR:	MARCELO QUEIROZ DE PAULA	402.852.781-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1340 de 12/09/2007, DOU Nº 177 de 13/09/2007	
CARGO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	JOÃO CARLOS MOREIRA FILHIO	904.104.321-72
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 1.748 de 05/12/2007 – DOU de 06/12/2007	
CARGO:	CHEFE DE SEÇÃO - SUBSTITUTO	
1.4.1 – NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS – NOE/SPF	FG-03	CPF
TITULAR:	MARCIO ALMEIDA BARRETO	401.140.311-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.628 de 19/09/2007 DOU de 20/09/2007	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	WILSON DE JESUS PERIM	233.565.961-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.629 de 19/11/2007BS nº 22/07	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.4.2 – NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES – NMP/SPF	FG-03	CPF
TITULAR:	CLEOSMAR ALVES DA SILVA	371.471.531-20
DOC. LEGAL:	Portaria nº 230 de 17/04/00 DOU de 18/04/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	JOSÉ DAMIÃO RODRIGUES	446.559.916-15
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 736 de 14/09/01 B.S. Nº 18/01	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.4.3 – NÚCLEO DE REGISTRO DE ACID. E MEDICINA RODOVIÁRIA – NURAM/SPF	FG-03	CPF

TITULAR:	JOZI ODA FILHO	282.901.191-00
DOC. LEGAL:	Portaria nº 232 de 17/04/00 DOU de 18/04/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	VALDECI SOARES DE OLIVEIRA	119.682.571-87
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 737 de 14/09/01 B.S. Nº 18/01	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5 – SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – SAF	FG-01	CPF
TITULAR:	MARCELO GOMES MARTINS	471.987.451-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 393 de 16/05/03 DOU de 19/05/03	
CARGO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	WILTON DE ALBUQUERQUE MELO JÚNIOR	375.330.611-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 395 de 16/05/03 B.S. nº 14/03 de 19/05/03	
CARGO:	CHEFE DA SEÇÃO - SUBSTITUTO	
1.5.1 – NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – NUOFI/SAF	FG-03	CPF
TITULAR:	NEIVTON IZIDÓRIO DA ROCHA	440.430.821-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.185 de 21/08/00 DOU de 22/08/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	GINA MARCIA OKUNAMI SHIMADA	069.735.688-40
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 1.410 B.S. Nº 21/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.2 – NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL – NUPAT/SAF	FG-03	CPF
TITULAR:	JOSÉ CALIXTO SUARES BISPO	252.078.731-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 234 de 17/04/00 DOU de 18/04/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	ROBERTO FERREIRA BARBOSA	838.292.961-34
DOC. LEGAL:	PORT. 1.862 BS 24 DE 29/12/2006	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.3 - NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO – NUDOC/SAF	FG-03	CPF
TITULAR:	ANDRESON MOREIRA DAMACENO	165.864.411-53

DOC. LEGAL:	Portaria nº 987 de 23/09/04 DOU de 24/09/04	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MATEUS JOSÉ DE CASTRO	471.211.651-04
DOC. LEGAL:	Portaria nº 609 de 05/05/06 B.S. Nº 09/06	
CARGO:	CHEFE DO NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.4 - NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS – NUSEG/SAF	FG-03	CPF
TITULAR:	WILTON DE ALBUQUERQUE DE MELO JÚNIOR	375.330.611-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 233 de 26/03/01 DOU de 27/03/01	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	LUCIENE ALVES FERREIRA	769.664.961-20
DOC. LEGAL:	PORT. 02 DOU 05 DE 08/01/12	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.5.5 – NÚCLEO DE TELEMÁTICA – NUTEL/SAF	FG-03	CPF
TITULAR:	ANTÔNIO HUMBERTO FERNANDES FROTA	414.854.915-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 231 de 17/04/00 DOU de 18/04/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	RONNIE CARLOS TAVARES NUNES	
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.149, de 01/08/2007 - BS nº 03/08/2007	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.6 – SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SRH	FG-01	CPF
TITULAR:	JAIRO BRAGA	835.701.101-25
DOC. LEGAL:	Portaria nº 225 de 01/03/06 DOU de 02/03/06	
CARGO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	MURILO MORAIS	448.918.491-34
DOC. LEGAL:	PORT 228, BS DE 02/03/2006.	
CARGO:	CHEFE DE SEÇÃO - SUBSTITUTO	
1.6.1 – NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL – NUCAP/SRH	FG-03	CPF
TITULAR:	RAMON DE MACEDO PEREIRA SOBRINHO	979.218.151-20
DOC. LEGAL:	Portaria nº 227 de 01/03/06 DOU de 02/03/06	

CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	JANDER EUSTÁQUIO BARBOSA DA COSTA	439.357.961-53
DOC. LEGAL:	PORT. 1338/CGRH BS Nº 18 DE 17/09/2007	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.6.2 – NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL – NUAP/SRH	FG-03	CPF
TITULAR:	MURILO MORAIS	448.918.491-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 226 de 01/03/06 DOU de 02/03/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	INACIA BENÍCIO DE MELO NETA	132.811.783-91
DOC. LEGAL:	Portaria nº 230 de 01/03/06 BS nº 05 de 02/03/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1.7 – SEÇÃO DE CORREGEDORIA REGIONAL – CR	FG-01	CPF
TITULAR:	CÉLIO CONSTANTINO DA COSTA	517.269.551-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 897 de 19/08/05 DOU de 22/8/05	
CARGO:	CHEFE DE SEÇÃO	
SUBSTITUTO:	ROGÉRIO DIAS EVANGELISTA MONDANÊS	759.402.991-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 394 de 16/05/03 B.S. nº 14/03 de 19/05/03	
CARGO:	CHEFE DE SEÇÃO - SUBSTITUTO	
1.7.1 – NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS – NUA/CR	FG-03	CPF
TITULAR:	ROGÉRIO DIAS EVANGELISTA MODANÊS	759.402.991-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 305 de 08/05/02 DOU de 09/05/02	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MARCOS ADRIANO GOMES	557.823.701-06
DOC. LEGAL:	PORT 821, BS Nº 11, DE 14/06/2007	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
1/1 – DeIPRF/GOIÂNIA - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	ALVARO DE RESENDE FILHO	316.959.571-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 845 de 09/09/03 DOU de 10/09/03	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA	

SUBSTITUTO:	CLAUDIO VIEIRA DOS SANTOS	587.269.421-00
DOC. LEGAL:	PORT. 04 DOU 05 DE 08/01/12	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – GOIÂNIA/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	MARCOS BARBOZA BEZERRA	260.968.541-68
DOC. LEGAL:	PORT. 01 DOU 05 DE 08/01/12	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	RONALDO CORREIA DE QUEIROZ	282.233.731-49
DOC. LEGAL:	PORT. 11 DOU 05 DE 08/01/12	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
2/1 – DelPRF/ANÁPOLIS - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	JÚLIO SEZAR GOMES FERREIRA	359.437.691-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 217 de 22/12/04 DOU de 23/12/04	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	JOSÉ ELZO ANTONIO	069.245.731-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 686 de 11/05/06 BS nº 09/06 de 12/05/06	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – ANÁPOLIS/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	NEILTON DA SILVA COSTA	586.435.911-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 684 de 11/05/06 DOU de 12/05/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	LÚCIA MARIA CARVALHO RODRIGUES	251.951.231-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 688 de 11/05/06 BS nº 09/06 de 12/05/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
3/1 – DelPRF/MORRINHOS - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	LEOMAR DE MELO BARBOSA	385.707.421-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 607 de 05/05/06 DOU de 08/05/06	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	HENRIQUE DE AGUIAR LARA	587.427.941-53

DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 848 de 09/09/03 B.S. Nº 21/03	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – MORRINHOS/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	HENRIQUE DE AGUIAR LARA	587.427.941-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 847 de 09/09/03 DOU de 10/09/03	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	MARIO HUMBERTO GOMES FERREIRA	
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.827 de 20/12/2007 – DOU de 26/12/2007	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
4/1 – DelPRF/RIO VERDE - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	ALAN KARDEC GUIMARÃES SOUZA	348.943.811-68
DOC. LEGAL:	Portaria nº 512 de 28/06/01 DOU de 29/06/01	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	REINALDO EVANGELISTA	288.080.531-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.547 B.S. Nº 24/05 de 20/12/05	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – RIO VERDE/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	FRANK BORGES DE ALMEIDA	566.620.091-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 564 de 18/04/06 DOU de 25/04/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	EDSON JOSÉ MARIA JÚNIOR	529.826.611-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.545 B.S. Nº 24/05 de 20/12/05	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
5/1 – DelPRF/JATAÍ - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	MOISÉ ALVES DA SILVA	270.841.081-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 150 de 10/03/04 DOU de 11/03/04	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	EUGÊNIO AUGUSTO LOBATO	349.385.161-87
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.140, de 01/08/2007	

CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – JATAÍ/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	ROGÉRIO MARCOS MARTINS	640.992.881-53
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.829, de 20/12/2007 - DOU de 21/12/2007	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	VINICIUS VEIGA FLEURY	852.917.491-72
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.831 de 20/12/2007 – DOU de 26/12/2007	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
6/1 – DelPRF/CATALÃO - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	BONALDO SIMÕES GUSMÃO	049.201.631-34
DOC. LEGAL:	Portaria nº 242 de 17/04/00 DOU de 18/04/00	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	LUIZ ANTÔNIO VIEIRA	246.832.051-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 790 de 08/10/02 B.S. Nº 21/02	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	
NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – CATALÃO/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	LUIZ ANTÔNIO VIEIRA	246.832.051-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 235 de 05/04/02 DOU 08/04/02	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	AGNALDO FONSECA	529.988.601-25
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1861 B.S. Nº 24/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	
7/1 – DelPRF/PORONGATU - GO	FG-02	CPF
TITULAR:	LEANDRO BORBA SE SOUZA	
DOC. LEGAL:	Portaria nº 1.708, de 05/12/2007 - DOU de 06/12/2007	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA	
SUBSTITUTO:	JOSÉ CUSTÓDIO DE SOUZA	166.871.751-49
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 859 B.S. Nº 10/00 DE 25/05/00	
CARGO:	CHEFE DE DELEGACIA - SUBSTITUTO	

NÚCLEO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO – PORONGATU/GO	FG-03	CPF
TITULAR:	JOSÉ CUSTÓDIO DE SOUZA	166.871.751-49
DOC. LEGAL:	PORTARIA Nº 858 DE 25/05/00 DOU DE 26/05/00	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO	
SUBSTITUTO:	JOSÉ JACOMINI DA ROCHA	281.954.931-49
DOC. LEGAL:	Portaria nº 690 de 11/05/06 BS nº 09/06 de 12/05/06	
CARGO:	CHEFE DE NÚCLEO - SUBSTITUTO	

3 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A estratégia de atuação da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal consiste no estabelecimento de objetivos a serem alcançados, os quais foram assim definidos para 2007: *Diminuição do número de acidentes registrados, de feridos graves/leves e de mortos; Reforçar as ações de combate à criminalidade; e Modernizar a infra-estrutura das unidades operacionais, bem como de seu aparelhamento operacional (armamento, parque de informática, rádio-comunicação, viaturas, capacitação do policial rodoviário federal, etc).*

3.1. DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS, DE FERIDOS GRAVES/LEVES E DE MORTOS.

Procuramos adotar as seguintes estratégias:

Estratégia 1 – Utilização do Cartão Programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer onda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram no atendimento das metas estabelecidas:

- ✓ Falta de efetivo adequado;
- ✓ Recursos orçamentários insuficientes para aquisição de combustível e manutenção da frota de viaturas policiais;
- ✓ Acidentes em trechos urbanos de rodovia envolvendo pedestres e ciclistas.

Estratégia 2 – Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em rodovias duplicadas. Nesse tipo de rodovia, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2007, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos ao final do exercício de 2006.

A utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, bem assim em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização. O crédito extraordinário destinado à aquisição dos contadores volumétricos foi liberado apenas em dezembro de 2007.

Os efeitos da compra destes equipamentos só se farão sentir em 2008, quando da sua entrega e utilização.

3.2. REFORÇAR AS AÇÕES DE COMBATE À CRIMINALIDADE.

Procuramos adotar as seguintes estratégias:

Estratégia 1 – Capacitação dos policiais rodoviários federais nas ações de combate à criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

3.3. MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA DAS UNIDADES OPERACIONAIS, BEM COMO DE SEU APARELHAMENTO OPERACIONAL (ARMAMENTO, PARQUE DE INFORMÁTICA, RÁDIO-COMUNICAÇÃO, VIATURAS, CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL, ETC).

Procuramos adotar as seguintes estratégias:

Estratégia 1 – Reformas 06 (seis) unidades operacionais (postos policiais), reformar e ampliar a sede da 5ª Delegacia PRF de Jataí/GO, reformar e adequar a sede da 1ª Delegacia PRF de Goiânia/GO, reformar e adequar o posto PRF de Jaraguá/GO da 2ª Del PRF de Anápolis.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias e superintendência melhoram o ambiente organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Estratégia 2 – Substituição de viaturas antieconômicas, irrecuperáveis e obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional.

Em média, existem 108 (cento e oito) viaturas em funcionamento na 1ª SR/DPRF/MJ, o ideal seria a substituição de pelo menos 25% da frota por ano.

Estratégia 3 – Melhorar a segurança no Centro de Processamento de Dados da 1ª SR/DPRF/MJ

Devido a problemas de superaquecimento e interrupções de energia no ambiente dos servidores de rede do CPD/GO, todos os sistemas da 1ª SR/DPRF/MJ podem parar de funcionar, prejudicando o serviço rotineiro do policial na rodovia, consulta aos bancos de dados de segurança pública e preenchimento dos boletins de ocorrências eletrônico.

Neste sentido, é estratégica a melhoria da segurança contra falta de energia e superaquecimento dos equipamentos, por intermédio da aquisição de *nobreaks*, aparelhos de ar condicionado e sensores de temperatura. Esta estratégia foi parcialmente executada, através das aquisições dos equipamentos de ar condicionado e *nobreaks*.

Devido ao acréscimo de recurso, pelo crédito extraordinário liberando em dezembro de 2007, outros projetos que estavam aguardando recursos puderam ser realizados, como o projeto Sistemas de Tecnologias Integradas. Foram adquiridos também diversos equipamentos de informática demandados pelas Unidades Regionais.

A seguir, definiremos as atribuições de cada Seção e Núcleo que compõem a estrutura organizacional do órgão, demonstrando a área de atuação de cada um e discorrendo sobre as mesmas de uma forma ampla.

Iniciaremos pelos 03 (três) núcleos que integram o Gabinete do Superintendente e posteriormente, passaremos a discorrer sobre a estratégia de atuação de cada Seção e seus Núcleos que compõem a estrutura orgânica

da 1ª SR/DPRF/MJ.

3.4. NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 77, conforme segue:

“Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.”

O Núcleo de Comunicação Social da 1ª SR/DPRF/MJ atua de forma estreita junto ao Gabinete do Superintendente, mantendo uma forte comunicação com o Superintendente Regional, de forma diária, tratando de todos os assuntos que interessem à excelente atuação da PRF no Estado de Goiás.

O núcleo acompanha e executa todas as atividades de relações públicas perante as demais instituições de segurança pública que atuam no Estado de Goiás, mantendo proximidade e estreitando os laços de companheirismo e amizade necessários, uma vez que a gestão em segurança pública envolve a atuação conjunta de todos os órgãos de segurança pública, respeitando-se as atribuições regimentais de cada.

Dentro das atividades operacionais desencadeadas pela PRF/GO nas rodovias federais, fica o núcleo incumbido da elaboração e divulgação de todo o material de propaganda (*folders*, panfletos, etc) contendo assuntos relativos ao trânsito nas rodovias, com o intuito de orientar, educar e alertar os motoristas sobre determinados temas de relevância à segurança no trânsito, de acordo com a época do ano (férias escolares, festividades natalinas, carnaval, etc).

O núcleo promove também o acompanhamento junto à mídia televisiva, impressa e de rádio-difusão, de todos os fatos e notícias de interesse da 1ª SR/DPRF/MJ que envolva a atuação ou não do órgão, proporcionando os meios necessários pra que a Administração da PRF/GO dê uma resposta rápida e eficiente às demandas sociais por segurança pública nas rodovias.

Em atuação conjunta com a Assessoria de Gabinete do Superintendente, o NUCOM promove a execução de solenidades diversas, acompanha, participa e organiza eventos de interesse da 1ª SR/DPRF/MJ, agendando ainda os compromissos do Superintendente perante os demais órgãos que integram a Administração Pública.

Enfim, de suma importância a atuação do Núcleo de Comunicação Social da 1ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Goiás.

PROJETO	RESULTADO
1. Realização de palestras sobre educação para o trânsito junto às empresas privadas (transportadoras de cargas e valores, transporte coletivo intermunicipal e interestadual).	Alcançado com sucesso.
2. Contratação de uma empresa especializada em assessoria em comunicação (clipping eletrônico)	Alcançado com sucesso.
3. Promover uma aproximação maior perante as demais instituições de segurança pública.	Alcançado com sucesso.
4. Ministras palestras educativas, principalmente em empresas de transporte que apresentam irregularidades frequentes	Alcançado com sucesso.

A Polícia Rodoviária Federal através do Núcleo de Comunicação Social se fez presente em agro-industriais, congressos, feiras e ministrou campanhas e palestras educativas de trânsito em escolas, empresas de transporte de cargas e passageiros, órgãos públicos municipais, estaduais e empresas privadas durante a semana nacional de prevenção de acidentes, no estado de Goiás totalizando 50 (cinquenta) palestras.

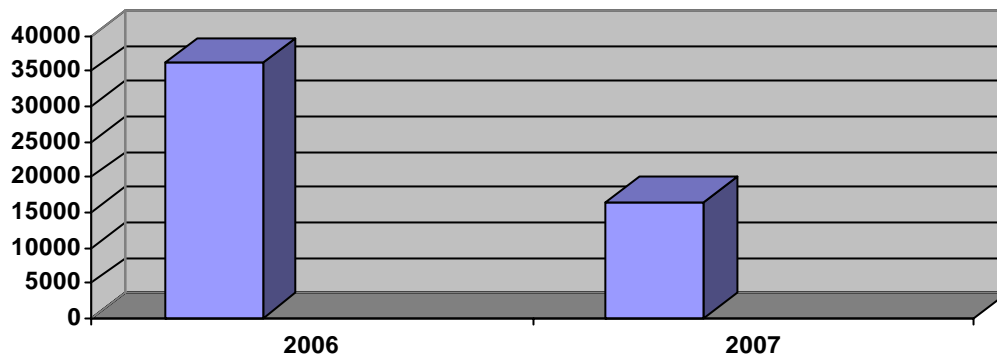
INSTITUIÇÃO/EMPRESA	LOCAL	PARTICIPANTES
Arroz Cristal	Goiânia	120
Regra Logística	São Luiz de Montes Belos	40
Trans JC	Goiânia	70
Usina Morada S/A.	Araporã	70
Instituições de Ensino da Cidade	Ceres	7000
Comando de Saúde nas Rodovias	Guapó	200
COMING	Trindade	300
Nova Moda – Jean Darrot	Trindade	400
Polícia Militar	Goiânia	100
Temper Vidros	Goiânia	300
UniAnhanguera	Goiânia	200
Laboratório Teuto	Goiânia	960
Usina de Álcool Vale Verde	Itapaci	200
Comando de Saúde nas Rodovias	Rio Verde	220
Eurofarma	Goiânia	40
Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás – SIFAEG	Goiânia	35
Empregadores de trabalhadores rurais de Goiás (solicitação da Superintendência Regional do Trabalho) – Auditório do SINCOR	Goiânia	250
Colégio Sistema – Educação infantil	Rubiataba	80
Fazendas Reunidas Baumgart	Rio Verde	70
Grupo Orsa	Rio Verde	300
Grupo Cereal	Rio Verde	70
Empresa de Segurança ESCUDO	Goiânia	400
Polo: Antigo Náutico Clube	Itumbiara	420
Polo: Escola Municipal Professor Alaor	Itumbiara	230
Pólo: SESI - Itumbiara/GO	Itumbiara	310

Pólo: Colégio da Polícia Militar	Itumbiara	300
Pólo: Antigo Náutico Clube	Itumbiara	210
Pólo: SENAI	Itumbiara	440
Pólo: Colégio Estadual Dom Veloso	Itumbiara	190
Pólo: Instituto Francisco de Assis	Itumbiara	120
Pólo: Colégio Diocesano	Itumbiara	130
Pólo: Colégio Estadual Emília M ^a Guimarães	Itumbiara	210
Pólo: Colégio Floriano de Carvalho	Itumbiara	200
Pólo: ULBRA	Itumbiara	180
Pólo: Escola Mun. Alexandre Arcipretti	Itumbiara	170
Instituições educacionais	Araporã	120
Instituições educacionais	Meia Ponte e Sarandi	150
Terminal Petrobrás	Senador Canedo	100
Garagem Central – Rápido Araguaia	Goiânia	60
Garagem Oeste – Rápido Araguaia	Novo Horizonte	40
Garagem Sul – Rápido Araguaia	Goiânia	45
AMBEV	Anápolis	130
Centro de Recuperação de Alcoólatras – CEREAL	Porangatu	30
Centro de Tradições de Porangatu	Porangatu	50
Secretaria Municipal de Saúde	Goiânia	60
Furnas	Itumbiara	300
Fiel Vigilância	Goiânia	400
Tektron	Goiânia	60
Comando de Saúde nas Rodovias	Catalão	180
Comando de Saúde nas Rodovias	Uruaçu	185
TOTAL		16445

Fonte: Núcleo de Comunicação Social – 1ª SR/DPRF/MJ

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	Variação (%)
EVENTOS	81	50	(-) 38,27
PARTICIPANTES	36145	16445	(-) 54,50

NÚMERO DE PARTICIPANTES – 2006/2007



Destacamos ainda o bom relacionamento entre a Superintendência e a imprensa falada e escrita do Estado, onde foram realizadas várias entrevistas em emissoras de televisão, rádio e matérias publicadas em jornais de grande circulação, sempre procurando enfatizar as atividades da Polícia Rodoviária Federal, tais como dicas de segurança para realização de trajetos longos e cuidados no perímetro urbano, aberturas e fechamentos das operações, feriados e férias, dados de acidentes e orientações em geral, a todas as emissoras de televisão, rádio e jornais locais.

Dentro das limitações de pessoal, recursos financeiros e materiais, as metas do Núcleo de Comunicação foram satisfeitas com êxito.

3.5. NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 76, conforme segue:

“Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

- I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;*
- II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;*
- III – prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;*
- IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;*
- V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;*
- VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e*
- VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.”*

O Núcleo de Apoio Técnico, subordinado diretamente ao Gabinete do Superintendente, assim como o Núcleo de Comunicação Social e o Núcleo de Inteligência, atua de forma genérica visando propiciar o devido apoio técnico e jurídico nas demandas do órgão ou quando este é provocado por terceiros e outras instituições que integram a Administração Pública.

A assistência técnica e jurídica proporcionada pelo NUAT consiste, entre outras, no acompanhamento dos processos de interesse da 1ª SR/DPRF/MJ que contenham alguma demanda jurídica ou decisão judicial. Atua ainda na elaboração e confecção de documentos, tais como portarias, instruções de serviço, etc a serem assinadas pelo Superintendente antes de suas publicações em Boletim Interno de Serviço.

Presta ainda todo o auxílio jurídico necessário junto às diversas áreas de atuação da 1ª SR/DPRF/MJ, manifestando-se e opinando em seus pareceres acerca de vários assuntos os quais haja demanda, tais como recursos administrativos em procedimentos licitatórios, manifestação em mandados de segurança impetrados contra decisão de presidentes de comissões permanentes de licitação, etc, proporcionando a necessária segurança na efetiva execução de todos os atos administrativos do órgão.

As orientações prestadas pelo Núcleo de Apoio Técnico Jurídico são de suma importância para o bom andamento das ações desenvolvidas pela PRF em Goiás. Tal núcleo orienta, opina e emite pareceres que são de relevância para o trabalho dos policiais no dia-a-dia. A seguir teremos um resumo das atividades desenvolvidas pelo núcleo em 2007.

Nº	DESTINAÇÃO DOS EXPEDIENTES	QTDE
01	Poder Judiciário Federal em Goiás	25
02	Poder Judiciário do Estado de Goiás	13
03	Poder Judiciário Estadual do Estado de São Paulo	03
04	Poder Judiciário da União no Distrito Federal	03
05	Poder Judiciário do Estado do Paraná	02
06	Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais	01
07	Procuradoria da República do Estado de Minas Gerais	01
08	Ministério Público da União no Estado de Goiás	06
09	Ministério Público do Estado de Goiás	05
10	Consultoria Geral da União no Distrito Federal	03
11	AGU/PU/GO	41
12	AGU/PU/PI	16
13	AGU/PRU/1ª Região no Distrito Federal	02
14	AGU/PSU/Chapecó/SC	01
15	Tribunal Regional Federal – 1ª Região	01
16	Advocacia Geral da União – PU/Chapecó/SC	04
17	Advocacia Geral da União – PFE/DNIT – Informação Processual	01
18	Pareceres do NUAT	08
19	Portarias	10
20	Ofícios	16
21	Memorandos	25
22	Instrução Normativa	01
23	Ordem de Serviço	01

3.6. NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 78, conforme segue:

“Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;

- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;
- XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;
- XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;
- XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;
- XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e
- XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.”

O Núcleo de Inteligência, diferentemente dos demais núcleos que compõem a estrutura organizacional da 1ª SR/DPRF/MJ atua de forma bastante sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência.

O objetivo principal das atividades de inteligência que o NUIINT/1ª SR/DPRF/MJ desenvolve é a atuação preventiva no combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando condições para que o órgão promova suas ações policiais de segurança pública de forma a combater eficazmente o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o NUIINT promover e mantém o intercâmbio com as áreas de inteligências da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Goiás, dando suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Federal em Goiás. As atividades de inteligências desenvolvidas recentemente pela PRF/GO têm logrado um êxito positivo no combate ao crime.

PROJETO	RESULTADO	COMENTÁRIOS
1. Acompanhamentos das ocorrências relativas a assalto a ônibus, assalto a carga, inclusive roubo de máquinas agrícolas, a veículos de cargas e tráfico de drogas nas rodovias.	Êxito	-
2. Acompanhamento da exploração sexual infanto-juvenil em prostíbulos, bares, postos de combustíveis às margens das rodovias federais sob nossa circunscrição.	Êxito	-
3. Acompanhamento de manifestações dos movimentos sociais: trabalhadores sem terra, agricultores, caminhoneiros, etc., às margens das rodovias federais sob nossa circunscrição.	Êxito	-
4. Realização de 02 (duas) operações policiais com o Ministério Público Estadual, Comarca de Itumbiara/GO.	Êxito	1. Prisão de 11 (onze) pessoas durante o ano; 2. Apreensões de 71 (setenta e um) quilogramas de pasta base de cocaína; 3. Apreensões de 02 (dois) carros roubados e 02 (dois) caminhões entregues a Polícia Federal por transportar pasta base de cocaína; 4. Apreensões de 03 (três) armas de fogo, além da identificação de quadrilhas que atuam em Goiás e

		regiões circunvizinhas.
5. Redução nos assaltos a ônibus na região sul e sudoeste de Goiás.	Êxito	Prisão dos integrantes da principal quadrilha que atuava nesta região.

Durante todo o ano não foi constatado a presença de menores de 18 anos em prostíbulos e estabelecimentos afins as margens das rodovias federais sob nossa circunscrição, tendo em vista o acompanhamento deste núcleo, juntamente com apoio das delegacias regionais.

Quanto aos movimentos sociais, houve monitoramento dos acampamentos às margens das rodovias federais e de algumas manifestações de interdição de rodovias. No decorrer do ano de 2007 este Núcleo de Inteligência, produziu os seguintes documentos:

- **07 (sete) Planos de Operações** - (documentos de Inteligência que estabelecem o foco da atuação sobre um determinado assunto), tratam de assuntos relativos ao narcotráfico, roubo de carga e veículo de carga, assaltado a ônibus, combate à prostituição infanto-juvenil, dentre outros assuntos pertinentes à criminalidade dentro do Estado de Goiás e seus vizinhos.
- **25 (vinte e cinco) Ordens de Missões** - (documentos de Inteligência que motivam um deslocamento para cumprimento de um determinado trabalho). Normalmente é vinculado a um Plano de Operação anteriormente estabelecido, sendo confeccionada a mesma quantidade de Relatórios de Missão (cumprimento da Ordem de Missão).
- **27 (vinte e sete) Relatórios de Informações** - (é a produção do conhecimento adquirido com o resultado dos Relatórios de Missão).

Estes documentos produzidos não são provenientes apenas de demandas da nossa Superintendência, pois recebemos solicitação de outras regionais, do próprio DPRF/MJ e de outros órgãos, visando à produção de conhecimento sobre um determinado assunto. Tais documentos são sigilosos conforme norma vigente.

O nosso efetivo está abaixo da demanda do núcleo, devido às peculiaridades de nossas atribuições regimentais. Os recursos financeiros (diárias) foram escassos para o fluxo de serviços necessários. E os veículos que estão à disposição do núcleo, apesar de terem uma boa manutenção, estão com vários anos de uso e em pouco número.

3.7. SEÇÃO DE POLICIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

As atribuições da Seção de Policiamento e Fiscalização foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 79, conforme segue:

“Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;

III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;

IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias

e estradas federais.”

A Seção de Policiamento e Fiscalização da 1ª SR/DPRF/MJ tem a atribuição primordial de promover a execução eficiente e eficaz da atividade-fim da PRF em Goiás. A seção de policiamento e fiscalização programa, coordena, coleta, articula, organiza e executa todas as ações de segurança pública ao longo das rodovias federais, com vistas à redução dos número de mortos, feridos e de acidentes.

A Polícia Rodoviária Federal/DPRF/MJ tem por missão constitucional o exercício da Segurança Pública nas rodovias federais brasileiras. Para atender o chamamento constitucional opera em 03 (três) linhas de frente:

- **Policiamento** - que compreende as ações de prevenção e repressão aos ilícitos penais;
- **Fiscalização** - que compreende as atividades de ordenamento e fiscalização do trânsito;
- **Atendimentos** - que engloba as missões de socorro aos usuários das rodovias seja em decorrência de acidentes de trânsito, acometimento de enfermidade ou o próprio socorro mecânico.

Os esforços na área de fiscalização de trânsito têm como objetivo principal a garantia da incolumidade das pessoas, de seu patrimônio e a livre circulação pelas rodovias federais. Os atendimentos também caminham na direção de oferecer alento ao usuário da rodovia quando vítima de sinistro ou de crime, pane no veículo, necessidade de orientação, ou até quanto aos residentes às margens das rodovias precisam de socorro e tem na PRF o apoio necessário e capaz de oferecer-lhes amparo.

As ações de combate aos ilícitos penais, por sua vez, têm o condão de garantir a paz pública na medida em que tira de circulação pessoas que oferecem risco à sociedade, bem como apreende ou busca apreender produtos de ações criminosas, tais como veículos e cargas roubados, contrabando, descaminho, produtos ilegalmente retirados da fauna e da flora, dentre outros. Estas ações buscam também combater a exploração sexual contra crianças e adolescentes, trabalho em situação degradante (coibição do trânsito de veículos transportando pessoas para localidades onde ocorrem tais práticas). A PRF tem oferecido também uma importante e decisiva contribuição no combate ao tráfico de substâncias entorpecentes.

Para atingir estes índices a PRF/GO elaborou algumas estratégias operacionais, dentre elas se destacam as Operações Temáticas de Fiscalização (produtos perigosos, passageiros, excesso de peso, etc), onde esses eventos mesclam atividades de fiscalização com atividades de ensino e educação para o trânsito, isto é, os policiais passam por um nivelamento de conhecimento que possibilita uma performance melhor na operação onde estiver empregado e o capacita a irradiar os conhecimentos no retorno à origem de lotação. O mesmo é feito na área de combate ao crime, onde policiais de diversas regiões são empregados nas áreas onde há destaque em ações de combate ao crime, de modo a instrumentalizar esses policiais a melhorarem a performance em sua área de atuação.

Em uma auto-avaliação da gestão operacional da 1ª SR/DPRF/MJ, que impacta diretamente na atividade fim, os objetivos não foram totalmente alcançados. Todavia, como se pode observar, a PRF em Goiás aumentou consideravelmente o número de operações policiais nas mais diversas modalidades, sejam as operações realizadas pelo próprio órgão ou em conjunto com outras instituições que atuam na Segurança Pública.

PROJETO	RESULTADO
1. Intensificar as rondas noturnas com policiais da área meio, visando reforçar o policiamento nos trechos com altos índices de criminalidade e nos períodos de feriados prolongados.	Êxito
2. Determinar ao Núcleo de Operações Especiais desenvolva operações nos trechos com pouca atuação por parte das Delegacias Regionais e atuar de forma conjunta com as mesmas com o objetivo de baixar os índices de acidentes e criminalidades.	Êxito.
3. Orientar os chefes de Delegacia para que os mesmos tomem providências no sentido de reduzir o número de acidentes com base no DATATRAN, utilizando o recurso conhecido como <i>Cartão Programa</i> .	Êxito.
4. Diminuir o número de mortos nas rodovias federais.	Não alcançado
5. Diminuir o número de feridos nas rodovias federais.	Não alcançado

6. Diminuir o número de acidentes nas rodovias federais.	Não alcançado
7. Diminuir os índices de criminalidade nas rodovias federais nas suas mais variadas formas.	Êxito.
8. Aumentar o número de Comandos Médicos Preventivos.	Êxito

Nos tópicos seguintes, trataremos de demonstrar as atuações de cada núcleo que compõe a Seção de Policiamento e Fiscalização e os resultados alcançados.

3.7.1. NÚCLEO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 80, conforme segue:

“Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;

IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.”

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Operações Especiais da 1ª SR/DPRF/MJ são estritamente operacionais e representa o desenvolvimento de quase toda a atividade fim da PRF em Goiás.

Tal núcleo, através do método da observação e coleta de dados estatísticos, desenvolve todo um esboço de trabalho a ser deflagrado durante o ano. Todas as operações policiais determinadas pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília/DF são repassadas às regionais para que assim as desencadeiam.

Também desenvolvem e deflagram as operações policiais regionais, que variam de acordo com as peculiaridades dos crimes praticados em cada região do Estado de Goiás. De todas as operações policiais realizadas ao longo das rodovias federais goianas, são elaborados relatórios contendo o motivo da operação, data, efetivo de policiais empregado, objetivo da operação e o seu resultado alcançado.

A missão precípua da PRF consiste em garantir a fluidez e principalmente evitar a ocorrência de acidentes de trânsito. Portanto, o policiamento ostensivo, com base na presença física do policial e a disponibilidade para intervenções em situações de risco ou irregulares, figuram como atividades policiais de altíssima relevância.

Os resultados alcançados em 2007 pelo Núcleo de Operações Especiais com a realização de Operações Policiais de diversos tipos, bem como em relação ao combate das mais diversas formas de criminalidade praticadas nas rodovias, ficam disponibilizados conforme tabelas a seguir:

ITEM	OPERAÇÕES E COMANDOS POLICIAIS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES POLICIAIS – 2006	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES POLICIAIS – 2007	Variação (%)
------	--------------------------------	--	--	--------------

01	Operações Especiais	17	72	(+) 323,53
02	Operações Eventuais	26	38	(+) 46,15
03	Operações Integradas de Seg. Pública	13	5	(-) 61,54
04	Operação Conjunta com outro órgão	19	28	(+) 47,37
05	Operação Nacional	4	14	(+) 250
06	Operação de Férias e Feriados Nacionais	58	62	(+) 6,89
07	Operação Regional	00	00	00
08	Operação Regional - Festividades e Eventos	16	3	(-) 81,25
09	Operação de Reforço	35	55	(+) 57,14
10	Operação GPE Regional	00	00	00
11	Operação GPE Nacional	00	00	00
12	Operação Emergencial	08	10	(+) 25
13	Operação de Apoio a outro órgão	17	06	(-) 64,70
14	Comandos Gerais	657	422	(-) 35,77
15	Comandos Médicos	04	06	(+) 50
16	Comandos Educativos	13	22	(+) 69,23
17	Comando de Velocidade	138	120	(-) 13,04
18	Comando de Excesso de Peso	47	22	(-) 53,19
19	Comando de Sinalização/Condições do veículo	248	00	(-) 100
TOTAL DE OPERAÇÕES POLICIAIS		1320	885	(-) 32,95

Fonte: Núcleo de Operações Especiais – 1ª SR/DPRF/MJ

CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE APREENSÕES – 2006	NÚMERO DE APREENSÕES – 2007	Variação (%)
ARMAS APREENDIDAS (em unidades)			
Revólver	35	15	(-) 57,14
Pistola	11	03	(-) 72,73
Rifle	01	00	(-) 100
Espingarda	08	08	0
Carabina	0	01	(+) 100

Submetralhadora	01	00	(-) 100
Armas Brancas	05	06	(+) 20
Outras	0	02	(+) 200
MUNIÇÕES/PROJÉTEIS (em unidades)			
Munições e Projéteis	10692	22783	(+) 113,08
DROGAS			
Cocaína (em gramas)	100985	186,315	(+) 84,50
Maconha (em Kg)	1409,488	104,877	(-) 92,56
Merla (lata)	660	0	0
“Crack” (em unidades)	710	0	0
Lança Perfume (em frascos)	0	12	0
Anfetaminas (em unidades)	9	0	0
Barbitúricos (em unidades)	0	0	0
Outras	10265	4555	(-) 55,62
CONTRABANDO/DESCAMINHO			
Cigarros	27452	22783	(-) 17,00
Fitas/CD's	141280	57302	(-) 59,44
Equipamentos de Informática	3369	1326	(-) 60,64
Equipamentos Eletrônicos	0	5520	(+) 5520
Combustível (em litros)	0	0	0
Bebidas (em litros)	16802	7048	(-) 58,05
Outros	80380	63663	(-) 20,80
EXPLOSIVOS			
Explosivos (em Kg)	428	1,050	(-) 99,75
DOCUMENTOS APREENDIDOS			
Documentos Apreendidos/Recolhidos	469	2082	(+) 343,92
CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE			
Crimes contra o meio ambiente (em ocorrências)	65	109	(+) 67,69
PESSOAS PRESAS/DETIDAS			
Pessoas presas e/ou detidas	459	897	(+) 95,42
ROUBO A CARGA			
Roubo de Cargas (em ocorrências)	58	19	(-) 67,24

CARGAS RECUPERADAS			
Cigarros (ocorrência)	0	01	(+) 100
Combustível (em litros)	200	00	(-) 200
Outros	124	02	(-) 98,39
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS			
Registro de Ocorrências	112	150	(+) 33,93
VEÍCULOS			
Veículos Recuperados	105	111	(+) 5,71
Veículos Apreendidos – Restrição Judicial	05	15	(+) 200
Veículos Apreendidos – Restrição Administrativa	00	00	0
Veículos Retidos - para Regularização	814	4098	(-) 49,49

Fonte: Núcleo de Operações Especiais – 1ª SR/DPRF/MJ

3.7.2. NÚCLEO DE MULTAS E PENALIDADES

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 81, conforme segue:

“Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;*
- II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;*
- III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;*
- IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;*
- V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;*
- VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;*
- VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;*
- VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e*
- IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.”*

O Núcleo de Multas e Penalidades atua de forma muito importante dentro da estratégia de atuação da PRF/GO no sentido de gerir uma área que trata da aplicação, gestão e arrecadação das multas aplicadas pela instituição em decorrências das infrações de trânsito cometidas pelos condutores de veículos nas rodovias federais. Cabe ressaltar que é objetivo primordial da PRF em Goiás, como de qualquer órgão fiscalizador, a simples aplicação de multas.

De forma mais importante ainda é a conscientização dos condutores, através de medidas preventivas, de que o ambiente de trânsito deve ser harmonioso e pacífico, de modo a garantir o direito de ir e vir dos cidadãos brasileiros, desde que obedecidas determinadas normas de conduta, normas estas previamente estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503/1997.

O Núcleo de Multas e Penalidades atua de forma a interpretar as normas de trânsito, resoluções, etc no sentido proporcionar o apoio devido na correta aplicação da penalidade àqueles que insistem em infringir o Código de Trânsito Brasileiro. Esse apoio consiste no esclarecimento dos pontos obscuros em que certos momentos nossos policiais carecem de uma orientação maior pra que a norma seja corretamente aplicada sem que sejam cometidos

abusos, arbitrariedades e injustiças contra os usuários da via pública.

O Núcleo promove ainda a gestão, fiscalização e o acompanhamento da arrecadação das multas aplicadas pela 1ª SR/DPRF/MJ. O órgão não tem meios próprios de promover a arrecadação dos valores impostos, sendo tal atribuição executada através de convênios regionais firmados perante todos os Departamentos de Trânsito Estaduais – DETRANs.

Na tabela seguinte segue os demonstrativos realizados pelo Núcleo de Multas e Penalidades acerca dos autos de infração lavrados 2007.

AUTOS DE INFRAÇÃO – 2006/2007

ITEM	2006	2007	Variação (%)
1. VEÍCULOS FISCALIZADOS	455.108	326.032	(-) 28,36
2. AUTOS DE INFRAÇÃO EXTRAÍDOS	66.917	76.945	(+) 14,98
3. GRAVÍSSIMA	32.929	32.208	(-) 2,19
4. GRAVE	20.535	18.508	(-) 9,87
5. MÉDIA	9.533	15.311	(+) 60,61
6. LEVE	3.484	3.335	(-) 4,28
7. AUTOS INUTILIZADOS/CANCELADOS	3.563	1.220	(-) 65,76

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades - 1ª SR/DPRF/MJ

Ainda no tocante ao Núcleo de Multas e Penalidades, foi uma de suas metas realizar um convênio de cooperação mútua perante o DETRAN/GO para arrecadar as multas emitidas pela 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás, o que fora executado com êxito através do Convênio 001/2005, onde aquele órgão promove a arrecadação de nossas multas mediante o pagamento de taxas específicas por parte da 1ª SR/DPRF/MJ.

PROJETO	RESULTADO
1. Melhorar a arrecadação de multas aplicadas nas rodovias federais no exercício de 2007.	Êxito.

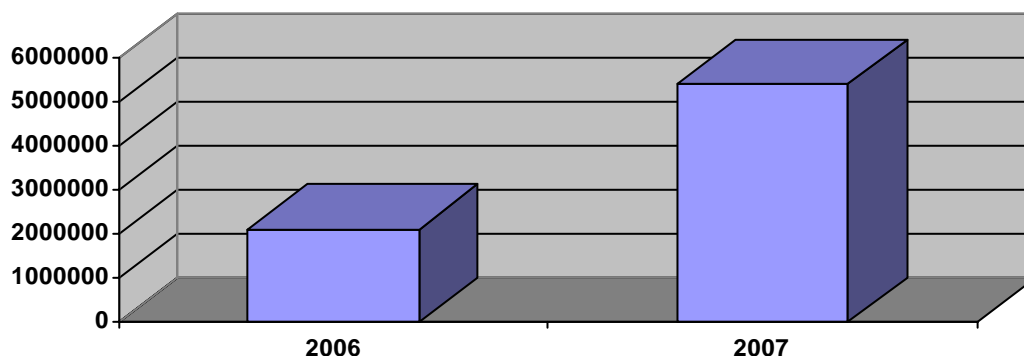
ARRECADADAÇÃO DE MULTAS – 2006/2007

PERÍODO	2006	2007	Variação (%)
JANEIRO	R\$ 0,00	R\$ 301.429,67	-
FEVEREIRO	R\$ 0,00	R\$ 296.898,85	-
MARÇO	R\$ 19.711,69	R\$ 485.513,81	(+) 2.363
ABRIL	R\$ 86.066,89	R\$ 440.942,53	(+) 412,3
MAIO	R\$ 131.267,53	R\$ 480.072,16	(+) 265,7
JUNHO	R\$ 157.088,12	R\$ 500.386,56	(+) 218,5
JULHO	R\$ 178.905,91	R\$ 509.747,50	(+) 184,9
AGOSTO	R\$ 288.076,76	R\$ 569.750,99	(+) 97,7

SETEMBRO	R\$ 281.795,52	R\$ 496.211,79	(+) 76,08
OUTUBRO	R\$ 319.467,40	R\$ 513.116,78	(+) 60,6
NOVEMBRO	R\$ 336.640,56	R\$ 469.167,06	(+) 39,3
DEZEMBRO	R\$ 316.356,72	R\$ 324.442,88	(+) 25,5
TOTAL ARRECADADO (em R\$)	R\$ 2.115.377,10	R\$ 5.387.679,58	(+) 154,6

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades – 1ª SR/DPRF/MJ

EVOLUÇÃO DA ARRECADÇÃO DE MULTAS – 2006/2007



A arrecadação de multas em 2007 aumentou em 154,6% em relação ao ano de 2006 principalmente em função da eficiência do DETRAN/GO em promover a arrecadação das multas aplicadas pela 1ª SR/DPRF/MJ no âmbito das rodovias federais.

No Convênio nº 001/2005, firmado em 15/06/2005, entre a 1ª SR/DPRF/MJ e o DETRAN/GO, este último ficou com a incumbência de promover a arrecadação das multas. Tal instrumento de convênio está em vigência através do seu 2º Termo Aditivo, cuja vigência vai até 24 de junho de 2008.

3.7.3. NÚCLEO DE REGISTRO DE ACIDENTES E MEDICINA RODOVIÁRIA

As atribuições deste núcleo foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 82, conforme segue:

“Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

- a) atendimento pré-hospitalar e resgate;*
- b) transporte inter-hospitalar;*
- c) transporte de órgãos;*
- d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;*
- e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;*
- f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;*
- g) atividades de medicina do tráfego;*
- h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;*
- i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.*

II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.”

Resumidamente, o Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária atua de forma a coordenar, planejar, orientar e executar as atividades de saúde ao longo das rodovias federais. Mesmo com atribuições extensas, um fato que ainda prejudicou substancialmente o bom desempenho do planejamento das atividades de saúde foi o baixo efetivo de policiais rodoviários federais, mesmo com concursos anuais para provimento de seus quadros.

O que tem contribuído ainda para o bom desempenho da Polícia Rodoviária Federal no cumprimento de sua atividade fim, além da intensificação de sua presença ostensiva nas rodovias, são os trabalhos de conscientização e educação para o trânsito, desenvolvidos junto às instituições de ensino e às empresas privadas no ramo de transporte de pessoas e de cargas, bens e valores, através das constantes palestras e seminários sobre segurança no trânsito.

A mídia regional, em parceria com a PRF/GO, tem colaborado com intuito de conscientizar a população sobre sua responsabilidade no trânsito, com o objetivo de diminuir o alto índice de acidente, mortos e feridos nas rodovias.

Visando dar um melhor aproveitamento aos veículos tipo UTI – Resgate Móvel, a 1ª SR/DPRF/MJ, através do Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária, firmou perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, através de convênio, a cessão de 04 (quatro) viaturas do tipo UTI – Resgate, da marca FIAT Iveco Dailly, para atuarem no atendimento médico de urgência nos municípios de *Abadia de Goiás* – BR – 060 (região metropolitana de Goiânia – saída pra Rio Verde), *Goiânia* – BR – 060 (região metropolitana – saída pra Anápolis), *Catalão* – BR – 050 e *Porangatu* – BR – 153, atendendo às ocorrências de acidentes de trânsito com vítimas e prestando auxílio nos municípios que margeiam tais rodovias.

Tal parceria sem sido muito importante, uma vez que a 1ª SR/DPRF/MJ cede os veículos e realiza as manutenções, enquanto o Corpo de Bombeiros Militar – CBM fornece a mão-de-obra qualificada (motoristas e socorristas) e o combustível necessário. A seguir temos uma tabela contendo os números apurados com relação aos acidentes registrados nas rodovias federais goianas durante o exercício de 2007, comparando-os com os números apurados em 2006:

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	Varição (%)
ACIDENTES REGISTRADOS	3224	4177	(+) 29,56
MORTOS	199	256	(+) 28,64
FERIDOS GRAVES/LEVES	1780	3108	(+) 74,61
ACIDENTES SEM VÍTIMAS	1757	2219	(+) 26,29
ACIDENTES COM VÍTIMAS	1321	1745	(+) 32,09
ACIDENTES COM MORTOS	146	213	(+) 45,89
VEÍCULOS ENVOLVIDOS	4994	6473	(+) 29,61
OCUPANTES ENVOLVIDOS	6528	11906	(+) 82,38

VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF/GOIÁS	212	340	(+) 60,37
--	-----	-----	------------------

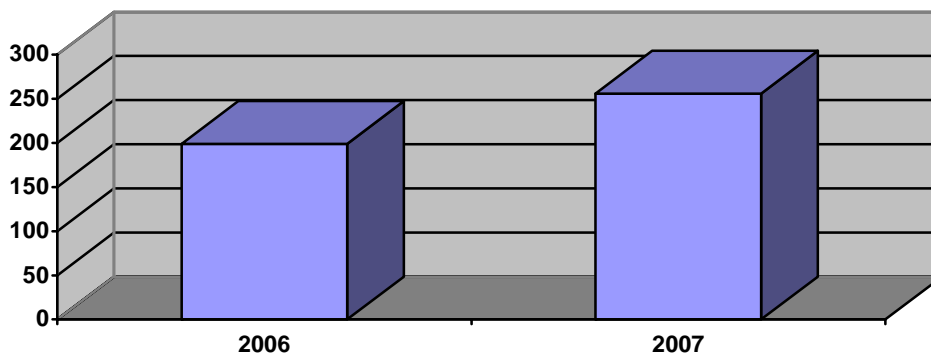
Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - 1ª SR/DPRF/MJ

TIPOS DE ACIDENTE		FASES DO DIA		HORAS DIRIGINDO	
Colisão Traseira	918	Amanhecer	224	De 00:00 a 00:15	1934
Colisão Lateral	605	Pleno Dia	2199	De 00:15 a 01:00	2341
Colisão Frontal	150	Anoitecer	288	De 01:00 a 02:00	891
Colisão Transversal	275	Noite	1465	De 02:00 a 03:00	438
Colisão c/ Objeto Fixo	178	Não Informado	1	De 03:00 a 04:00	262
Colisão c/ Bicicleta	48	TOTAL	4177	De 04:00 a 05:00	155
Atropelamento de Pessoa	99	TRAÇADO DA VIA		Mais de 05:00	352
Atropelamento de Animal	136	Reta	3139	Ignorado	100
Tombamento	178	Curva	878	TOTAL	6473
Capotamento	203	Cruzamento	160	TIPOS DE VEÍCULOS	
Incêndio	14	Não Definido	0	Bicicleta	63
Saída de Pista	1132	TOTAL	4177	Motoneta	102
Danos Eventuais	35	DADOS DOS CONDUTORES		Motocicleta	623
Colisão c/ Objeto Móvel	69	Masculino	5643	Triciclo	1
Queda de Motocicleta	124	Feminino	542	Automóvel	2910
Derramamento de Carga	13	Não Identificado	288	Camionetes	711
TOTAL	4177	TOTAL	6473	Micro ônibus	18
FATORES CONTRIBUINTES		ESTADO ETÍLICO		Ônibus	118
Velocidade Incompatível	150	Positivo	238	Caminhão	901
Ultrapassagem Indevida	94	Negativo	5051	Reboque/Semireboque	9
Ingestão de Álcool	132	Ignorado	1184	Caminhão Trator	989
Desobediência à Sinalização	125	TOTAL	6473	Tração Animal	5
Defeito Mecânico no Veículo	276	TEMPO DE HABILITAÇÃO		Máquina Agrícola	7
Defeito na Via	150	Menos de 01 ano	115	Outros	16
Animais na Pista	159	De 1 a 4 anos	893	TOTAL	6473
Falta de Atenção	968	De 5 a 9 anos	1363	DADOS DAS VÍTIMAS	
Dormindo	166	De 10 a 14 anos	982	MORTOS – SEXO	
Distancia de Segmento	203	De 15 a 19 anos	657	Masculino	183
Outras	1754	De 20 a 24 anos	618	Feminino	54
TOTAL	4177	De 25 a 29 anos	622	Ignorado	19
CONDIÇÃO DO TEMPO		Mais de 30 anos	676	TOTAL	256
Bom	2050	Inabilitado	304	MORTOS – CONDIÇÃO	
Sol	652	Ignorado	243	Condutor	143
Nevoeiro/Neblina	14	TOTAL	6473	Passageiro	79
Chuva	736	USO DO CINTO		Pedestre	34
Vento	34	Sim	4474	Outros	0
Nublado	443	Não	104	TOTAL	256
Ignorado	43	Ignorado	1091	RESUMO	
Inexistente	204	Não aplicável	804	Total de Acidentes s/ Vítimas	2219
Granizo	1	TOTAL	6473	Total de Acidentes c/ Feridos	1745
TOTAL	4177	USO DO CAPACETE		Total de Acidentes c/ Mortos	213
VIA COM PISTA		Sim	663	Total de Acidentes	4177
Simplex	2254	Não	113	Total de Feridos	3108
Dupla	1855	Ignorado	194	Total de Mortos	256
Múltipla	68	Não aplicável	5503	Total de Ilesos	8542
Não Definido	0	TOTAL	6473	Total de Veículos Envolvidos	6473
TOTAL	4177	NURAM/1ª SR/DPRF/MJ		Total Ocupantes Envolvidos	11906
DISCRIMINAÇÃO			2006	2007	Variação (%)
ACIDENTES REGISTRADOS			3224	4177	(+) 29,56
MORTOS			199	256	(+) 28,64
FERIDOS GRAVES/LEVES			1780	3108	(+) 74,61
ACIDENTES SEM VÍTIMAS			1757	2219	(+) 26,29

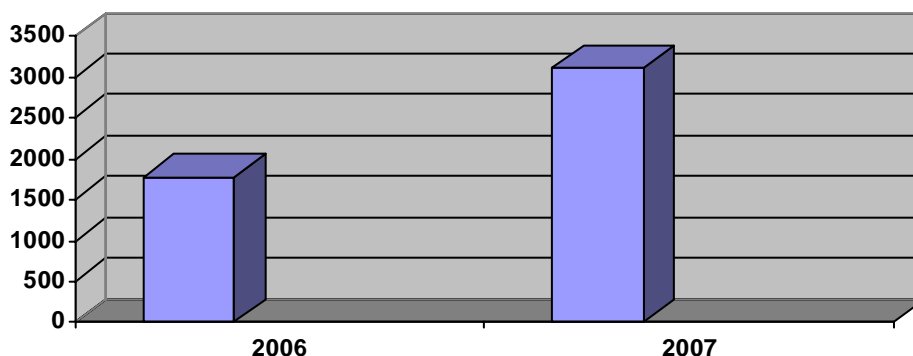
ACIDENTES COM VÍTIMAS	1321	1745	(+) 32,09
ACIDENTES COM MORTOS	146	213	(+) 45,89
VEÍCULOS ENVOLVIDOS	4994	6473	(+) 29,61
OCUPANTES ENVOLVIDOS	6528	11906	(+) 82,38
VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF/GOIÁS	212	340	(+) 60,37

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - 1ª SR/DPRF/MJ

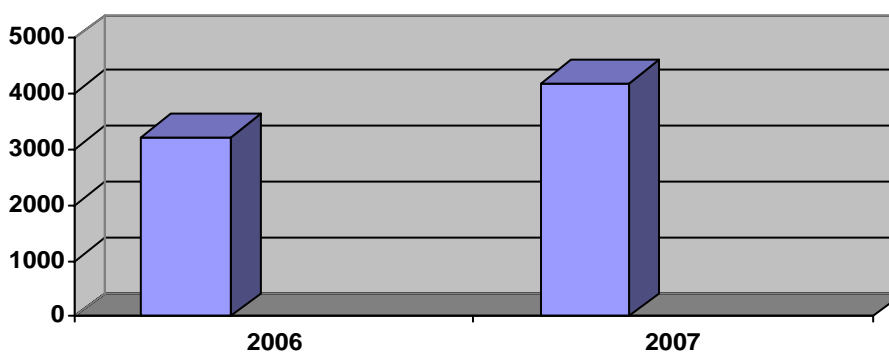
NÚMERO DE MORTOS



NÚMERO DE FERIDOS



NÚMERO DE ACIDENTES REGISTRADOS



COMANDOS MÉDICOS PREVENTIVOS – 2007

MODALIDADE DE EXAME (*)	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	TOTAIS	Varição (%)
	27 de Abril	29 de Junho	05 de Setembro	29 de Novembro	04	-
Efetivo de PRFs	25	26	23	32	106	-

Efetivo externo	45	68	55	25	193	-
Motoristas Examinados	122	145	145	154	566	100
Acima do Peso	67	72	96	117	352	62,19
Circunferência Abdominal	-	-	-	-	-	-
Gordura Corporal	-	-	-	-	-	-
Triglicérides	-	-	-	-	-	-
Hiperglicemia	22	13	11	23	69	12,19
Pressão Arterial	37	20	38	25	120	21,20
Carga Horária Excessiva	76	79	97	118	370	65,37
Medicamentos Impróprios	-	-	-	-	-	-
Etilismo	13	55	66	61	195	34,45
Acuidade Auditiva	-	7	-	20	27	4,77
Tabagismo	15	24	47	31	117	20,67
Acuidade Visual	5	39	23	20	87	15,37
Visão Estéreos	-	-	16	-	16	2,83
Visão cromática	-	-	1	-	1	0,18
Ofuscamento	-	1	-	-	1	0,18
Campimetria	-	-	-	-	-	-
Envolvidos em Acidentes	15	17	22	26	80	14,13
Força Manual D	4	-	3	2	9	1,59
Força Manual E						
Colesterol	15	1	6	4	26	4,59(**)
Grau de Sonolência	16	16	10	10	52	9,19
Pupílometria	-	-	-	-	-	-
Frequência Cardíaca	-	-	-	-	-	-

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 1ªSR/DPRF/MJ

Observações Importantes:

(*) - Os motoristas examinados podem ser enquadrados em mais de um fator de risco. Algumas modalidades de exame deixaram de ser realizados pela carência de equipamento adequado.

(**) – A variação percentual foi obtida dividindo-se o número total de cada modalidade de exame pelo total de motoristas examinados multiplicando o índice por 100.

Ex.: Número de Motoristas com Colesterol/ Número de Motoristas Examinados = $(26/566) \times 100 = 4,59\%$

3.8. SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

As atribuições da Seção Administrativa e Financeira foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 83, conforme segue:

“Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV - coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional;

e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.”

A Seção Administrativa e Financeira da 1ª SR/DPRF/MJ é a seção que abarca um maior número de núcleos, totalizando 05 (cinco), quais sejam: *Núcleo de Orçamento e Finanças, Núcleo de Serviços Gerais, Núcleo de Patrimônio e Material, Núcleo de Documentação e o Núcleo de Telemática.*

Dentre as principais estratégias de atuação da seção, está a de proporcionar todos os meios necessários para que se alcancem os resultados esperados por toda a atividade finalística da 1ª SR/DPRF/MJ no Estado de Goiás.

Dentro das programações da Seção Administrativa e Financeira para o exercício de 2007, concluiu-se pela necessidade de realização dos seguintes objetivos:

PROJETO	RESULTADO
1. Contratação de empresa especializada na reforma e adequação do posto PRF de Jaraguá, subordinado à 2ª Del PRF de Anápolis.	Êxito
2. Contratação de empresa especializada na execução dos projetos de engenharia e arquitetura visando a reforma da sede da 1ª SR/DPRF/MJ.	Êxito
3. Contratação de empresa especializada na execução dos projetos de engenharia e arquitetura visando a reforma da sede da 5ª Del PRF de Jataí.	Êxito
4. Contratação de empresa especializada na execução dos projetos de engenharia e arquitetura visando a reforma da sede da 1ª Del PRF de Goiânia.	Êxito
5. Aquisição de fardamento de uso operacional a todos os policiais rodoviários federais, sendo 02 (duas) calças e 02 (duas) camisas.	Êxito
6. Aquisição de botas operacionais a todos os policiais rodoviários federais.	Êxito
7. Aquisição de equipamentos de informática, sendo monitores de vídeo, estações de trabalho, etc.	Êxito
8. Aquisição de uma máquina de recarga de munição.	Êxito
9. Aquisição de viaturas policiais para uso operacional.	Êxito
10. Aquisição de mobiliário (mesas e cadeiras).	Êxito
11. Procurar promover as aquisições através de Pregões eletrônicos.	Êxito
12. Intensificar a utilização do uso do Pregão Eletrônico via SRP – Sistema de Registro de Preços	Êxito
13. Aquisição de Palm Tops (PDA's) para acesso de informações.	Êxito
14. Evitar a realização de dispensas de licitação, preferindo a utilização dos Pregões Eletrônicos e estimular a utilização da Cotação Eletrônica como meios de aquisição de materiais considerados licitáveis.	Êxito.
15. Estimular a utilização de Leilões públicos visando o desfazimento das viaturas consideradas antieconômicas, ociosas ou irrecuperáveis.	Êxito.

No que tange à organização da seção, todos os procedimentos inerentes às dispensas de licitação, reajustes contratuais, ajudas de custo, licitações e contratos públicos, ressarcimento de multas a usuários estão sendo arquivados na própria seção e não no núcleo de documentação.

O motivo é facilitar o acesso a tais processos, uma vez que são solicitados constantemente para alguma consulta, tanto por parte da Superintendência como pela Gerência Regional de Controle Interno nas suas

auditorias de gestão.

A respeito das orientações relativas à área de realização de despesas, foi exigido do Núcleo de Serviços Gerais que fossem realizadas o mínimo de dispensas de licitação e inexigibilidades (Artigo 24, Incisos I e II e Artigo 25, ambos da Lei 8.666/93). Devendo a dispensa de licitação e a inexigibilidade constituírem-se numa exceção à regra e não uma rotina na realização da despesa pública.

Todas as despesas consideradas licitáveis, tais como, manutenção da frota, manutenção de equipamentos de informática, impressoras, equipamentos de ambiente de rede, limpeza, asseio e conservação, vigilância armada, recepcionista e telefonista, passagem aéreas, locação de fotocopiadoras multi-função, telefonia celular, telefonia fixa, locação de impressoras, carimbos, chaves, rastreamento de matérias televisivas (*clipping*), aquisição de pneus, café, água, açúcar, etc, possuem contratos oriundos de procedimentos licitatórios, principalmente na modalidade Pregão Eletrônico e Pregão Eletrônico (SRP).

Existe ainda uma pequena dificuldade em se evitar a realização de dispensas de licitação e inexigibilidades, pois nossas instalações prediais, servidores, veículos, máquinas e equipamentos não estão centralizados apenas em Goiânia/GO. As contas públicas, tais como água e esgoto, energia elétrica, licenciamento da frota, publicações junto a Radiobrás e Imprensa Nacional são executadas com fundamento na inexigibilidade de licitação (Art. 25 da Lei 8.666/93).

Possuímos 15 postos policiais espalhados ao longo das rodovias dotados de viaturas, armas e munições, equipamentos de socorro às vítimas de acidentes, radares, bafômetros, etc e que, ocasionalmente, necessitam de reparos, substituições, enfim, toda manutenção necessária para que a PRF em Goiás cumpra com suas obrigações institucionais atribuídas pelo Decreto nº 1.655/95.

Dentro das parcerias exitosas firmadas pela 1ª SR/DPRF/MJ, não podemos deixar de destacar as principais logo abaixo:

- ✓ **Ministério Público do Estado de Goiás** - visando o combate a prostituição infantil às margens das rodovias federais, mapeando todos os pontos de prostituição, utilizando-se do serviço de inteligência da PRF/GO e realizando as operações policiais com o apoio dos Delegados de Polícia Civil das comarcas envolvidas e a participação dos promotores públicos de justiça;
- ✓ **Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás** - visando o atendimento rápido de urgência às vítimas de acidente de trânsito nas rodovias federais, disponibilizando, através de convênio, 04 (quatro) viaturas do tipo UTI – Resgate, da marca FIAT Iveco Dailly, que atuam nos municípios de *Abadia de Goiás* – BR – 060 (região metropolitana de Goiânia – saída pra Rio Verde), *Goiânia* – BR – 060 (região metropolitana – saída pra Anápolis), *Catalão* – BR – 050 e *Porangatu* – BR – 153;
- ✓ **Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Goiás** - onde o órgão cede à 1ª SR/DPRF/MJ 02 (dois) postos de fiscalização adaptados e reformados pra uso como postos policiais, estrategicamente localizados de modo a atender às necessidades operacionais da PRF/GO;
- ✓ **DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito** - onde mantemos um convênio de cooperação mútua visando que o órgão promova a arrecadação das multas aplicadas pela 1ª SR/DPRF/GO nas rodovias federais, dentre outros serviços públicos e que não são executados pela PRF/GO.

3.8.1. NÚCLEO DE SERVIÇOS GERAIS

As atribuições do Núcleo de Serviços Gerais foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 87, conforme segue:

“Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:

- I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;*
- II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;*
- III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;*
- IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;*
- V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;*
- VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de*

combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.”

O Núcleo de Serviços Gerais é um núcleo de suma importância na manutenção da operacionalidade administrativa do órgão, tendo em vista que suas atribuições são vastas e exigem um emprego imediato no atendimento das demandas internas do órgão, atuando de uma forma bastante versátil dentro da estrutura orgânica do órgão.

O núcleo é responsável pela solução do problema do vazamento de água na torneira até ao controle e gestão da frota de viaturas, gestão de contratos diversos (limpeza, asseio e conservação, recepção, telefonista, vigilância, manutenção da frota, etc), aquisição de passagens aéreas, manutenção e conservação predial, etc e ainda processar todas as aquisições isentas de licitação (dispensas e inexigibilidades de licitação).

A seguir, informaremos as realizações do Núcleo de Serviços Gerais no que se refere a DISPENSAS DE LICITAÇÃO, informando número de ordem, processo, beneficiário, valor, nota de empenho e Ordem Bancária:

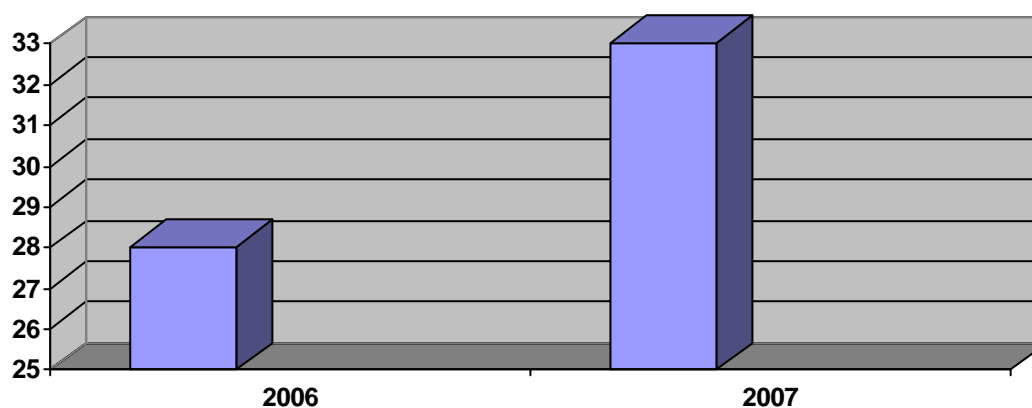
DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO – 2007

PROCESSO	BENEFICIÁRIO	VALOR
08662000639/07-98 – Inexigibilidade	Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.	R\$ 34.944,00
08662000954/07-15 – Dispensa	REC Telecom Equip e Serviços de Telecomunicação.	R\$ 1.910,00
08662001722/07-84 – Dispensa	MBM Produtos de Escritório e Informática	R\$ 1.375,00
08662002030/07-53 – Inexigibilidade	Superintendência Regional do INMETRO – GO	R\$ 729,30
08662003167/07-25 – Dispensa	Fraternidade e Assistência a Menores Aprendizizes	R\$ 7.952,50
08662003255/07-27 – Dispensa	Ambiental - Divisórias e Revestimentos Ltda	R\$ 6.900,00
08662003877/06-74 – Dispensa	Marcelo Freitas Valle – ME	R\$ 7.865,00
08662004958/06-91 – Dispensa	Juristec Livros Jurídicos Técnicos Ltda	R\$ 2.788,00
08662004974/06-84 – Dispensa	TELC Telecom Empreendimentos Ltda	R\$ 6.300,00
08662004975/06-29 – Inexigibilidade	Superintendência Regional do INMETRO – GO	R\$ 9.360,00
08662005215/07-10 - Dispensa	REC Telecom Equipamentos e Serviços de Telecomunicação	R\$ 1.190,00
08662005247/07-15 - Dispensa	Marcelo Freitas Valle – ME	R\$ 7.995,00
08662004532/06 – Dispensa	Distribuidora de Chaves Gold	R\$ 5.516,87
08662000839/07-41 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 3.102,00
08662000839/07-41 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 1.749,00
08662004648/06 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 1.562,77
08662004648/06 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 1.241,76

08662000075/07-93 – Dispensa	Polícia Militar do Estado de Goiás	R\$ 8.208,00
08662001715/07-82 – Dispensa	Bellcomsys Comércio e Prestação de Serviços	R\$ 1.167,29
08662001715/07-82 – Dispensa	Bortolai Livros Ltda	R\$ 115,46
08662001715/07-82 – Dispensa	MA Pontes Editora e Dist Ltda	R\$ 1.435,90
08662001130/07-62 - Dispensa	Cical S.A.	R\$ 4.134,00
08662001130/07-62 - Dispensa	Cical S.A.	R\$ 8.106,74
08662004810/06-57 – Inexigibilidade	Celg S.A.	R\$ 281.552,76
08662004808/06-88 – Inexigibilidade	Chesp S.A.	R\$ 21.289,80
08662004809/06-22 – Inexigibilidade	Saneago S.A.	R\$ 38.925,84
08662004812/06-46 – Inexigibilidade	Detran/GO	R\$ 28.377,38
08662004811/06-00 - Inexigibilidade	Imprensa Nacional	R\$ 12.879,80
08662004975/06-29 – Inexigibilidade	Inmetro/GO	R\$ 9.360,00
08662004667/07-84 – Inexigibilidade	Radiobrás S.A.	R\$ 40.000,00
08662005051/07-21 – Inexigibilidade	Ribco do Brasil Imp e Exportação	R\$ 6.678,00
08662005051/07-21 – Inexigibilidade	Elec – Ind e Com Equip de Medição	R\$ 2.261,00
08662005317/07-35 – Inexigibilidade	Inmetro/GO	R\$ 3.900,00

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais-1ª SR/DPRF/MJ

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES



Percebe-se que houve um acréscimo de 17,86% no número de realização de dispensas e inexigibilidades em 2007 se comparado ao ano de 2006. Em 2006 foram realizadas, entre dispensas e inexigibilidades, 28 (vinte e oito) despesas, enquanto em 2007 foram realizadas 33 (trinta e três) despesas nestas modalidades. A meta ainda é a diminuição destes números, optando-se sempre pela realização de Pregões Eletrônicos como meio de suprimentos de bens e serviços.

LICITAÇÕES DEFLAGRADAS - 2007

PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VLR DE REFERÊNCIA	VALOR ADJUDICADO	ECONOMIA OBTIDA
08662000852/2007-08	Pregão Eletrônico nº 002/2007	O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa concessionária homologada pela ANATEL para a prestação de serviço de telefonia móvel pessoal pós-pago – SMP – Serviço Móvel Pessoal, para as estações móveis que atendam a área de abrangência da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/GO, em especial nos municípios próximos às rodovias federais BR's 020, 040, 050, 060, 070, 080, 153, 158, 364, 414 e 452, conforme condições e especificações constantes no Edital e seus Anexos.	R\$ 67.415,36	R\$ 58.986,14	12,50%
08662004813/2006-91	Pregão Eletrônico nº 004/2007 (Repetido)	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas, em âmbito nacional e internacional a serem utilizados pela 1ª SR/DPRF/GO durante o exercício de 2007.	R\$ 95.000,00	R\$ 7.172,50	7,55%
08662000052/2007-89	Pregão Eletrônico nº 005/2007	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO consistindo no rastreamento eletrônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Goiás, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 7.680,00	R\$ 7.680,00	0% (*)
08662004563/2006-99	Pregão Eletrônico nº 007/2007	A presente licitação tem por objeto a aquisição de material permanente para uso da 1ª SR/DPRF/MJ, conforme especificações mínimas e quantidades constantes do ANEXO I deste Pregão.	R\$ 15.675,08	R\$ 12.379,92	21,02%
08662001251/2007-12	Pregão Eletrônico nº 008/2007 – SRP	O objeto da presente licitação é o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, de material de consumo (água mineral, café em pó, açúcar cristal e chá) para atender às necessidades da 1ª SRPRF/GO, conforme especificações discriminadas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 31.761,00	R\$ 23.790,00	25,10%

08662002604/2007-93	Pregão Eletrônico nº 009/2007	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção corretiva em equipamentos de informática, elétricos, telefônicos e cabeamento lógico, incluindo o fornecimento de peças e componentes, pertencentes à 1ª SR/DPRF/MJ, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.	R\$ 35.784,39	R\$ 30.820,00	13,87%
08662002806/2007-35	Pregão Eletrônico nº 012/2007 - SRP	O objeto da presente licitação é o registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para aquisição de MATERIAL DE CONSUMO – Pneus, para atender às necessidades operacionais da 1ª SRPRF/GO, conforme especificações discriminadas no ANEXO I.	R\$ 354.312,65	R\$ 217.640,00	38,57%
08662001130/2007-62	Pregão Eletrônico nº 014/2007 (Repetição)	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de recuperação total, incluindo serviços de mecânica em geral, com fornecimento de peças novas e originais, serviços de lanternagem, pintura, alinhamento e balanceamento de rodas, de troca de óleo lubrificante de motor e câmbio, regulagem eletrônica de motor, dentre outros, no veículo oficial da marca GM, modelo Zafira, placa NFH9945, pertencente à 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás.	R\$ 16.320,99	R\$ 12.240,74	25,00%
08662004984/2007-09	Pregão Eletrônico nº 015/2007	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas, em âmbito nacional e internacional, a serem utilizadas pela 1ª SR/DPRF/GO durante o exercício de 2008.	R\$ 95.000,00	R\$ 6.355,50	6,69%
08662005614/2007-81	Pregão Eletrônico nº 017/2007	A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa de engenharia, em regime de empreitada por preço global, para a prestação de serviços de conservação e manutenção dos bens imóveis das unidades operacionais da 1ª SR/DPRF/GO, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I.	R\$ 175.960,63	R\$ 174.259,61	0,96671% (**)

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SR/DPRF/MJ

Observações Importantes:

(*) – Não houve economia com a contratação uma vez que apenas 01 (uma) empresa do ramo em Goiânia apresentou-se em condições de executar o objeto. O mercado ainda é carente de empresas habilitadas a participar de Pregões. Pode até mesmo haver mais de uma empresa do ramo, mas apenas a contratada participou do certame licitatório.

*(**) – A economia obtida foi baixa devido ao fato de que não apareceram concorrentes durante a sessão pública e os serviços a serem contratados eram de suma importância para a manutenção dos postos policiais.*

CONTRATOS FIRMADOS - EM 2007

Nº DE ORDEM	FORNECEDOR	OBJETO	Nº CONTRATO	VALOR Em R\$
01	Distribuidora de Chaves Gold Ltda	Aquisição de cópias de chaves, instalação de fechaduras, abertura de fechaduras, troca de segredos e confecção de carimbos diversos.	001/2007	R\$ 5.516,87
02	Distak Agência de Viagens e Turismo Ltda	Aquisição de passagens aéreas em âmbito nacional e internacional.	002/2007	R\$ 95.000,00
03	Em Tempo Clipping Ltda	Aquisição de serviços de Assessoria em Comunicação consistindo no rastreamento telefônico de mídia televisiva, visando acompanhar, conhecer e arquivar os fatos ou acontecimentos que interessem à 1ª SR/DPRF/MJ.	003/2007	R\$ 7.680,00
04	14 Brasil Telecom Celular S.A.	Aquisição de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP para ligações originadas das estações móveis da 1ª SR/DPRF/MJ, consistindo no fornecimento de 33 (trinta e três) acessos com aparelho telefônico em regime de comodato.	004/2007	R\$ 58.986,14
05	MBS – Distribuidora Comercial Ltda	Aquisição de material permanente (condicionadores de ar) para uso da 1ª SR/DPRF/MJ.	006/2007	R\$ 13.379,92
06	Murilo de Carvalho Barra	Contratação de Leiloeiro Público Oficial com vistas a proceder ao leilão público de veículos apreendidos e/ou retidos há mais de 90 dias.	007/2007	Artigo 24 do Decreto nº 21.981/32.
07	Radiobrás S.A. – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.	Aquisição dos serviços de publicidade legal.	008/2007	R\$ 40.000,00
08	Life Informática Ltda	Aquisição de serviços de manutenção corretiva em equipamentos de informática, elétricos, telefônicos e cabeamento lógico, incluindo o fornecimento de peças e componentes.	009/2007	R\$ 30.820,00
09	Cical S.A. – Ind e Comércio	Aquisição de serviços de recuperação total, incluindo os serviços de mecânica em geral, com fornecimento de peças novas e originais, serviços de lanternagem, pintura, alinhamento e balanceamento de rodas, troca de óleo lubrificante de motor e de câmbio, regulagem eletrônica de motor, dentre outros, no veículo GM Zafira placa NFH 9945.	011/2007	R\$ 4.134,00
10	Cobretudo Serviços Ltda	Aquisição de serviços de manutenção e conservação dos bens imóveis das seguintes unidades operacionais: Postos de fiscalização 1/01 e 1/02, Delegacia de Goiânia/GO; 4/01, Delegacia de Rio Verde/GO; 6/01, Delegacia de Catalão/GO; 7/01 e 7/02, Delegacia de Porangatu/GO.	012/2007	R\$ 174.259,61
11	Cical S.A. – Ind e Comércio	Aquisição de serviços de recuperação total, incluindo os serviços de mecânica em geral, com fornecimento de peças novas e originais, serviços de lanternagem, pintura, alinhamento e balanceamento de rodas, troca de óleo lubrificante de motor e de câmbio, regulagem eletrônica de motor, dentre outros, no veículo GM Zafira placa NFH 9945.	13/2007	R\$ 8.106,74

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SR/DPRF/MJ

Com relação à manutenção da frota de viaturas policiais, gostaríamos de ressaltar que possuímos aproximadamente 108 (cento e oito) veículos oficiais, entre carros, motos, caminhões, vans e reboques, excluídas aí 22 (vinte e duas) viaturas levadas à hasta pública em 2007. Todas as viaturas oficiais possuem lotação nas Delegacias e postos policiais do interior do Estado, onde possuímos 15 (quinze) postos de fiscalização, 07 Delegacias Regionais e a sede da 1ª SR/DPRF/MJ em Goiânia.

O controle de combustíveis é feito tanto Delegacias como na sede da 1ª SR/DPRF/MJ e o controle da manutenção das viaturas é feito em Goiânia/GO pelo Núcleo de Serviços Gerais.

A empresa contratada para administrar o fornecimento de combustíveis e controlar o quantitativo utilizado, bem como seus custos, é a RODOTICKET – Ticket Car, através de um contrato firmado pelo nosso DPRF/MJ em Brasília/DF. A seguir, demonstraremos o **GASTO COM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS DA 1ª SR/DPRF/MJ** do período de JANEIRO A DEZEMBRO em 2006 e 2007.

GASTOS COM MANUTENÇÃO - 2006 e 2007

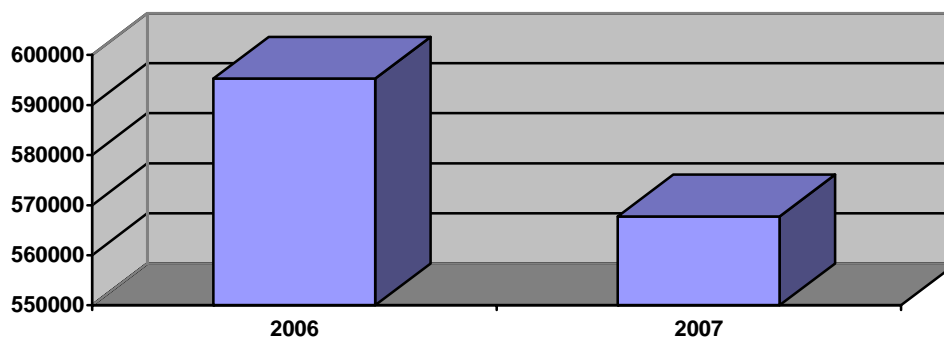
MÊS	2006	2007	Variação (%)
JANEIRO	R\$ 83.111,01	R\$ 62.844,32	(-) 24,38
FEVEREIRO	R\$ 59.967,27	R\$ 69.748,83	(+) 16,31
MARÇO	R\$ 72.596,58	R\$ 36.495,00	(-) 49,72
ABRIL	R\$ 32.864,80	R\$ 42.358,18	(+) 28,89
MAIO	R\$ 51.211,87	R\$ 45.811,05	(-) 10,55
JUNHO	R\$ 19.980,06	R\$ 42.491,32	(+) 112,67
JULHO	R\$ 51.845,89	R\$ 28.864,26	(-) 44,32
AGOSTO	R\$ 67.602,73	R\$ 57.091,82	(-) 15,54
SETEMBRO	R\$ 59.820,06	R\$ 41.943,21	(-) 29,88
OUTUBRO	R\$ 29.206,68	R\$ 55.819,57	(+) 91,12
NOVEMBRO	R\$ 38.028,61	R\$ 38.176,92	(+) 0,39
DEZEMBRO	R\$ 29.027,89	R\$ 46.094,66	(+) 58,79
TOTAIS	R\$ 595.263,45	R\$ 567.739,14	(-) 4,62

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SR/DPRF/MJ

Nota-se uma diminuição de 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois pontos percentuais) na despesa com manutenção da nossa frota de veículos oficiais e que tal decréscimo decorre de alguns fatos que merecem destaque, quais sejam:

- Realização de leilões anuais, onde as viaturas consideradas antieconômicas, inservíveis e irrecuperáveis são levadas à hasta pública. Os recursos angariados com estes leilões têm como contrapartida a aquisição de viaturas novas; e as
- Limitações orçamentárias para dispêndio com a manutenção, pois possuímos um lastro no contrato e outro na dotação orçamentária o que nos obriga a administrar os recursos escassos em relação às demandas por manutenção.

COMPORTAMENTO DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO DA FROTA



VIATURAS CONSIDERADAS ANTIECONÔMICAS – 2007

Nº	PLACA	ANO	MARCA/MODELO	GASTO
01	JFO 3621	2001	FIAT Marea 1.8	R\$ 17.488,80
02	JZJ 2047	2001	FIAT Marea 1.8	R\$ 10.159,41
03	KDR 5954	1998	GM Blazer	R\$ 12.713,17
04	KEI 2794	2000	GM Corsa Wind 1.0	R\$ 12.605,86
05	KEN 7037	2001	FIAT Marea 1.8	R\$ 11.153,18
06	KEN 7177	2001	GM Corsa Wind 1.0	R\$ 12.688,27
07	KEN 7287	2001	FIAT Marea 1.8	R\$ 12.976,47
08	NGC 8324	2004	GM Blazer Advantage	R\$ 21.792,53

As viaturas consideradas antieconômicas estão sendo objeto de Leilão público, cuja contrapartida dos recursos angariados é a aquisição de novas viaturas policiais. Da tabela acima, caso persistam os dispêndios com as referidas viaturas, possivelmente em 2008 as mesmas deverão ser alienadas através do Leilão público.

No exercício de 2007, houve um Leilão público de viaturas policiais, na data de 26/09/2007, na cidade de Palmas/TO, onde, juntamente com viaturas do Distrito Federal e Tocantins, foram leiloadas 22 (vinte e duas) viaturas oficiais de Goiás, redundando numa arrecadação de R\$ 219.200,00 (Duzentos e dezenove mil e duzentos reais).

DISCRIMINAÇÃO	META FÍSICA	RESULTADO	ARRECADAÇÃO UNITÁRIA MÉDIA
Leilão de Viaturas Oficiais	22	R\$ 219.200,00	R\$ 9.963,63

VIATURAS NOVAS RECEBIDAS – 2007

Nº	PLACA	ANO	MARCA/MODELO
01	NGO 2906	2007	GM Astra Sedan Advantage
02	NGS 7093	2007	MMC/L 200 4X4 GL
03	NGX 7187	2007	Renault Furgão Máster 13M3 25 DCI
04	NGY 4154	2007	GM Astra Sedan Advantage

05	NGY 4184	2007	GM Astra Sedan Advantage
06	NGY 4214	2007	GM Astra Sedan Advantage
07	NGY 4264	2007	GM Astra Sedan Advantage
08	NGY 4284	2007	GM Astra Sedan Advantage
09	NGY 4314	2007	GM Astra Sedan Advantage
10	NGY 4384	2007	GM Astra Sedan Advantage
11	NGY 4504	2007	GM Astra Sedan Advantage
12	NGY 4524	2007	GM Astra Sedan Advantage
13	NGY 4564	2007	GM Astra Sedan Advantage

As viaturas novas recebidas em 2007 são oriundas da realização de um Pregão Eletrônico (SRP) efetuado pelo nosso DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília/DF. A aquisição é feita de forma centralizada e os veículos são distribuídos pelo país consoante um cronograma de entrega a ser cumprido em contrato.

3.8.2. NÚCLEO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

As atribuições do Núcleo de Orçamento e Finanças foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 84, conforme segue:

“Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

- I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;*
- II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;*
- III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;*
- IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;*
- V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;*
- VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;*
- VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;*
- VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;*
- IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;*
- X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;*
- XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;*
- XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e*
- XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.”*

O Núcleo de Orçamento e Finanças controla e executa todas as atividades relacionadas à administração orçamentária e financeira do órgão, atuando de forma conjunta com as demais seções e núcleos na elaboração, alocação, controle e gestão dos recursos descentralizados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, de forma a proporcionar que a execução orçamentária e financeira do órgão seja eficiente e eficaz.

A seguir, algumas informações relevantes do Núcleo de Orçamento e Finanças:

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA DISCIPLINAR

2006	2007
R\$ 31.809,12	R\$ 26.363,18

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA OPERACIONAL

2006	2007 (*)
R\$ 230.586,50	R\$ 529.421,55

(*) - O acréscimo de 129,60% no montante gasto com diárias da área operacional deve-se em função dos Jogos Pan Americanos e o Para - Pan, eventos esportivos de grande vulto realizados na cidade do Rio de Janeiro.

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA ADM E FINANCEIRA

2006	2007
R\$ 78.104,55	R\$ 83.768,97

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

2006	2007
R\$ 83.386,56	R\$ 42.359,24

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA DA NTELIGÊNCIA

2006	2007
R\$ 3.589,11	R\$ 11.852,12

DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

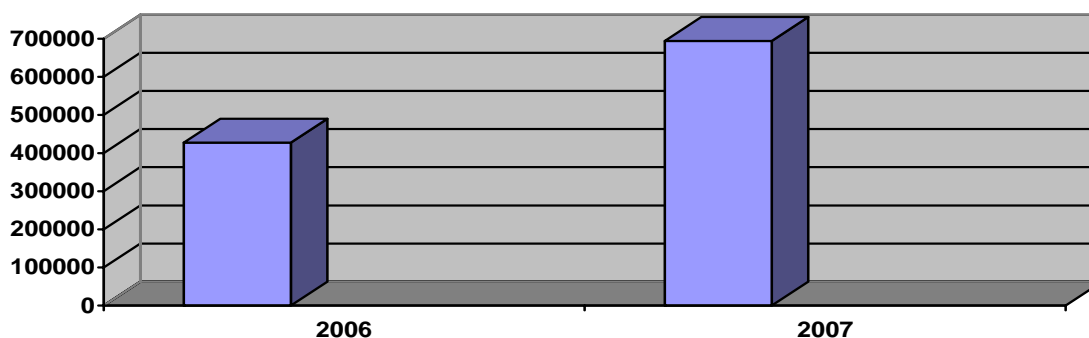
DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO – 2007			
Processo	Suprido	Valor Concedido	Valor Não Utilizado
08.662.000.341/2007-88	JOSÉ ELZO ANTÔNIO	R\$ 3.000,00	R\$ 744,99
08.662.000.343/2007-77	MOISÉS ALVES DA SILVA	R\$ 3.000,00	R\$ 1.081,69
08.662.000.539/2007-61	JOSÉ LUIZ NETO	R\$ 3.000,00	R\$ 2.700,00
08.662.000.891/2007-05	ÁLVARO DE RESENDE FILHO	R\$ 4.000,00	R\$ 1.365,22
08.662.001.350/2007-96	ALAN KARDEC G. SOUZA	R\$ 3.000,00	R\$ 98,17
08.662.002.281/2007-38	LEOMAR DE MELO BARBOSA	R\$ 3.000,00	R\$ 694,30
08.662.002.730/2007-48	JOSÉ CALIXTO S. BISPO	R\$ 4.000,00	R\$ 347,80
08.662.003.244/2007-47	MOISÉS ALVES DA SILVA	R\$ 3.000,00	R\$ 469,15
08.662.001.784/2007-96	JANDER E. B. DA COSTA	R\$ 600,00	R\$ 170,00
08.662.003.360/2007-66	ROGÉRIO D. E. MODANÊS	R\$ 3.000,00	R\$ 2.712,20
08.662.000.118/2007-31	JOSÉ CALIXTO S. BISPO	R\$ 4.000,00	R\$ 1.543,81
VALOR TOTAL CONCEDIDO		R\$ 33.600,00	-
VALOR TOTAL EFETIVAMENTE UTILIZADO		R\$ 21.672,67	
VALOR TOTAL RESTITUÍDO AOS COFRES PÚBLICOS		R\$ 11.927,33	

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças - 1ª SR/DPRF/MJ

ATIVIDADES	2006	2007	Varição (%)
PROPOSTA CONCESSÃO DIÁRIAS	1835	1751	(-) 4,58
MONTANTE GASTO C/ DIÁRIAS (EM R\$)	R\$ 427.475,84	R\$ 693.765,06	(+) 62,29
ORDENS BANCÁRIAS	1685	1687	(+) 0,12
NOTAS DE LANÇAMENTO	377	250	(-) 33,69
NOTAS DE EMPENHO	499	516	(+) 3,41

Fonte: Núcleo de Orçamento e Finanças - 1ª SR/DPRF/MJ

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM DIÁRIAS – 2006/2007
(Áreas Administrativa, Operacional, de Capacitação e Disciplinar)



O número de Propostas de Concessão de Diárias – PCD diminuiu em 4,58%, todavia, o volume despendido com o pagamento de diárias aumentou em 62,29%. O número de ordens bancárias manteve-se estável. O número de emissão de notas de empenho decorrentes de despesas de diversos programas e ações aumentou em 3,41%.

3.8.3. NÚCLEO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

As atribuições do Núcleo de Patrimônio e Material foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 85, conforme segue:

“Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;
- II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;
- III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;
- IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irre recuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;
- V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;
- VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;
- VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;
- VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;
- IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;
- X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;
- XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e

XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.”

O Núcleo de Patrimônio e Material, como o próprio nome diz, controla e executa todas as atividades relacionadas com o patrimônio do órgão, sejam bens de consumo, permanentes, etc.

O núcleo deve promover todo o levantamento de todas as necessidades de aquisição de bens para uso do órgão, tais como pneus, materiais de expediente, etc, bem como promover o inventário patrimonial anual do órgão e ainda promove o acompanhamento físico das instalações prediais, atualizando as modificações físicas executadas nos imóveis de uso da 1ª SR/DPRF/MJ.

Os valores em patrimônio e bens de almoxarifado são a seguir discriminados:

PERMANENTES	R\$ 6.011.521,72
BENS DE ALMOXARIFADO	R\$ 161.503,14
TOTAL GERAL (em R\$)	R\$ 6.173.024,86

Fonte: Núcleo de Patrimônio e Material/1ª SR/DPRF/MJ

Dos levantamentos das necessidades de aquisição de bens para uso do órgão, o núcleo estabeleceu os seguintes projetos em 2007:

PROJETO	RESULTADO
1. Aquisição de fardamento de uso operacional, sendo 02 (duas) camisas e 02 (duas) calças para cada policial rodoviário federal.	Alcançado com êxito.
2. Aquisição de uma máquina de recarga de munição para uso da 1ª SR/DPRF/MJ.	Alcançado com êxito.
3. Aquisição de pneus para uso nas viaturas policiais através do Sistema de Registro de Preços.	Alcançado com êxito.
4. Promover gestão junto à Receita Federal visando obter materiais de consumo através da doação.	Alcançado com êxito.
5. Aquisição de mobiliário de uso geral nas Delegacias, postos policiais e sede da 1ª SR/DPRF/MJ.	Alcançado parcialmente em função das restrições orçamentárias.
6. Aquisição de materiais de expediente para uso da 1ª SR/DPRF/MJ, Delegacias e postos policiais.	Alcançado com êxito.
7. Aquisição de viaturas de uso policial pra uso da 1ª SR/DPRF/MJ.	Alcançado com êxito.
8. Promover o levantamento de viaturas policiais consideradas antieconômicas, irrecuperáveis ou ociosas para serem levadas à Leilão Público.	Alcançado com êxito.

3.8.4. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

As atribuições do Núcleo de Documentação foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 86, conforme segue:

“Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;

II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;

III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;

IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;

VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos

necessários ao desempenho da Superintendência;

VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e

VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.”

O Núcleo de Documentação controla e executa todas as atividades relacionadas com documentação, arquivo de documentos, reprografia e recebimento e expedição de documentos das mais diversas formas.

Por ser atividades inerentes ao núcleo, promove ainda a gestão, controle e acompanhamento dos contratos de locação de equipamentos de reprografia, contrato de prestação de serviços postais, telemáticos e carga de máquina de franquear e ainda o contrato de prestação de serviços de coleta, transporte e entrega de documentos.

DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES	QTDE	QTDE	Variação (%)
	ANO	ANO	
	2006	2007	
Processos autuados	5573	6428	(+) 15,34
Processos Registrados	134073 (*)	6428	(-) 95,20
Malotes enviados DPRF/MJ	95	103	(+) 8,42
Malotes recebidos DPRF/MJ	94	102	(+) 8,51
Fotocópias extraídas	85000	290000 (**)	(+) 241,18
Portarias expedidas	248	199	(-) 19,75
Instruções Internas	04	02	(-) 50
Boletins Internos	34	52	(+) 52,94

Fonte: Núcleo de Documentação - 1ª SR/DPRF/MJ

Observações Importantes:

(*) - Cerca de 7900 processos dos anos de 2001 a 2003 foram incluídos no Sistema de Protocolo conforme determinação da Divisão de Documentação.

(**) - O grande aumento do número de fotocópias extraídas justifica-se pelo fato de que as cópias são extraídas no mesmo equipamento multifuncional que imprime documentos de todas as áreas do órgão. O equipamento funciona como impressora e fotocopadora ao mesmo tempo

3.8.5. NÚCLEO DE TELEMÁTICA

As atribuições do Núcleo de Telemática foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 88, conforme segue:

“Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;

IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.”

O Núcleo de Telemática é de suma importância nas atividades diárias do órgão, planejando, coordenando e executando tarefas relacionadas com a área de informática, telefonia e radiocomunicação, sempre dentro das diretrizes e normas definidas pelo DPRF/MJ. Através de seu efetivo, procura dar resposta imediata às demandas relacionadas com problemas em nossa rede de computadores, estações de trabalho, sempre dentro daquilo que os mesmos detém em termos de conhecimento técnico.

Dentro das atividades do núcleo, o mesmo é responsável ainda pela gestão, controle e acompanhamento dos contratos de manutenção em equipamentos de informática, de rede, rede lógica, etc, bem como dos contratos de fornecimento dos serviços de telefonia móvel e fixa.

Eis alguns projetos propostos pelo Núcleo de Telemática para o exercício de 2007 que merecem destaque para análise.

PROJETO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
1. Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva de equipamentos de informática e de ambiente de rede.	Sucesso na contratação, sendo contratada a empresa Life Tecnologia Ltda, decorrente do Pregão Eletrônico 009/2007, redundando no contrato nº 009/2007.	É de fundamental importância pra 1ª SR/DPRF/MJ um parque computacional em perfeito funcionamento, pois facilitará o desenvolvimento das atividades cotidianas e conseqüentemente auxiliará na celeridade dos serviços prestados aos usuários das rodovias federais.
2. Contratação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal totalizando 33(trinta e três) acessos incluindo o aparelho telefônico.	Sucesso na contratação, sendo contratada a empresa Brasil Telecom S/A, decorrente do Pregão Eletrônico 002/2007, redundando no contrato nº 004/2007.	Tal contratação visa atender as necessidades de comunicação entre servidores lotados na Sede e nas Delegacias ocupantes de cargos estratégicos da 1ª SR/DPRFMJ, principalmente na execução e gestão do desempenho operacional do órgão.
3. Contratação de empresa especializada para o fornecimento dos materiais permanentes. * 40 transformadores e estabilizadores de voltagem. * 05 hub/switch * 20 aparelhos telefônico c/ identificador de chamadas(bina) * 10 telefones s/ fio * 09 aparelhos telefônico c/ identificador de chamadas(bina) para voip. * 80 suportes com rodas para cpu * 05 fac-símiles * 04 notebooks * 01 projetor multimídia * 01 impressora laser colorida * 02 servidores monoprocessados * 40 microcomputares * 20 monitores lcd 17" * 50 nobreaks 1.2 kvas * 41 pdas * 30 impressoras para pdas	Sucesso parcial nas contratações. Aderimos ao Pregão nº 03/2007 feito pela 4ªSRPRF-MG e adquirimos * 41 PDAs * 30 Impressoras para PDAs. Foi adquirido pelo Pregão nº 47/2007 feito pelo DPRF e nos repassado: * 09 Aparelhos Telefônicos c/ Identificador de Chamadas(BINA) para VOIP. * 02 Servidores monoprocessados * 40 Microcomputares * 20 Monitores LCD 17" * 45 Nobreaks 1.2 kvas 1. * 01 Rack	A aquisição destes equipamentos é de extrema necessidade para a continuação dos serviços, levando-se em consideração que grande parte destes já se encontram desgastados ou danificados e a sua reposição é imprescindível.

* 17 Câmeras fotográficas * 01 Rack		
4. Contratação de empresa especializada no fornecimento dos materiais de consumo específicos da área de Informática e Telecomunicações. 100 Mouse ótico 100 Teclado Padrão 200 Conectores RJ 45	Sucesso na contratação, sendo contratadas as empresas DVS Artigos e Suprimentos para Informática LTDA e ELETROSOFT Serviços em Informática LTDA, decorrente da Cotação Eletrônica/Dispensa nº 0017/2007. Foram adquiridos 80 teclados e 150 mouses.	A reposição desses materiais é de extrema necessidade para a continuação dos serviços prestados pelo núcleo a 1ª SR/DPRF/MJ (Sede, Delegacias e Postos Policiais), levando em consideração que grande parte destes já se encontra desgastado ou danificado, prejudicando a execução dos serviços.
5. Contratação de um profissional de nível médio para atuar como técnico em informática, com conhecimentos em ambiente de rede.	Não alcançado.	Ausência de dotação orçamentária.
6. Contratação de empresa especializada na manutenção corretiva de equipamentos de telecomunicações.	Não alcançado	Só participou uma empresa do certame licitatório (Pregão Eletrônico) e foi desclassificada por não apresentar a documentação exigida no ato convocatório.
7. Contratação de empresa especializada para efetuar os serviços de desmontagem da Torre Estaiada de 60m (altura) do Posto de Rianópolis da 2ª Del. utilizada para comunicação via rádio e, remontagem na localidade do antigo Posto do Fisco em Jaraguá-GO, 7.1 Contratação de empresa especializada para efetuar os serviços de Fornecimento e Instalação de Cabo coaxial no tamanho aproximado de 100m de comprimento na Torre Autoportante de 36m (altura) da Sede - 1ª SRPRF/GO, ligando a antena às instalações do Prédio novo, sala do Núcleo de Inteligência para onde irá ser transferida a CIOP.	Não alcançado	Ausência de dotação orçamentária.

3.9. CORREGEDORIA REGIONAL

As atribuições da Corregedoria Regional foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 92, conforme segue:

“Art. 92. À Corregedoria Regional compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

- V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;
- VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correicional da Unidade Regional;
- VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correicionais de servidores da Superintendência;
- VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;
- IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;
- X - elaborar estatísticas de interesse da área correicional e relatórios de gestão;
- XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correicionais;
- XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;
- XIII - auxiliar na gestão do orçamento correicional;
- XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e
- XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.”

A Corregedoria Regional, integrada pelo Núcleo de Assuntos Internos (NUAI), empenhada em melhor desempenhar suas atribuições regimentais e cumprir eficazmente sua missão institucional, buscou desenvolver as seguintes atividades:

PROJETO	RESULTADO
1. Manter atualizado o Mapa Cartorial.	Meta alcançada.
2. Inspeções sistemáticas nos locais de trabalho dos policiais.	Meta alcançada parcialmente. Houve carência de recursos financeiros e humanos para inspecionar as 7 delegacias e seus 15 postos, além das equipes de ronda. Ressalte-se, contudo, que foram realizadas 15 inspeções, com ênfase aos locais com maior índice de reclamações.
3. Reduzir o número de procedimentos disciplinares pendentes.	Meta não alcançada. Prejudicado pela carência de recursos financeiros e humanos, logística deficitária, além do aumento do número de denúncias autuadas. Ressalte-se que o número de instaurações passou de 28 (2006) para 47 (2007).
4. Atuação Preventiva da Corregedoria - visitas aos locais de trabalho com realização de palestras, visando esclarecer dúvidas e orientar os policiais quanto ao aspecto disciplinar do cargo.	Meta alcançada. Foram realizadas reuniões e palestras em todas as Delegacias. A corregedoria também aproveitou os deslocamentos do Superintendente em suas reuniões de trabalho nas Delegacias PRF, para inserir assuntos correicionais na pauta.
5. Dotar a Corregedoria de logística mais adequada.	Meta alcançada parcialmente. Foi disponibilizado um veículo descaracterizado, 03 PEN-DRIVE, 01 Máquina Digital (falta cartão de memória) e solicitado equipamentos à Corregedoria-Geral, com previsão de aquisição para 2008.
6. Aprimoramento das ações do Núcleo de Assuntos Internos (NUAI) em suas atividades regimentais.	Meta alcançada. Chefe do NUAÍ participou de curso de capacitação. - Obs.: ações do NUAÍ detalhadas em tópico específico.

Em 2007, a execução dos projetos acima citados, em termos processuais, apresentou os seguintes resultados a serem comparados com o exercício de 2006:

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2006	QTDE	PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES - 2007	QTDE	Variação (%)
Sindicâncias instauradas em 2006.	17	Sindicâncias instauradas em 2007.	37	(+) 117,65
Processos Adm Disciplinares instaurados em 2006.	11	Processos Adm Disciplinares instaurados em 2007.	10	(-) 9,09
Sindicâncias remanescentes de 2005 concluídas em 2006.	01	Sindicâncias remanescentes de 2006 concluídas em 2007.	01	0
Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2005 concluídos em 2006.	02	Processos Adm Disciplinares remanescentes de 2006 concluídos em 2007.	05	(+) 150
Processos Adm Disciplinares concluídos em 2006.	06	Processos Adm Disciplinares concluídos em 2007.	06	0
Sindicâncias Adm Disciplinares concluídas em 2006.	15	Sindicâncias Adm Disciplinares concluídas em 2007.	23	(+) 53,33
Execução de Carta Precatória em 2006.	06	Execução de Carta Precatória em 2007.	05	(-) 16,66

PENALIDADES APLICADAS – 2006	QTDE	PENALIDADES APLICADAS – 2007	QTDE	Variação (%)
Arquivamento	18	Arquivamento	20	(+) 11,11
Advertência	04	Advertência	00	-
Suspensão	00	Suspensão	07	(+) 700
Demissão	00	Demissão	01	(+) 100
Cassação de Aposentadoria	00	Cassação de Aposentadoria	01	(+) 100

Fonte: Corregedoria Regional - 1ª SR/DPRF/MJ

Preliminarmente, é importante observar que o Corregedor Regional e seu substituto legal (chefe do NUAJ) foram designados, pelo Secretário Executivo do Min. da Justiça (MJ), para compor Comissões de Processos Administrativos Disciplinares, em Brasília/DF, de janeiro a abril. Assim, tal fato prejudicou um melhor acompanhamento das questões disciplinares na regional durante o período acima citado.

Outro dado relevante é que, de junho a agosto, foram deslocados cerca de 40 (quarenta) policiais para atuarem em atividades relacionadas com a realização dos jogos Pan-americanos do Rio de Janeiro. Por este motivo, houve um prejuízo no andamento dos procedimentos apuratórios, por inviabilidade na composição de Comissões disciplinares devido à carência de efetivo.

Aliás, a deficiência de servidores está presente na própria CR, que atualmente conta com efetivo de apenas três policiais (corregedor, chefe do NUAJ e seu substituto), além de um servidor administrativo. Ressalte-se que em junho de 2007 um policial lotado na corregedoria foi removido para o Núcleo de Inteligência.

Ainda em razão do baixo efetivo policial e do aumento da demanda de serviço, os quais vem contribuindo para o aumento de ocorrências, principalmente acidentes com vítimas, a Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF) solicitou apoio do efetivo da CR para reforçar a área operacional. Assim, a Corregedoria cedeu servidores para atuarem nas seguintes ocasiões:

ATIVIDADES	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
Operação Carnaval	16,17, 20 e 21/02/2007	Relatório nº 01 e 02/07
Operação Semana Santa	05 e 06/04/2007	Relatório nº 05/07
Operação Muquém	13 a 17/08/2007	Relatório nº 09/07
Operação Sangue Bom II	28 e 29/12/2007	Relatório nº 15/07

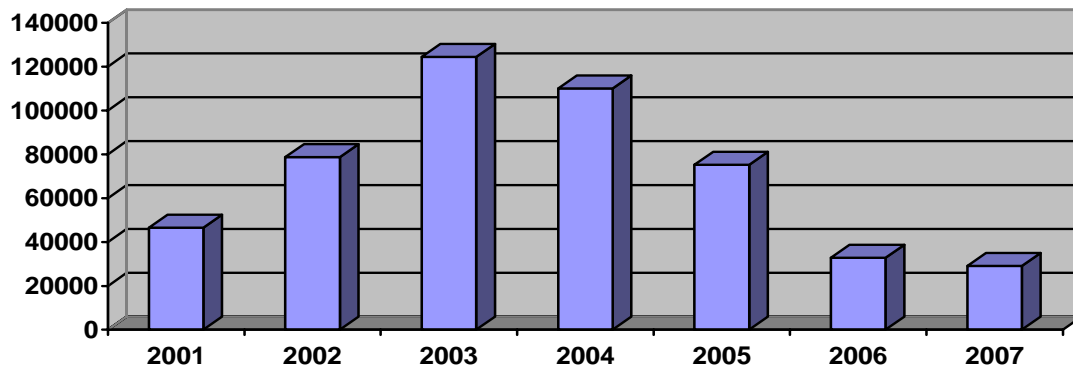
Fonte: Corregedoria Regional – 1ª SR/DPRF/MJ

Quanto aos recursos financeiros, apesar do aumento nos últimos anos da demanda de atividades a serem executadas pela Corregedoria Regional, seguindo a curva descendente (quadro abaixo) iniciada em 2005, foram liberados apenas R\$ 28.319,45.

Deste montante, R\$ 6.395,47 foram gastos na execução de atividades realizadas em outras Unidades Regionais, por convocação da Corregedoria-Geral. Assim, apenas R\$ 21.923,98 foram destinados para as atividades correicionais da 1ª SR/DPRF/MJ. Ademais, até o mês de abril, apenas R\$ 1.000,00 haviam sido disponibilizados.

ANO	RECURSOS DISPONIBILIZADOS (R\$)	VARIAÇÃO (%)
2001	46.563,04	-
2002	78.702,52	(+) 69,02
2003	124.397,94	(+) 58,06
2004	109.966,22	(-) 11,60
2005	75.224,05	(-) 31,59
2006	32.819,34	(-) 56,37
2007	29.058,32	(-) 13,71

DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – ÁREA DISCIPLINAR



Esta diminuição nos recursos iniciou-se no segundo semestre de 2005, em virtude de contingenciamento promovido pelo governo federal, sendo que este cenário tende a se repetir no corrente ano. Ressalte-se que a Corregedoria-Geral do DPRF/MJ elaborou, em 2006, um projeto, com o objetivo de dar vazão à demanda reprimida nacional, no qual solicitou ao Ministério da Justiça aumento substancial de Recursos Financeiros. Porém o pleito não foi atendido.

Outro dado significativo é que os poucos recursos mencionados foram usados, conforme atribuições regimentais, em três frentes:

ATIVIDADE	OBJETIVO
Ação Preventiva	Realização de palestras visando esclarecer as dúvidas e orientar os policiais rodoviários disciplinares.
Ação de Supervisão	Inspeções nos locais de trabalho (delegacias, postos e equipes de ronda) e implantação do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS).
Ação Apuratória e Investigativa	Instrução de procedimentos disciplinares

A realidade acima exposta contribuiu para que ocorresse acúmulo de denúncias a serem apuradas, pois, além dos processos remanescentes de 2006 (50 - cinquenta - a serem apurados, mais os em análise preliminar), ingressaram na corregedoria, em 2007, 61 (sessenta e uma) reclamações, contra 43 (quarenta e três) em 2006.

Deste total de processos, foi possível a instauração, em 2007, de 47 (quarenta e sete) procedimentos apuratórios, contra 28 (vinte e oito) em 2006. Contudo, apesar do considerável aumento no processamento, a CR iniciou 2008 com 85 (oitenta e cinco) processos - somatório dos processos aguardando instauração mais os que estão em análise preliminar ou diligências. Ressalte-se que foi dada prioridade apuratória aos processos de maior gravidade ou com requisição do Ministério Público Federal.

Também é importante citar que foram cumpridas 05 (cinco) cartas precatórias, desonerando a União dos custos do deslocamento de Comissões processantes de outra Regional para esta. O aumento significativo do número de denúncias autuadas nos três últimos anos, deve-se, provavelmente, ao aumento da demanda de serviço somada ao ingresso de novos policiais. Tal cenário vem impulsionando uma maior atuação institucional e, via de consequência, o aumento do número de reclamações.

Visando diminuir a demanda correicional, a CR realizou ciclo de palestras em todas as Delegacias. Esta atividade teve o objetivo de orientar e prevenir a ocorrência de infrações disciplinares, além de contribuir com o aprimoramento do desempenho institucional.

Apesar da carência de recursos humanos e financeiros, também foram realizadas, sem comunicação prévia aos policiais visitados, 15 (quinze) inspeções durante a rotina de trabalho dos policiais. Tal atividade, além de ser voltada para a supervisão do serviço, também tem um cunho pedagógico, pois deixa o policial mais atento quanto ao exercício de suas atribuições, em decorrência da presença da Corregedoria durante sua rotina de trabalho. Também em

relação à supervisão do serviço, foi implantado o Acompanhamento Gerencial de Serviço, conforme será explanado no item do NUAI.

Quanto à logística, apesar de ter sido disponibilizado à CR uma viatura descaracterizada e alguns equipamentos (*pen-drive* e máquina digital), ainda há a carência de mais uma viatura descaracterizada, computadores portáteis (*notebook*), impressora portátil, equipamentos de gravação e filmagem, binóculo de visão diurna e noturna, rádios de comunicação portáteis, além da substituição dos coletes balísticos que estão vencidos. Estes materiais destinam-se, principalmente, ao atendimento das necessidades do NUAI e das Comissões processantes. Ressalte-se que tais equipamentos foram solicitados à Corregedoria-Geral, que buscará adquiri-los em 2008.

Em relação às instalações, apesar de existir uma sala de reuniões que, estando disponível, também atende as Comissões disciplinares, é importante que tenhamos uma sala específica para audiências e reuniões dos colegiados processantes.

É importante observar que a área correicional é bastante sensível, exigindo, além de qualificação, determinado perfil profissional do servidor. Ocorre que a maioria dos servidores não demonstra interesse em atuar disciplinarmente, para não se indispor com os colegas. Ademais, os integrantes das comissões processantes devem ser escolhidos com bastante critério, para que, obedecendo-se o contraditório e ampla defesa, consigamos atingir à verdade real, no intuito de sermos justos na análise da conduta dos servidores denunciados.

Apesar das adversidades acima citadas, em 2008 a CR almeja ampliar o número de servidores aptos na condução de procedimentos disciplinares, com a capacitação de 10 (dez) novos servidores para atuarem na área.

Todavia, não basta designar comissões sem os recursos financeiros e a logística necessários. Assim, destacamos que o objetivo de reduzir a demanda processual depende da melhoria da estrutura. Ademais, a CR/1ª SR/DPRF/MJ também necessita de, no mínimo, mais dois policiais, para melhor cumprir suas obrigações regimentais e avançar na execução dos projetos desenvolvidos em 2007.

Os dados referentes aos procedimentos disciplinares conduzidos em 2007 foram compilados na forma do **Relatório de Correição**, constante do subitem 7.8.

3.9.1. NÚCLEO DE ASSUNTOS INTERNOS

As atribuições do Núcleo de Assuntos Internos foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 93, conforme segue:

“Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:

- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;*
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;*
- III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;*
- IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;*
- V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e*
- VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.”*

O Núcleo de Assuntos Internos da 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, com um efetivo total de 02 (dois) servidores, sendo o Chefe e seu Substituto legal, desenvolveu durante o ano de 2007 diversas atividades de apoio à Corregedoria Regional, atuando na condução de procedimentos administrativos disciplinares, sindicâncias e nas inspeções correicionais.

Os servidores lotados no NUAI também apoiaram operações da Seção de Policiamento e Fiscalização (SPF), conforme já mencionado anteriormente. Outrossim, nos dias 24 e 25/04/07, foi realizado deslocamento até a cidade de Belo Horizonte/MG, a fim de buscar materiais em cumprimento do Memorando nº 495/07 DMP/DPRF, em apoio à Seção Administrativa e Financeira.

Cabe destacar que o NUAI, na busca do aprimoramento de suas ações, conforme atribuições regimentais, desenvolveu diversas missões. Visando a instrução processual e atendendo determinação da Corregedoria-

Geral do DPRF/MJ, através da Ordem de Missão nº 017/07, o NUIAI promoveu diligências no período de 30/04 a 08/06/07.

O NUIAI acompanhou a mobilização e manifestação promovida pelo Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais em Goiás – SINPRFGO, que ocorreu nos dias 21/05 e 18/07. Entre os dias 31/09 e 07/10/07, o NUIAI participou do I Encontro de Assuntos Internos e Curso de Investigação Correicional, realizado em Brasília, sob a coordenação da Corregedoria-Geral.

Atendendo convocação da Divisão de Fiscalização e Assuntos Internos da Corregedoria-Geral, o NUIAI participou de atividades desenvolvidas em outras Regionais, no período de 04 a 16/11/07. Durante a segunda quinzena do mês de dezembro o NUIAI participou de reuniões com os Chefes de Delegacias e Chefes dos Núcleos Operacionais de todas as 07 (sete) Delegacias apresentando e repassando orientações sobre a implantação do Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS, criado através da Instrução de Serviço nº 02/07 CG/DPRF.

O NUIAI realizou 15 (quinze) acompanhamentos das atividades dos servidores em seus respectivos locais de trabalho durante o ano de 2007 e durante essas atividades realizou policiamento de natureza ostensiva visando assegurar maior efetividade institucional. No ano de 2007 foram extraídos, durante atividades desenvolvidas envolvendo servidores do NUIAI, os seguintes documentos:

DOCUMENTOS	QUANTIDADE
Relatório de Atividades do NUIAI	15
Memorando Expedido	25
Ofício Expedido	06
Auto de Infração e Notificação da Autuação	53
Documento de Retenção/Remoção de Veículo - DRV	01
Documento de Notificação e Recolhimento de CNH – DNRC	02
Recibo de Recolhimento de CRV/CRLV – RRC	00
DCAVE	01
Participação em apreensão de mercadorias irregulares	01
Prisão/Detenção de pessoas	01

3.10. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

As atribuições da Seção de Recursos Humanos foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 89, conforme segue:

“Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:

- I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e*
II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:
- a) concessão de plano de saúde;*
 - b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;*
 - c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;*
 - d) apoio de saúde institucional;*
 - e) higiene e saúde no trabalho;*
 - f) perícias;*
 - g) doenças do trabalho;*
 - h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;*
 - i) medicina do trabalho;*

j) *verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;*

l) *juntas médicas regionais.*

III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II."

A Seção de Recursos Humanos da 1ª SR/DPRF/MJ programa, coordena e executa todas as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal. Planeja, coordena, orienta e executa algumas atividades de saúde importantes para o órgão, bem como a prestação de assistência social aos servidores, com dedicação especial aos portadores de dependência química.

A Seção de Recursos Humanos pautou pela regularidade e movimentação da máquina administrativa relativa a processos e petições dos servidores desta Regional, tendo alcançado os objetivos primordiais, qual sejam prestar a devida assistência aos servidores e demais cidadãos que procuram esta Seção.

Ressaltamos que esta Seção sofreu com a falta de efetivo de servidores com especialização na Área de RH, que desde tempos idos aguarda a realização do concurso da área administrativa, que suprirá as deficiências aqui apresentadas.

Apontamos que foram melhoradas as condições relativas ao espaço físico, material permanente e de expediente. Não obstante, todos os esforços foram empenhados visando cumprir as atribuições delegadas pelo Regimento Interno, almejando a transparência e eficiência, podendo assim melhor servir a todos servidores desta unidade, dentre as quais destacamos:

Controle e acompanhamento da folha de pagamentos efetuado pelo Ministério do Planejamento;

Lotação dos Servidores;

Pagamentos diversos - auxílio transporte, natalidade, pré-escolar, pensão alimentícia.

Descontos diversos - consignatárias, reposição ao erário, faltas.

Lançamentos de ocorrências constantes nas frequências;

Lançamento das férias;

Lançamentos de aposentadorias e pensões;

Lançamento de dependentes;

Lançamento de elogios e penalidades;

Lançamento de licença prêmio;

Elaboração de 461 memorandos; e

Elaboração de 461 despachos interlocutórios.

QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

DISCRIMINAÇÃO DO QUANTITATIVO	2006	2007	Varição (%)
POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS	393	374	(-) 4,83
SERVIDORES ADMINISTRATIVOS	22	20	(-) 9,09
ESTAGIÁRIOS	34	10	(-) 70,51
TERCEIRIZADOS	85	61	(-) 28,23
<i>Receptionistas</i>	3	3	-

<i>Telefonistas</i>	2	2	-
<i>Copeira</i>	1	1	-
<i>Serventes de Limpeza</i>	26	26	-
<i>Encarregado de Limpeza</i>	1	1	-
<i>Vigilantes Armados</i>	18	18	-
<i>Estagiários</i>	34	10	(-) 70,58

Fonte: Seção de Recursos Humanos/1ª SR/DPRF/MJ

MODALIDADES DE PROVIMENTO EM 2007	
NOMEAÇÃO	00
PROMOÇÃO	00
READAPTAÇÃO	00
REVERSÃO	01
APROVEITAMENTO	00
REINTEGRAÇÃO	00
RECONDUÇÃO	00
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	00
REMOÇÃO EXTERNA	04
MODALIDADE DESLIGAMENTO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 1ª SPRF EM 2007	
REMOÇÃO EXTERNA	10
APOSENTADORIA	10
EXONERAÇÃO/DEMISSÃO/VACÂNCIA	03
VACÂNCIA	00
FALECIMENTO	00
QUANTITATIVO DE VAGAS DE FUNÇÃO COMISSIONADA	
DAS 101.3	01
FGR - 001	04
FGR - 002	07

FGR - 003	21
OCUPANTES DE FUNÇÃO COMISSIONADA	
DAS 101.3	01
FGR - 001	04
FGR - 002	07
FGR - 003	21

Sob este prisma, estamos a disposição para maiores esclarecimentos, ratificando o nosso empenho em sempre servir bem a Polícia rodoviária Federal.

Dentro da Seção de Recursos Humanos temos a Consultoria Interna de Capacitação, ligada diretamente ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal, criada para dar provimento às necessidades de capacitação, reciclagem e treinamento aos servidores do órgão, sendo desenvolvidas as seguintes atividades durante o exercício de 2007:

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO					
ANO	2007				
ORÇAMENTO CAPACITAÇÃO					
	Diárias	Passagem Aérea	Serviços	Material	TOTAL
Recebidos	R\$ 52.713,07	R\$ 9.892,24	R\$ 300,00		R\$ 62.905,31
Devolvidos	R\$ 4.717,60				R\$ 4.717,60
Gastos	R\$ 46.824,71		-		R\$ 46.824,71
Saldo	R\$ 5.888,36	R\$ 9.892,24	R\$ 300,00	-	

ALCANCE			
TOTAIS	EFETIVO CAPACITADO	CARGA HORÁRIA MÉDIA	VALOR
COM ÔNUS	416	48,93	R\$ 51.446,15
SEM ÔNUS	65	48	-
PARCERIAS	4		

SOMA	485	48,47	R\$ 51.446,15
-------------	------------	--------------	----------------------

ATIVIDADES SOB EXECUÇÃO DA 1ª SRPRF						
Data Início	Data Fim	Servidor	Evento	Processo	Situação Atual	Valor do Projeto
16-Abr	15-Mai	1ª SRPRF	CURSO FORMAÇÃO MOTOCICLISTAS	08662000060/2007-25	Concluído	R\$ 12.814,96
19-Abr	14-Dez	MARCUS VINÍCIUS, FABIANO SILVA, RAMON MACEDO	CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA e GERENCIA SEGURANÇA PÚBLICA	08662000075/2007-93		R\$ 8.208,00
28-Mai	30-Mai	PÉRSIO, BARRETO, JANDER, CAPUCI, CASTRO, ANDRADE, JOÃO, FRÓES, JAIRO BRAGA, RODRIGO	ADENTRAMENTO DE ALTO RISCO		Concluído	R\$ 641,52
21-Ago	25-Ago	ANDRADE E BARCELOS	EXPLOSIVISMO	08662003537/2007-24	Concluído	R\$ 635,80
					TOTAL	R\$ 22.300,28

ENSINO À DISTÂNCIA				
ANO	2007			
DATA INICIAL	DATA FINAL	SERVIDOR	CURSO	QTD
15/10/07	22/10/07	ANDRESON MOREIRA DAMASCENO	GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS	1
24/09/07	05/10/07	RICHARD HUNGRIA OLIVEIRA E SILVA	ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS	1
15/10/07	22/10/07	RICHARD HUNGRIA OLIVEIRA E SILVA	GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS	1
05/11/07	09/11/07	AGNALDO ARAÚJO LANDIM	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1

AÇÕES IMPLEMENTADAS								VALOR TOTAL				
DATA	VLR SOLICITADO	VLR RECEBIDO	VLR PAGO	DEVOLVIDO	SALDO	STATUS	AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	DIÁRIAS	SERVIÇOS	PASSAGEM AÉREA	PROPOSTA NR	DOCUMENTO NR
19/01/07	R\$ 1.632,48	R\$ 1.632,48	R\$ 641,52		R\$ 990,96		Complementar da ADESG				001/2007	08662003903/2006-64
19/04/07	R\$ 12.814,96	R\$ 12.814,16	R\$ 10.796,20		R\$ 2.017,96	Concluso	MOTOCICLISMO	R\$ 10.796,20	R\$ 300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	08662000060/2007-25
19/04/07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00		NOE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
25/04/07	R\$ 74,46	R\$ 0,00	R\$ 74,46		R\$ 74,46	Concluso	Visita Anápolis CEGESP/ CSP	R\$ 74,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	
15/05/07	R\$ 641,52	R\$ 641,52	R\$ 641,52		R\$ 0,00	Concluso	Complementar TPCC	R\$ 641,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	013/07	
02/05/07	R\$ 6.506,56	R\$ 6.506,56	R\$ 6.506,56		R\$ 0,00	Concluso	TPCC	R\$ 7.148,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	009/07	
19/06/07	R\$ 11.929,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	Não autorizado	Curso AÇÕES JUDICIÁRIAS	R\$ 11.929,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	007/07	
19/06/07	R\$ 3.975,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00		R\$ 0,00	Não autorizado	ATUALIZ EM CÁLC DE APOSENTADORIA	R\$ 463,95	R\$ 1.690,00	R\$ 1.822,00	008/07	08662002657/2007-12
08/08/07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 635,80		R\$ 635,80	Concluso	Curso EXPLOSIVISMO	R\$ 635,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	08662003537/2007-24
14/08/07		R\$ 1.911,00			R\$ 1.911,00		OUTROS CRÉDITOS					
14/08/07	R\$ 2.279,06	R\$ 2.279,06	R\$ 2.279,06		R\$ 0,00	Concluso	Formação de TUTOR	R\$ 487,98		R\$ 1.791,08		MEMO 1183/2007- COEN
10/08/07	R\$ 733,73	R\$ 733,73	R\$ 733,73		R\$ 0,00	Concluso	Curso ADM VOZ SOB IP	R\$ 733,73				MEMO 1136/2007- COEN
09/09/07	R\$ 5.337,08	R\$ 5.337,08	R\$ 5.337,08		R\$ 0,00	Concluso	SEMANA PREP PEDAGÓGICA	R\$ 1.754,92	R\$ 0,00	R\$ 3.582,16		MEMO 1315/07 – COEN
23/09/07	R\$ 1.565,39	R\$ 1.565,39	R\$ 1.096,28		R\$ 469,11	Concluso	CURSO PREGOEIRO	R\$ 544,72				MEMO 1427/2007- COEN
30/09/07	R\$ 624,90	R\$ 624,90	R\$ 624,90		R\$ 0,00	Concluso	II REUNIÃO NUDOC	R\$ 624,90				MEMO 1434/2007- COEN
29/09/07	R\$ 5.164,23	R\$ 5.164,23	R\$ 4.930,08		R\$ 234,15	Concluso	IV ENARH	R\$ 2.575,29		R\$ 2.697,00		MEMO 701/2007- CGRH
30/09/07	R\$ 527,53	R\$ 527,53	R\$ 527,53		R\$ 0,00	Concluso	I ENCONTRO NUIAI	R\$ 527,53				MEMO 1543/2007- COEN
30/09/07	R\$ 1.358,06	R\$ 1.358,06	R\$ 1.358,06		R\$ 0,00	Concluso	REDE DE QUALIDADE	R\$ 1.358,06				MEMO 1136/2007- COEN

16/0907	R\$ 4.400,09	R\$ 4.400,09	R\$ 4.400,09		R\$ 0,00	Concluso	COMISSÃO CONCURSO	R\$ 4.400,09				MEMO 1565/2007- COEN
03/10/07	R\$ 7.217,28	R\$ 7.217,28	R\$ 6.046,52	R\$ 1.170,76	R\$ 0,00	Concluso	ATUALIZAÇÃO TÉCNICAS POLICIAIS - AORDAGEM	R\$ 7.217,28		R\$ 0,00	012/07	08662004989/2007-23
04/10/07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 195,32		R\$ 195,32	Concluso	VIGILANCIA SANITÁRIA	R\$ 195,32			041/07	MEMO 082/CIC
29/12/07				R\$ 4.717,60	R\$ 4.717,60	Concluso	DEVOLUÇÃO DE SOBRAS	R\$ 0,00				
TOTAIS	R\$ 66.782,33	R\$ 52.713,07	R\$ 46.824,71	R\$ 5.888,36	R\$ 0,00					R\$ 9.892,24		

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO COM ÔNUS									
ANO		2007							
PERÍODO		PROJETO	INSTIT	SERVIDOR	LOTAÇÃO	EVENTO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	TOTAL
DT INICIAL	DT FINAL							Total	
05/03/07	09/03/07	Encontro de Atv Física	COEN	JANDER E. B. Da Costa	NOE	1	1	40	R\$ 733,73
26/03/07	28/03/07	1ºForum Nac. Inserção Fem. nas Inst.Policiais	COEN	Ana Maria, Nalzalúzia, Márcia, Milcy, Juliana	SEDE	1	5	16	R\$ 1.789,93
16/04/07	15/05/07	Curso Motociclismo	1ªSR	SERVIDORES DA 1ªSRPF	1ª SR	1	8	240	R\$ 11.506,48
30/04/07	14/05/07	Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC	COEN	Jander, Henrique, Júlio Posse, Edson, Andrade, João, Lopes e Calvo	1ª SR	1	8	72	R\$ 6.506,56
15/05/07	15/05/07	Complem TPCC	COEN		1ª SR	1			R\$ 641,52
21/08/07	24/08/07	EXPLOSIVISMO	1ª SR	ANDRADE, BARCELOS	1ª SR	1	2	24	R\$ 635,80
22/08/07	25/08/07	FORMAÇÃO TUTOR	COEN	JANDER, FABRÍCIO	1ª SR	1	2	16	R\$ 2.279,06
13/08/07	17/08/07	ADM VOZ SOB IP	COEN	GISELLE	1ª SR	1	1	40	R\$ 733,73
09/09/07	16/09/07	SEMANA PEDAGÓGICA	COEN	PÉRSIO,J.CARLOS,RODRIGO	1ª SR	1	3	60	R\$ 4.002,81
16/09/07	23/09/07	SEMANA PEDAGÓGICA	COEN	JANDER E. B. Da Costa	1ª SR	1	1	60	R\$ 1.563,73
23/09/07	27/09/07	CURSO PREGOEIRO	CGA	JAIRO,WILLIAM,WELINGTON	1ª SR	1	3	24	R\$ 1.565,39
30/09/07	05/10/07	REUNIÃO NUDOC	COEN	MATEUS	1ª SR	1	1	32	R\$ 624,90
01/10/07	06/10/07	IV ENARH	CGA	JAIRO,RAMON,INÁCIA	1ª SR	1	3	48	R\$ 5.164,23
30/09/07	04/10/07	I ENCONTRO NUAÍ	COEN	CARLOS EDUARDO MASSOT	1ª SR	1	1	32	R\$ 527,53
30/09/07	12/10/07	REDE DE QUALIDADE	COEN	DANILO	1ª SR	1	1		R\$ 1.358,06
16/09/07	06/10/07	COMISSÃO CONCURSO	COEN	GRACIELE/RAFAEL	1ª SR	1	2		R\$ 4.400,09

18/10/07	13/12/07	ATUALIZAÇÃO EM TÉCNICAS POLICIAIS	COEN	SERVIDORES DA 1ªSRPF	1ª SR	1	373	20	R\$ 7.217,28
08/10/07	08/10/07	VIGIL SANITÁRIA	1ª SR	SILVIO LACERDA DE OLIVEIRA	5ª DEL	1	1	10	R\$ 195,32
								MÉDIA	
					TOTAL	18	416	734	R\$ 51.446,15

3.10.1. NÚCLEO DE LEGISLAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

As atribuições do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 90, conforme segue:

“Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico-legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.”

O Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal da 1ª SR/DPRF/MJ orienta, controla e executa as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propondo planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização.

O núcleo auxilia ainda na realização de concursos públicos, processos seletivos, cursos e estágios. Através da Consultoria Interna de capacitação, organiza, seleciona conforme a área de atuação, recruta e aloca da melhor forma os servidores que passarão por cursos de reciclagem, capacitação, etc.

As ações deste Núcleo foram voltadas à análise de processos e emissão de pareceres afetas à legislação de pessoal, bem como o controle dos processos de avaliação de estágio probatório e pagamento de estagiários, conforme competência descrita no Regimento Interno do DPRF.

O núcleo manifesta em diversas modalidades de procedimentos, tais como:

Averbação de Tempo de serviço;

Horário Especial de Trabalho;

Remoções;

Isenção de Imposto de Renda;

Inclusão de Dependentes;

Vacância/Exoneração;

*Licenças para participação em curso de formação PRF; e
Função gratificada referente a exercícios anteriores, etc.*

O núcleo desenvolve também trabalhos de diversas naturezas, tais como:

*Elaboração de 137 Notas Técnicas; e
Elaboração de 23 despachos interlocutórios.*

3.10.2. NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

As atribuições do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal foram definidas na Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Artigo 91, conforme segue:

“Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

- I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;*
- II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;*
- III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;*
- IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;*
- V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;*
- VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;*
- VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;*
- VIII - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;*
- IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;*
- X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;*
- XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;*
- XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;*
- XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;*
- XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;*
- XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;*
- XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;*
- XVII - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;*
- XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:*
 - a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;*
 - b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;*
 - c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV;*
 - d) apoio de saúde institucional;*
 - e) higiene e saúde no trabalho;*
 - f) perícias de saúde;*
 - g) doenças do trabalho;*
 - h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;*
 - i) atividades de medicina do trabalho;*
 - j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;*
 - l) Junta médica nacional;*
 - m) juntas médicas regionais;*
 - n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;*
 - o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;*
 - p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;*
 - q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;*
 - r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência*

Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.

XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.”

As ações deste Núcleo foram voltadas ao lançamento e processamento da folha de pagamento dos servidores desta Regional, bem como a instrução e análise de processos conforme competência descrita no Regimento Interno do DPRF.

O núcleo se manifesta em procedimentos de diversas naturezas, tais como:

*Licença prêmio;
Pensão vitalícia/temporária;
Remoções;
Pensão alimentícia;
Vacâncias
Licenças para participação em curso de formação PRF;
Função gratificada, etc.*

O Núcleo executa ainda trabalhos de diversas naturezas dentro de suas atribuições, tais como:

*Confecção de folha de pontos;
Frequência;
Atendimento aos Servidores ativos, aposentados e pensionistas;
Confecção de 252 declarações;
Movimentação de processos no sistema de protocolo;
Lançamento dos Servidores no Sistema SRH;
Controle e expedição de Identidades Funcionais;
Progressão Funcional;
Acompanhamento aos diversos planos de saúde;
Controle de licenças médicas; e
Controle de férias.*

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. PROGRAMA

4.1.1 Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.1 Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira –CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais
--------------	--

4.1.1.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

7061- Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

4.1.1.3. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.1.3.1. Ação: 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

4.1.1.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Wilton de Albuquerque Melo Jr

Dentro da Ação 1821 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal daremos o principal destaque à reforma do Posto PRF de Jaraguá, subordinado à 2ª Delegacia PRF de Anápolis da 1ª SR/DPRF/MJ.

Destacaremos os principais enfoques dados nesta Ação, como sendo os seguintes:

- Contratação de empresa especializada ou pessoa física na elaboração de projetos de engenharia e arquitetura visando a reforma de nossas unidades operacionais;
- Contratação de empresa de engenharia especializada na reforma das unidades operacionais; e
- Aquisição de serviços de adequação, instalação e montagem de divisórias junto ao Núcleo de Inteligência da 1ª SR/DPRF/MJ.

Este posto policial, juntamente com o Posto PRF João Batista de Lima, foi cedido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás através de um convênio, ficando sob a responsabilidade da 1ª SR/DPRF/MJ todas as reformas necessárias advindas de sua utilização.

O Posto PRF de Rianópolis/GO será desativado e lacrado visando a operacionalização do Posto PRF de Jaraguá/GO. Os motivos da desativação do primeiro e opção em ativar o segundo, são de ordem estritamente operacional, uma vez que o posto PRF de Jaraguá/GO possui localização estratégica ao longo da rodovia federal BR – 153, o que facilitará sobremaneira a atuação da 1ª SR/DPRF/MJ no combate às mais diversas formas de criminalidade havidas na região, principalmente os assaltos a ônibus de passageiros.

A obra de reforma e adequação do espaço físico do novo posto PRF de Jaraguá/GO originou-se da deflagração da Tomada de Preços nº 002/2006, sendo contratada a empresa Construtora Nondas Machado Ltda, ao valor global de R\$ 64.709,61, prevista para ser executada em 04 (quatro) meses.

Em função de alguns problemas decorrentes da ação do clima, uma forte ventania destruiu quase todo o telhado da instalação antes mesmo de se iniciar a obra, sendo necessária a realização de um Termo Aditivo à obra, redundando num acréscimo de 46,92% ao valor inicialmente contratado, aumentando em R\$ 30.366,68 (Trinta mil, trezentos e sessenta e seis reais, sessenta e oito centavos).

Atualmente estamos encontrando dificuldades em finalizar a execução da obra, pois a empresa contratada a abandonou, causando alguns transtornos à Administração. Tal situação está sendo tratada nos autos pela Comissão Gestora da obra, o que deverá redundar ainda na aplicação de outras penalidades além de uma já aplicada à empresa.

Dentro ainda da Ação 1821 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal, destacamos a contratação de empresa de engenharia especializada na reforma de 06 (seis) bases operacionais da 1ª SR/DPRF/MJ a seguir relacionadas:

- ✓ *Postos de fiscalização 1/01 e 1/02 da 1ª Delegacia de Goiânia/GO;*
- ✓ *Posto de Fiscalização 4/01 da Delegacia de Rio Verde/GO;*
- ✓ *Posto de Fiscalização 6/01 da Delegacia de Catalão/GO; e*
- ✓ *Postos de Fiscalização 7/01 e 7/02 da Delegacia de Porangatu/GO.*

A contratação das 06 (seis) bases operacionais decorreu da realização de um Pregão Eletrônico, sendo o contrato firmado no valor global de R\$ 174.259,61 (Cento e setenta e quatro mil, duzentos e cinqüenta e nove reais, sessenta e um centavos).

O início de execução da obra ocorreu em janeiro de 2008 com prazo máximo previsto de 06 (seis) meses, estando em pleno andamento. As duas demandas com a reforma dos *Postos de Fiscalização 1/01 e 1/02 da 1ª Delegacia de Goiânia/GO; Posto de Fiscalização 2/01 (Jaraguá/GO) da 2ª Delegacia de Anápolis/GO, Posto de Fiscalização 4/01 da Delegacia de Rio Verde/GO, Posto de Fiscalização 6/01 da Delegacia de Catalão/GO e Postos de Fiscalização 7/01 e 7/02 da Delegacia de Porangatu/GO* redundaram numa despesa total de R\$ 269.335,90 (Duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais, noventa centavos).

A 1ª SR/DPRF/MJ adquiriu serviços de elaboração de projetos de engenharia visando a reforma de postos policiais, sedes de Delegacia e a sede administrativa do órgão, conforme a seguinte discriminação:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA (MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS DISCRIMINATIVAS DE CUSTOS, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FÍSICO/FINANCEIRO)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Construtora Costa Gomes Ltda	05.393438/0001-09	Serviço	R\$ 4.200,00
Marcelo Freitas Valle – ME	04.810.583/0001-77	Serviço	R\$ 7.865,00
Marcelo Freitas Valle – ME	04.810.583/0001-77	Serviço	R\$ 7.995,00
Cobretudo Serviços Ltda	02.946.730/0001-05	Serviço	R\$ 7.960,00

Portal Construtora Ltda	06.957.075/0001-41	Serviço	R\$ 7.882,99
TOTAL			R\$ 35.902,99

Com relação à realização das obras propriamente ditas, os dispêndios públicos foram assim discriminados:

OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Engemar Constru e Serviços Lt	01.788.596/0001-07	Obra	R\$ 96.672,63(*)
Construtora Nondas Machado	24.843.807/0001-54	Obra	R\$ 64.709,61(**)
Construtora Nondas Machado	24.843.807/0001-54	Obra	R\$ 30.366,68(***)
Cobretudo Serviços Ltda	02.946.730/0001-05	Serviço	R\$ 174.259,61(****)
TOTAL			R\$ 366.008,53

Observações Importantes:

(*) – A obra corresponde à reforma e adequação da 7ª Delegacia PRF de Porangatu/GO, cujo empenho ocorreu em 2006 e foi inscrito em Restos a Pagar para o exercício seguinte. Obra executada em 100% e entregue definitivamente;

(**) – Do valor inicialmente contratado de R\$ 64.709,61, apenas 68,48% foi executado, ou seja, R\$ 44.316,24;

(***) – Apenas 85,92% do valor R\$ 30.366,68 foi executado, ou seja, R\$ 26.091,38;

(****) – Valor empenhado no final do exercício de 2007, sendo inscrito em Restos a Pagar. Até o momento nada foi liquidado e pago, mas os serviços contratados encontram-se em plena execução.

Dentro dos investimentos realizados na área de inteligência do órgão, temos os seguintes gastos efetivados com a adequação da sala do Núcleo de Inteligência, correspondente a instalação, retirada, desmontagem e montagem de divisórias, etc, visando proporcionar um melhor ambiente de trabalho e uma melhor funcionalidade nos espaços físicos internos.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS JUNTO AO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DA 1ª SR/DPRF/MJ			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Ambiental Divisórias e Revestimentos Ltda	24.877.052/0001-09	Serviço	R\$ 6.900,00
TOTAL			R\$ 6.900,00

4.1.1.3.1.2 Resultados

Consideramos que os resultados na Ação 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal foi alcançado com sucesso, embora tenha havido uma grande restrição orçamentária nessa ação.

AÇÃO: 1821 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
	META	RESULTADO	EXECUTADO (%)
Recurso Financeiro	R\$ 408.811,52	R\$ 384.142,85	93,96

4.1.1.3.2. Ação: 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

4.1.1.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da Internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Antônio Humberto Fernandes Frota

Dentro da Ação: 1835 – Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação, informaremos aqui as principais ações desencadeadas pelo órgão no intuito de modernizar todos os sistemas de tecnologia da informação.

As principais ações demandadas pelo órgão durante o exercício de 2007 não foram muitas, mas apenas aquelas consideradas prioritárias e que proovessem o órgão de sistemas de comunicação eficientes e de equipamentos de informática atualizados.

As principais demandas foram:

- *Manutenção dos serviços de captação, rastreamento e monitoramento telefônico;*
- *Manutenção dos serviços de comunicação virtual de dados ou Frame Relay; e*
- *Aquisição de material permanente de informática;*
- *Aquisição de serviços de manutenção em equipamentos de telecomunicações;*
- *Aquisição de rádios transceptores; e*
- *Aquisição de Palm Tops e impressoras térmicas para implantação do sistema de Auto de Infração Eletrônico.*

As demandas de maior expressividade em termos de dispêndio público foram realizadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ através do Pregão Eletrônico (SRP) nº 047/2007, que culminou com as Atas de Registro de Preços nº 027/2007, 033/2007, 034/2007, 036/2007 e 037/2007, onde a 1ª SR/DPRF/MJ adquiriu

os seguintes equipamentos das seguintes empresas:

Nº	DESCRIÇÃO	QTDE	EMPRESA
01	Monitor de LCD 17"	40	High Tech Informática Ltda
02	Estação de Trabalho (computadores)	40	Positivo Informática Ltda
03	No Break de 1200	45	Centerdata Análises de Sistemas e Serviços Lt
04	Servidor Mono	02	Star do Brasil Informática Ltda
05	Telefone IP	09	Digistar Telecomunicações S.A
06	Rack	01	Nascimento Teleinformática Ltda

Os equipamentos serão utilizados em toda a 1ª SR/DPRF/MJ, abrangendo ainda 07 (sete) Delegacias Regionais e 16 (dezesseis) postos policiais espalhados ao longo das rodovias federais goianas.

A seguir teremos o quadro demonstrativo da despesa na Ação – 1835 - Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação, onde os principais gastos originaram-se da prestação dos serviços de comunicação de dados, denominados CVP – Circuitos Virtuais Permanentes (*Frame Relay*) e os serviços de captação, rastreamento e monitoramento telefônico.

AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO, RASTREAMENTO E MONITORAMENTO TELEFÔNICO E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VIRTUAL DE DADOS (<i>FRAME RELAY</i>)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Brasil Telecom S.A.	76.535.764/0001-43	Serviço	R\$ 373.432,98
TOTAL			R\$ 373.432,98

Dentro das aquisições de material permanente da área de informática (monitores de LCD, estações de trabalho, *no break*, servidor mono, telefone IP e *rack*), temos as seguintes despesas:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE INFORMÁTICA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
High Tech Informática Ltda	02.104.469/0001-04	Material	R\$ 18.520,00
Positivo Informática Ltda	81.243.735/0001-48	Material	R\$ 54.400,00
Centerdata Análises de Sistemas e Serviços Ltda	02.596.872/0001-90	Material	R\$ 15.210,00
Star do Brasil Informática Ltda	72.643.943/0001-43	Material	R\$ 12.528,00
Digistar Telecom S.A.	03.004.730/0001-59	Material	R\$ 1.242,00
Nascimento e Silva Teleinformática Ltda	07.857.655/0001-20	Material	R\$ 4.750,00
TOTAL			R\$ 106.650,00

Com relação a aquisição de serviços de manutenção em equipamentos de telecomunicações (rádios transceptores da marca Motorola modelo PRO 5150), temos a seguinte despesa considerada importante:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
REC Telecom Equip e Serviços de Telecomunicação	06.912.940/0001-67	Serviço	R\$ 1.190,00
TOTAL			R\$ 1.190,00

Visando investir nos sistemas de comunicação e informática do órgão, foram realizadas despesas na aquisição de 16 (dezesesseis) rádios transceptores, ao valor unitário de R\$ 2.050,00 (Dois mil e cinqüenta reais).

AQUISIÇÃO DE 16 (DEZESSEIS) RÁDIOS TRANSCÉPTORES			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Agora – Soluções em Telecomunicações Ltda	71.923.304/0001-79	Material	R\$ 32.800,00
TOTAL			R\$ 32.800,00

Ainda dentro das melhorias na tecnologia da informação do órgão, foram investidos um montante considerável na aquisição de *Palm Tops* e Impressoras Térmicas visando a implantação do sistema de aplicação do auto de infração eletrônico.

Tal sistema visa diminuir o número de autos de infração cancelados e/ou inutilizados, promover a checagem instantânea dos dados de veículos e pessoas e uma melhor identificação dos veículos no momento da abordagem, principalmente cujas características de motor e câmbio possam ter sido adulterados.

AQUISIÇÃO DE 41 (QUATENTA E UM) PALM TOPS E 30 (TRINTA) IMPRESSORAS TÉRMICAS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
AIDC – Tecnologia Ltda	07.500.596/0001-38	Material	R\$ 253.489,00
TOTAL			R\$ 253.489,00

4.1.1.3.2.2 Resultados

Os resultados foram positivos sendo 100% das demandas atendidas conforme metas e resultados abaixo:

AÇÃO: 1835 – MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO			
DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS PERMANENTES	Meta	Resultado	(%)
Monitor de LCD 17"	40	40	100
Estação de Trabalho (computador)	40	40	100
No Break de 1200	45	45	100
Servidor Mono	02	02	100
Telefone IP	09	09	100

Rack	01	01	100
Palm Tops	41	41	100
Impressoras Térmicas	30	30	100
Rádios Transceptores	16	16	100

4.1.1.3.3. Ação: 7061- Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária
4.1.1.3.3.1 Dados Gerais

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	José Calixto Suares Bispo

Com relação a Ação 7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária não teceremos maiores comentários uma vez que todas as aquisições são realizadas pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL em Brasília, através de Pregões Eletrônicos (SRP), onde as quantidades adquiridas são definidas para cada Superintendência Regional e entregues em cada Estado consoante um cronograma de entrega previsto em contrato. Tais aquisições não são executadas de forma regional.

4.1.2 Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.2.1 Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais
--------------	--

O objetivo do programa 0663 é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

4.1.2.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4641 – Publicidade de Utilidade Pública

86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas

4.1.2.3. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.2.3.1. Ação: 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

4.1.2.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jander Eustáquio Barbosa – Consultor Interno de Capacitação
---	---

A Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal tem por finalidade formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.

Os principais enfoques foram dados para aquelas áreas de capacitação em que o próprio DPRF/MJ e seus servidores, através da transmissão do conhecimento, foi para que os cursos de capacitação e/ou reciclagem não gerassem custos aos cofres públicos.

Neste sentido, várias foram as ações de capacitação sem ônus pra Administração Pública, conforme enumeradas no item 3.10. SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, página 72.

Abaixo, citamos apenas as atividades de capacitação que geraram ônus pra Administração do órgão:

- *Aquisição de passagens aéreas pra deslocamento dos policiais rodoviários federais aos locais de realização dos eventos de capacitação;*
- *Aquisição de materiais e/ou serviços através da concessão do Cartão de Pagamentos do Governo Federal concedido ao servidor Jander Eustáquio Barbosa da Costa; e*
- *Aquisição de cursos na área de gestão em segurança pública perante a Polícia Militar do Estado de Goiás – PM, Centro de Estudos em Enfermagem e Nutrição e Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra..*

A seguir temos os gastos executados na Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal:

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS (CAPACITAÇÃO)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Distak Ag de Viagens e Turismo	35.636.034/0001-51	Serviço	R\$ 17.296,24
TOTAL			R\$ 17.296,27

Com relação a aquisição de materiais e/ou serviços pelo Cartão de Pagamentos do Governo Federal, informamos que o Consultor Interno de Capacitação, PRF Jander Eustáquio Barbosa da Costa ficou responsável por um cartão de pagamentos, visando executar despesas de pequeno vulto, as quais resumimos a seguir:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS OU MATERIAIS – CPGF			
Empresa	CPF	DESCRIÇÃO	VALOR
Jander Eustáquio Barbosa da Costa	439.357.961-53	Serviço	R\$ 300,00
Jander Eustáquio Barbosa da Costa	439.357.961-53	Material	R\$ 130,00
TOTAL			R\$ 430,00

Em relação à realização de cursos com ônus pro órgão, temos a realização das seguintes despesas:

AQUISIÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO COM ÔNUS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
		O	

CEEN – Centro de Estudos em Enfermagem e Nutrição	01.761.867/0001-10	Serviço	R\$ 700,00
Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	33.673.294/0001-71	Serviço	R\$ 3.800,00
Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás	01.409.671/0001-73	Serviço	R\$ 8.208,00
TOTAL			R\$ 12.708,00

4.1.2.3.1.2 Resultados

Consideramos que os resultados da Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal foram satisfatórios, redundando num nível de execução orçamentária de aproximadamente 88,83%, conforme demonstrativo a seguir.

AÇÃO: 2521 – CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL			
VLR SOLICITADO	VLR RECEBIDO	VLR DESPENDIDOS	Varição (%)
R\$ 66.782,33	R\$ 52.713,07	R\$ 46.824,71	88,83
VLR DEVOLVIDO	R\$ 5.888,36		11,17

4.1.2.3.2. Ação: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

4.1.2.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	Ivone Pinto Caldeira

A Ação: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais visa promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

Dentro desta ação, trataremos aqui dos tópicos que julgamos mais relevantes para o órgão. Visando concretizar a ação da melhor forma, o órgão propôs o seguinte:

- *Manutenção das viaturas policiais;*
- *Aquisição de cones de sinalização viária;*
- *Aquisição de passagens aéreas da área operacional;*
- *Manutenção e aferição de equipamentos do tipo bafômetro (etilômetros);*
- *Aquisição de fardamento de uso operacional;*
- *Aquisição de máquina de recarga de munição;*
- *Aquisição de pneus automotivos;*

Dentro do item manutenção das viaturas policiais temos que passar as seguintes informações:

MANUTENÇÃO DA FROTA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Material	R\$ 5.726,83
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Serviço	R\$ 59,72
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Serviço	R\$ 9.531,40
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Serviço	R\$ 9.662,03
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Serviço	R\$ 77.183,78
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Serviço	R\$ 78.664,32
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Material	R\$ 17.883,19
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Material	R\$ 15.272,00
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Material	R\$ 4.739,44
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Material	R\$ 21.137,21
Pinauto Pinheiro's Veículos Ltda	01.692.763/0001-03	Serviço	R\$ 15.556,14

TOTAL	R\$ 255.416,06
--------------	----------------

MANUTENÇÃO DA FROTA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Material	R\$ 10,57
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 1.928,78
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 304,83
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 8.000,00
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Material	R\$ 173.358,74
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 88.931,00
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Material	R\$ 3.102,00
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 1.749,00
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Material	R\$ 1.562,77
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Material	R\$ 1.241,76
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 17.650,92
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 12.359,46
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 11.117,28
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 4.134,00
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Material	R\$ 8.106,74
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Serviço	R\$ 5.765,28
Cical S.A. – Ind e Comércio	01.534.056/0001-99	Material	R\$ 28.493,37
TOTAL			R\$ 367.816,50

Referente a aquisição de cones para sinalização viária, contamos com a aquisição de 500 (cones) de sinalização viária, onde aderimos a uma ata de registro de preços, sendo o valor de R\$ 48,74 por cada cone.

AQUISIÇÃO DE CONES PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Mondeo Coml e Distribuidora	00.849.760/0001-96	Material	R\$ 24.370,00
TOTAL			R\$ 24.370,00

Com relação a aquisição de passagens aéreas em âmbito nacional para atendimento da área operacional, temos as seguintes despesas:

AQUISIÇÃO DE PASSAGEM AÉREA – ÁREA OPERACIONAL			
---	--	--	--

Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Distak Ag de Viagens e Tur Lt	35.636.034/0001-51	Serviço	R\$ 2.916,16
TOTAL			R\$ 2.916,16

A respeito do fardamento de uso operacional (calças e camisas operacionais, botas táticas e camisetas azuis operacionais), a 1ª SR/DPRF/MJ aderiu a vários Pregões Eletrônicos (SRP).

Abaixo seguem os valores despendidos com os materiais acima mencionados:

AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Van Look Confecções Lt	40.397.929/0001-10	Material	R\$ 23.084,88
Rafael Ind de Confecções Lt	09.211.871/0001-29	Material	R\$ 17.779,30
Confexforte Ind e Comércio Lt	03.291.947/0001-97	Material	R\$ 23.900,25
MZ de Carvalho Sul Uniformes	05.756.857/0001-50	Material	R\$ 10.527,00
SSELL Ind e Com de Calçados	04.080.604/0001-46	Material	R\$ 68.546,21
TOTAL			R\$ 143.837,64

Com relação à manutenção e aferição dos equipamentos do tipo etilômetros (bafômetros) de propriedade da 1ª SR/DPRF/MJ, ao número total de 11 (onze), sendo 04 (quatro) da marca BAF 110 e 07 (sete) da marca Intoximeters – Alcor Sensor IV, os mesmos passam por manutenções em presas privadas, sendo posteriormente remetidos ao INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia em Goiás para aferição e emissão dos respectivos laudos técnicos.

Tais equipamentos são utilizados nas diversas operações policiais, visando coibir a condução de veículos automotores por condutores embriagados ou sob efeito de pequenas frações de bebida alcoólica, mas que causam grandes tragédias no trânsito das rodovias federais.

Assim sendo, em 2007 foram despendidos os seguintes valores:

MANUTENÇÃO E AFERIÇÃO DE ETILÔMETROS (BAFÔMETROS)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Ribco do Brasil	05.591.590/0001-98	Serviço	R\$ 6.678,00
Elec Ind e Com de Equipam de Medição Ltda	07.791.107/0001-44	Serviço	R\$ 2.261,00
INMETRO – GO	00.662.270/0002-49	Serviço	R\$ 3.900,00
TOTAL			R\$ 12.839,00

Visando aproveitar as munições utilizadas em operações policiais e treinamentos de tiro, a 1ª SR/DPRF/MJ adquiriu uma máquina de recarga de munição, visando recarregar as munições deflagradas e, com isso, proporcionar economia de recursos na aquisição de munição.

O equipamento foi adquirido através da adesão a uma ata de registro de preços e o valor despendido foi o seguinte:

AQUISIÇÃO DE MÁQUINA DE RECARGA DE MUNIÇÃO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Nortec Equipam Eletrônicos Lt	02.614.537/0001-77	Material	R\$ 8.130,00
TOTAL			R\$ 8.130,00

Visando proporcionar a plena operacionalidade das viaturas policiais, além das manutenções mecânicas preventivas e corretivas executadas pelas empresas contratadas, promovemos a aquisição, através do sistema de registro de preços, de pneus de uso automotivo, sendo celebradas 02 (duas) Atas de Registro de Preços.

Em 2007 foram despendidos os seguintes valores:

AQUISIÇÃO DE PNEUS DE USO AUTOMOTIVO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Curinga dos Pneus Ltda	00.041.327/0006-16	Material	R\$ 44.743,00
Pneus Via Nobre Ltda	01.976.860/0001-28	Material	R\$ 23.177,00
TOTAL			R\$ 67.920,00

4.1.2.3.2.2 Resultados

Consideramos que os resultados almejados na Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais foram muito satisfatórios. O sistema de registro de preços é uma forma de aquisição que o Governo Federal implementou que trouxe bastante dinamismo e flexibilidade nas aquisições, conseguindo traduzir seus efeitos nos seguintes pontos:

- *Agilidade nas aquisições;*
- *Melhoria na logística das aquisições;*
- *Evita-se o fracionamento da despesa; e*
- *Proporciona uma economia de recursos bastante considerável.*

A maioria de nossas aquisições foi através da adesão a ata de registro de preços registrada para aquisição de algum bem material.

4.1.2.3.3. Ação: 2816 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

4.1.2.3.3.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Élvio Andrade Vêncio

A Ação: 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal visa atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.

A Área de Inteligência do órgão atua de forma bastante sigilosa, no sentido de planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência do órgão, tendo como objetivo principal das atividades de inteligência a atuação preventiva no combate ao crime organizado nas suas mais diversas formas, dando condições para que o órgão promova suas ações policiais de segurança pública de forma a combater eficazmente o crime, seja o assalto a ônibus, roubo de cargas, etc.

Dentro desse objetivo, o NUINT promover e mantém o intercâmbio com as áreas de inteligências da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de Goiás, dando suporte também às demandas oriundas do Ministério Público Federal em Goiás. As atividades de inteligências desenvolvidas recentemente pela PRF/GO têm logrado um êxito positivo no combate ao crime.

Os principais dispêndios públicos nesta Ação ocorreram com o pagamento de diárias e passagens aéreas, conforme quadro a seguir:

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS – ÁREA DE INTELIGÊNCIA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Viagens Brasil Turismo Ltda	72.597.966/0001-69	Serviço	R\$ 1.365,59
TOTAL			R\$ 1.365,59

PAGAMENTO DE DIÁRIAS – ÁREA DE INTELIGÊNCIA			
ÓRGÃO	UG/GESTÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal	200121/00001	339014	R\$ 11.992,45
TOTAL			R\$ 11.992,45

4.1.2.3.3.2 Resultados

Os resultados nesta Ação, embora tenham havido restrições orçamentárias, limitações de pessoal e de meios de trabalho (viaturas adequadas, etc), podem ser considerados bastante positivos, principalmente com a realização de 02 (duas) operações policiais com o Ministério Público Estadual, Comarca de Itumbiara/GO que

culminou com a prisão de 11 (onze) pessoas durante o ano, apreensões de 71 (setenta e um) quilogramas de pasta base de cocaína, apreensões de 02 (dois) carros roubados e 02 (dois) caminhões entregues a Polícia Federal por transportar pasta base de cocaína e apreensões de 03 (três) armas de fogo, além da identificação de quadrilhas que atuam em Goiás e regiões circunvizinhas.

4.1.2.3.4. Ação: 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4.1.2.3.4.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Antônio Humberto Fernandes Frota

O objetivo da Ação 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal visa garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.

Dentro da gestão da Ação pelo órgão, temos os principais enfoques dados à:

- *Manutenção e reparação de 10 (dez) radares medidores de velocidade;*
- *Aquisição de serviços pelo INMETRO/GO referente a aferição e emissão de Laudos Técnicos para 10 (dez) radares medidores de velocidade; e*
- *Aquisição de serviços pelo INMETRO/GO referente a calibragem e aferição da Balança de Pesagem do posto PRF João Batista de Lima, subordinado à 1ª Del PRF de Goiânia.*

Os principais gastos em 2007 com essa ação foram os seguintes:

MANUTENÇÃO DE 10 (DEZ) RADARES MEDIDORES DE VELOCIDADE			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Telc Telecom Empreendimentos Lt	04.841.288/0001-88	Serviço	R\$ 6.300,00
TOTAL			R\$ 6.300,00

AFERIÇÃO DE 10 (DEZ) RADARES MEDIDORES DE VELOCIDADE COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO (Lei nº 9503/97-CTB)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia em Goiás	00.662.270/0002-49	Serviço	R\$ 9.360,00
TOTAL			R\$ 9.360,00

AFERIÇÃO DE 01 (UMA) BALANÇA DE PESAGEM, COM EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO (Lei nº 9503/97-CTB)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia em Goiás	00.662.270/0002-49	Serviço	R\$ 729,30
TOTAL			R\$ 729,30

4.1.2.3.4.2 Resultados

Os resultados da ação foram considerados positivos, pois a exigência de manutenções e aferições anuais em equipamentos de radar medidores de velocidade é legal e consta da Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Nenhuma operação policial que exija a utilização de tais equipamentos pode ser realizada se os mesmos não estiverem com manutenção e aferição pelo INMETRO em perfeita ordem.

4.1.2.3.5. Ação: 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4.1.2.3.5.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jairo Braga

A Ação 4290 – Atividade de Saúde nas Rodovias Federais visa prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.

Dentro das atividades de saúde nas rodovias federais sob fiscalização da 1ª SR/DPRF/MJ, temos como principal gestão da Ação a realização dos Comandos Médicos de saúde preventiva realizadas ao longo das rodovias federais, cujo público alvo são os motoristas de caminhões, carretas, bi-trens, etc.

Dentro desta Ação temos a realização de 04 (quatro) comandos médicos preventivos onde foram adquiridos os materiais de consumo conforme discriminação a seguir:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO EM COMANDOS MÉDICOS PREVENTIVOS NAS RODOVIAS FEDERAIS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Biogen Distribuidora de Medicamentos Ltda	04.929.044/0002-32	Material	R\$ 2.027,00
Global Comercial Ltda	06.284.023/0001-51	Material	R\$ 341,40
Cirúrgica Trevo Ltda	96.182.837/0001-78	Material	R\$ 6.310,40
TOTAL			R\$ 8.678,80

4.1.2.3.5.2 Resultados

Os resultados na Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais foram considerados positivos tendo resultado na realização de 04 (quatro) Comandos Médicos Preventivos, promovendo a checagem e orientação médica em mais de 566 (quinhentos e sessenta e seis) motoristas.

COMANDOS MÉDICOS PREVENTIVOS – 2007

MODALIDADE DE EXAME (*)	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	TOTAIS	Variação (%)
	<i>27 de Abril</i>	<i>29 de Junho</i>	<i>05 de Setembro</i>	<i>29 de Novembro</i>		
Efetivo de PRFs	25	26	23	32	106	-
Efetivo externo	45	68	55	25	193	-
Motoristas Examinados	122	145	145	154	566	100
Acima do Peso	67	72	96	117	352	62,19
Circunferência Abdominal	-	-	-	-	-	-
Gordura Corporal	-	-	-	-	-	-
Triglicérides	-	-	-	-	-	-
Hiperglicemia	22	13	11	23	69	12,19

Pressão Arterial	37	20	38	25	120	21,20
Carga Horária Excessiva	76	79	97	118	370	65,37
Medicamentos Impróprios	-	-	-	-	-	-
Etilismo	13	55	66	61	195	34,45
Acuidade Auditiva	-	7	-	20	27	4,77
Tabagismo	15	24	47	31	117	20,67
Acuidade Visual	5	39	23	20	87	15,37
Visão Estéreos	-	-	16	-	16	2,83
Visão cromática	-	-	1	-	1	0,18
Ofuscamento	-	1	-	-	1	0,18
Campimetria	-	-	-	-	-	-
Envolvidos em Acidentes	15	17	22	26	80	14,13
Força Manual D	4	-	3	2	9	1,59
Força Manual E						
Colesterol	15	1	6	4	26	4,59(**)
Grau de Sonolência	16	16	10	10	52	9,19
Pupíloметрия	-	-	-	-	-	-
Frequência Cardíaca	-	-	-	-	-	-

4.1.2.3.6. Ação: 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4.1.2.3.6.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ivone Pinto Caldeira

A Ação 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais visa fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral, com a realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim.

Visa ainda a realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.

Das diversas operações policiais deflagradas ao longo das rodovias federais, houve um dispêndio com diárias operacionais na Ação em questão, conforme detalhamento a seguir:

PAGAMENTO DE DIÁRIAS – ÁREA DE POLICIAMENTO			
ÓRGÃO	UG/GESTÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal	200121/00001	339014	R\$ 22.733,00
1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal	200121/00001	339014	R\$ 8.634,96
TOTAL			R\$ 31.367,96

4.1.2.3.6.2 Resultados

Os resultados com a Ação 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais podem ser considerados satisfatórios, conforme quadro demonstrativo dos resultados operacionais a seguir.

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE APREENSÕES – 2006	NÚMERO DE APREENSÕES – 2007	Variação (%)
ARMAS APREENDIDAS (em unidades)			
Revólver	35	15	(-) 57,14
Pistola	11	03	(-) 72,73
Rifle	01	00	(-) 100
Espingarda	08	08	0
Carabina	0	01	(+) 100
Submetralhadora	01	00	(-) 100
Armas Brancas	05	06	(+) 20
Outras	0	02	(+) 200
MUNIÇÕES/PROJÉTEIS (em unidades)			
Munições e Projéteis	10692	22783	(+) 113,08
DROGAS			
Cocaína (em gramas)	100,985	186,315	(+) 84,50

Maconha (em Kg)	1409,488	104,877	(-) 92,56
Merla (lata)	660	0	0
“Crack” (em unidades)	710	0	0
Lança Perfume (em frascos)	0	12	0
Anfetaminas (em unidades)	9	0	0
Barbitúricos (em unidades)	0	0	0
Outras	10265	4555	(-) 55,62
CONTRABANDO/DESCAMINHO			
Cigarros	27452	22783	(-) 17,00
Fitas/CD's	141280	57302	(-) 59,44
Equipamentos de Informática	3369	1326	(-) 60,64
Equipamentos Eletrônicos	0	5520	(+) 5520
Combustível (em litros)	0	0	0
Bebidas (em litros)	16802	7048	(-) 58,05
Outros	80380	63663	(-) 20,80
EXPLOSIVOS			
Explosivos (em Kg)	428	1,050	(-) 99,75
DOCUMENTOS APREENDIDOS			
Documentos Apreendidos/Recolhidos	469	2082	(+) 343,92
CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE			
Crimes contra o meio ambiente (em ocorrências)	65	109	(+) 67,69
PESSOAS PRESAS/DETIDAS			
Pessoas presas e/ou detidas	459	897	(+) 95,42
ROUBO A CARGA			
Roubo de Cargas (em ocorrências)	58	19	(-) 67,24
CARGAS RECUPERADAS			
Cigarros (ocorrência)	0	01	(+) 100
Combustível (em litros)	200	00	(-) 200
Outros	124	02	(-) 98,39
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS			
Registro de Ocorrências	112	150	(+) 33,93
VEÍCULOS			

Veículos Recuperados	105	111	(+) 5,71
Veículos Apreendidos – Restrição Judicial	05	15	(+) 200
Veículos Apreendidos – Restrição Administrativa	00	00	0
Veículos Retidos - para Regularização	8114	4098	(-) 49,49

Fonte: Núcleo de Operações Especiais – 1ª SR/DPRF/MJ

4.1.2.3.7. Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4.1.2.3.7.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jander Eustáquio Barbosa da Costa

A Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação visa promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

A Ação visa ainda a realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Os principais gastos realizados nesta ação foram os pagamentos com diárias e passagens aéreas a policiais rodoviários federais nos processos de capacitação, senão vejamos:

PAGAMENTO DE DIÁRIAS – ÁREA DE CAPACITAÇÃO			
ÓRGÃO	UG/GESTÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal	200121/00001	339014	R\$ 2.180,52

1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal	200121/00001	339014	R\$ 1.278,73
TOTAL			R\$ 3.459,25

AQUISIÇÃO DE PASSAGEM AÉREA – ÁREA DE CAPACITAÇÃO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Distak Ag de Viagens e Tur Lt	35.636.034/0001-51	Serviço	R\$ 421,40
TOTAL			R\$ 421,40

4.1.2.3.7.2 Resultados

Os resultados na Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação podem ser considerados satisfatórios, porém, aquém das demandas por capacitação do órgão em função das restrições orçamentárias.

4.1.2.3.8. Ação: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

4.1.2.3.8.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Newton Moraes de Souza

A Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública visa informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Tal ação visa a coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.

Da Ação em questão a 1ª SR/DPRF/MJ não promoveu nenhuma gestão, tendo em vista que é a finalidade da mesma vem sendo gerida e executada pelo DPRF/MJ em âmbito nacional.

4.1.2.3.9. Ação: 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas

4.1.2.3.9.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Cleosmar Alves da Silva

A Ação: 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas visa prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.

A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação - CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.

Dentro desta Ação, a principal gestão do órgão foi a de aprimorar o sistema de arrecadação das multas aplicadas no âmbito das rodovias federais através da manutenção do Convênio nº 001/2005 firmado perante o DETRAN/GO para que esse órgão promova a arrecadação das multas.

Os valores das taxas que o DETRAN/GO cobra da 1ª SR/DPRF/MJ em detrimento da execução do Convênio são os seguintes:

PLANILHA DE CUSTOS DE SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR SEM NOTIFICAÇÃO
1	Bloqueio/desbloqueio administrativo	R\$ 0,80
2	Bloqueio/desbloqueio de multas	R\$ 0,80
3	Bloqueio/desbloqueio judicial	R\$ 0,80
4	Custo de AR Digital de Notificação Defesa Prévia	-
5	Custo de AR Digital de Notificação Penalidade	-
6	Custo de arquivamento e digitação de dados de Notif. Def. Penalidade	-
7	Custo de arquivamento e digitação de dados de Notif. Def. Prévia	-
8	Custo de impressão de Notificação Defesa Prévia	-
9	Custo de impressão de Notificação Penalidade	-
10	Custo de manutenção de sistema por infração	R\$ 0,88
11	Custo de manutenção/licença de software disponibilizado	R\$ 5,75
12	Custo de postagem de Notificação Defesa Prévia	-
13	Custo de postagem de Notificação Penalidade	-
14		R\$ 0,65
15	Custo para manutenção sistema arrecadação	R\$ 0,85
16	Despesas bancárias – DOC eletrônico	R\$ 0,50
17	Despesas bancárias para cobrar multa	R\$ 1,50
18	Disponibilizar dados cadastrais do condutor	R\$ 0,95
19	Disponibilizar dados cadastrais do veículo	R\$ 0,95
20	Ger/Proc. Arquivo "E3" para Notif. de Penalidade (Correios)	R\$ 0,95
21	Ger/Proc. Arquivo "E3" para Notif. Def. Prévia (Correios)	R\$ 0,95
22	Ger/Proc. Arquivo "E4" para baixa (Pagto, Cancelamento) pelo DETRAN-GO	R\$ 0,95
23	Ger/Proc. Arquivo "E8" para atualização Sist. Controle Infração	R\$ 0,95
24	Ger/Proc. Arquivo "E9" para confirmação (Pagto, Cancelamento)	R\$ 0,95

25	Ger/Proc. Arquivo "R3" para baixa (Pagto, Cancelamento) do Autuador	R\$ 0,95
26	Infra-estrutura de atendimento	R\$ 2,40
27	Infraestrutura de suporte não presencial	R\$ 1,20
28	Postar indicação de real infrator	-
29	Registro de pontuação	R\$ 0,60
30	Registro Recurso Defesa Prévia (Baixa)	-
31	Registro Recurso Defesa Prévia (Cadastro)	-
32	Registro Recurso JARI (Baixa)	-
33	Registro Recurso JARI (Cadastro)	-
TOTAL		R\$ 24,33

O sistema de arrecadação melhorou sensivelmente culminando com uma maior arrecadação dos valores devidos pelas multas aplicadas.

Dentro da Ação: 86A1 – Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas temos ainda a gestão de recursos conforme detalhamento a seguir, visando a aquisição de blocos de autos de infração decorrentes da Ata de Registro de Preços nº 012/2005 oriunda do Pregão Eletrônico (SRP) nº 050/2005 e promover o repasse de valores arrecadados provenientes de multas que não foram repassadas legalmente ao DETRAN:

AQUISIÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
SPP Agaprint Ind e Comércio	18.204.610/0021-16	Serviço	R\$ 3.332,50
TOTAL			R\$ 3.332,50

REPASSE DE VALORES DECORRENTES DE ARRECADAÇÃO DE MULTAS NÃO REPASSADOS AO DETRAN NO PERÍODO DE 25/01/1999 A 23/01/2001 CONFORME PROCESSO Nº 08662003075/2004.			
Órgão	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito	02.872.448/0001-20	Serviço	R\$ 50.056,62
TOTAL			R\$ 50.056,62

4.1.2.3.9.2 Resultados

Os resultados alcançados com a melhoria no sistema de arrecadação, em decorrência do firmamento do Convênio nº 001/2005 foram os seguintes em termos de arrecadação (em R\$), os quais consideramos bastante satisfatórios:

ARRECADAÇÃO DE MULTAS – 2006/2007

PERÍODO	2006	2007	Variação (%)
JANEIRO	R\$ 0,00	R\$ 301.429,67	-
FEVEREIRO	R\$ 0,00	R\$ 296.898,85	-
MARÇO	R\$ 19.711,69	R\$ 485.513,81	(+) 2.363
ABRIL	R\$ 86.066,89	R\$ 440.942,53	(+) 412,3
MAIO	R\$ 131.267,53	R\$ 480.072,16	(+) 265,7
JUNHO	R\$ 157.088,12	R\$ 500.386,56	(+) 218,5
JULHO	R\$ 178.905,91	R\$ 509.747,50	(+) 184,9
AGOSTO	R\$ 288.076,76	R\$ 569.750,99	(+) 97,7
SETEMBRO	R\$ 281.795,52	R\$ 496.211,79	(+) 76,08
OUTUBRO	R\$ 319.467,40	R\$ 513.116,78	(+) 60,6
NOVEMBRO	R\$ 336.640,56	R\$ 469.167,06	(+) 39,3
DEZEMBRO	R\$ 316.356,72	R\$ 324.442,88	(+) 25,5
TOTAL ARRECADADO (em R\$)	R\$ 2.115.377,10	R\$ 5.387.679,58	(+) 154,6

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades – 1ª SR/DPRF/MJ

4.1.3 Programa 0750 – Apoio Administrativo

4.1.3.1 Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

O objetivo do Programa 0750 é o Apoio Administrativo, este programa é comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal e visa prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

4.1.3.2. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2000 – Administração da Unidade;

2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes;

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;

2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados;

2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados; e

09HB – Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

4.1.3.3. GESTÃO DAS AÇÕES

4.1.3.3.1. Ação: 2000 – Administração da Unidade

4.1.3.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário - DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Marcelo Gomes Martins

O objetivo desta ação visa constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens,

pagamento de diárias e afins); e demais atividades meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Dentro da gestão desta ação, temos os mais diversos de despesas, as quais traduzimos a seguir:

- *Pagamento de Diárias – Pessoal Civil;*
- *Aquisição de serviços de vigilância e segurança armada;*
- *Aquisição de serviços de locação de mão-de-obra para 03 (três) recepcionistas e 02 (duas) telefonistas;*
- *Aquisição de serviços de limpeza, asseio e conservação para 26 (vinte e seis) serventes, 01 (um) encarregado de limpeza e 01 (uma) copeira;*
- *Aquisição de estagiários de nível Médio e nível Superior através do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE;*
- *Aquisição de serviços públicos diversos, tais como: Imprensa Nacional, energia elétrica, fornecimento de água e esgoto, etc;*
- *Aquisição de serviço de rastreamento televisivo (clipping eletrônico) de matérias jornalísticas de interesse da 1ª SR/DPRF/MJ;*
- *Aquisição de serviço de telefonia móvel celular;*
- *Aquisição de material de consumo, tais como: café, água mineral, açúcar e chá;*
- *Aquisição de serviços de manutenção em equipamentos de informática, de ambiente de rede, rede lógica, etc, com fornecimento de peças e componentes;*
- *Aquisição de serviços de telecomunicações em rádios transceptores móveis;*
- *Aquisição de materiais de expediente diversos;*
- *Aquisição de materiais de consumo diversos;*
- *Aquisição de passagens aéreas em âmbito nacional;*
- *Aquisição de serviço de telefonia fixa;*
- *Aquisição de serviço de locação de impressoras multi-funcionais;*
- *Aquisição de serviços postais e de coleta, transporte e entrega de documentos (malote) junto a ECT/GO;*
- *Aquisição de assinatura do jornal O Popular;*
- *Aquisição de serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio;*
- *Aquisição de carimbos e chaves, troca de segredos, abertura de fechaduras, etc;*
- *Aquisição de livros jurídicos;*
- *Aquisição de serviço de publicação de edital de notificação sobre leilão de veículos apreendidos/retidos há mais de 90 dias e não reclamados por seus proprietários;*
- *Aquisição de serviços gráficos;*
- *Aquisição de material permanente (aparelhos de ar condicionado);*
- *Aquisição de material permanente (mobiliário);*
- *Aquisição de material de expediente;*
- *Aquisição de material para processamento de dados;*
- *Aquisição de material elétrico;*
- *Aquisição de serviço de manutenção para copiadora marca Toshiba, modelo ED 3560; e*
- *Aquisição de bandeiras para utilização de nossa sede e Delegacias Regionais.*

Em relação ao pagamento de Diárias – Pessoal Civil, temos as seguintes despesas realizadas:

PAGAMENTO DE DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL			
ÓRGÃO	UG/GESTÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal	200121/00001	339014	R\$ 111.439,29
TOTAL			R\$ 111.439,29

Para os serviços de vigilância e segurança armada executados na sede da 1ª SR/DPRF/MJ em Goiânia e sede da 7ª Delegacia PRF de Porangatu/GO, totalizando 18 (dezoito) vigilantes diurnos, temos a seguinte despesa:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR

Vip – Vigilância Intensiva e Patrimonial Ltda	01.160.949/0001-11	Serviço	R\$ 468.870,00
TOTAL			R\$ 468.870,00

Aquisição de serviços de locação de mão-de-obra compreendendo 03 (três) recepcionistas e 02 (duas) telefonistas para desempenharem suas funções junto à sede da 1ª SR/DPRF/MJ (recepção e Gabinete do Superintendente) e sede da 1ª Delegacia PRF (recepção).

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO-DE-OBRA – RECEPCIONISTA E TELEFONISTA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Meta Limpeza e Conservação Lt	01.209.928/0001-43	Serviço	R\$ 87.464,12
TOTAL			R\$ 87.464,12

Visando a aquisição dos serviços de limpeza, asseio, conservação e copeiragem, foram gastos com o fornecimento dos serviços prestados por 26 (vinte e seis) serventes de limpeza, 01 (um) encarregado e 01 (uma) copeira os seguintes valores:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO E COPEIRAGEM			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Contal – Empreiteira de Reformas e Serviços Ltda	02.669.075/0001-95	Serviço	R\$ 473.738,58
TOTAL			R\$ 473.738,58

Aquisição de estagiários de Nível Médio e Nível Superior, sendo 26 (vinte e seis) estagiários do primeiro e 08 (oito) estagiários do segundo nível, totalizando 34 (trinta e quatro) estagiários para desempenharem suas funções nas seções e núcleos da 1ª SR/DPRF/MJ e 07 (sete) Delegacias Regionais.

Esclarecemos que o Convênio nº 001/2006 foi firmado para 34 (trinta e quatro) estagiários, totalizando um dispêndio anual estimado em R\$ 77.952,00. Ocorre que nem sempre todas as vagas são preenchidas, ficando, em determinados momentos, algumas seções, núcleos e delegacias sem o estagiário.

O valor que pagamos ao CIEE/GO correspondente à mão-de-obra que efetivamente desempenhou suas funções, ou seja, se no mês todos os estagiários contratados efetivamente trabalharam a execução do contrato seria 100%. Como nem sempre isso ocorre, os pagamentos são sempre menores e correspondem aos estagiários que trabalharam e, por consequência, os valores são menores, o que motivou uma execução abaixo do esperado.

AQUISIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL MÉDIO E NÍVEL SUPERIOR			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
CIEE – Centro de Integração Empresa – Escola	61.600.839/0001-55	Serviço	R\$ 61.772,88
TOTAL			R\$ 61.772,88
VALOR CONTRATADO			R\$ 77.952,00
EXECUÇÃO (%)			79,244%

Com a aquisição de serviços de diversas modalidades, temos as publicações de matérias oficiais junto à Imprensa Nacional – IN, aquisição de serviços públicos, tais como o fornecimento de água e esgoto tratado e energia elétrica, sendo os gastos efetivados da seguinte forma:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS (IN, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA E ESGOTO TRATADO)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Imprensa Nacional	UG/GESTÃO110245/00001	Serviço	R\$ 16.178,04
Chesp – Cia Hidroelétrica do São Patrício	01.377.555/0001-10	Serviço	R\$ 26.154,00
CELG – Centrais Elétricas S.A.	01.543.032/0001-04	Serviço	R\$ 420.911,77
Saneago S/A	01.616.929/0001-02	Serviço	R\$ 47.036,32
TOTAL			R\$ 510.280,13

Visando promover o acompanhamento das matérias jornalísticas veiculadas em mídia televisiva, foi contratada uma empresa para efetuar o rastreamento de todas as matérias afetas à área de trânsito e criminalidade nas rodovias ou que envolvam e façam menção aos trabalhos da Polícia Rodoviária Federal em Goiás.

Os recursos em mídia são gravados pela empresa e disponibilizados semanalmente em DVD e uma cópia mensal contendo todas as matérias gravadas, proporcionando que a PRF/GO dê uma resposta e uma satisfação rápida à sociedade quando provocada pela imprensa.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO EM ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO – CLIPPING TELEVISIVO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Em Tempo Clipping Ltda	04.592.927/0001-19	Serviço	R\$ 6.398,66
TOTAL			R\$ 6.398,66

Aquisição de serviço de telefonia móvel celular, contemplando 33 (trinta e três acessos), com os aparelhos, para serem utilizados pelas seções e núcleos da sede da 1ª SR/DPRF/MJ e os chefes das 07 (sete) Delegacias PRFs, bem como pelos chefes dos núcleos de policiamento e fiscalização das Delegacias.

Vale lembrar que os gastos são limitados por portaria interna da Direção Geral do DPRF/MJ e que os gastos excedentes, caso ocorram, são devidamente ressarcidos pelo titular da linha. Os gastos com manutenção dos aparelhos são também de responsabilidade do titular da linha, não gerando ônus à Administração Pública.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP – Telefonia Celular			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
14 Brasil Telecom Celular	05.423.963/0001-11	Serviço	R\$ 24.840,19
TOTAL			R\$ 24.840,19

Realizamos também gastos com o consumo diário de água mineral, café, açúcar e chá para infusão, despesas estas comuns a todos os órgãos públicos, conforme detalhamento a seguir. Vale lembrar que tais aquisições são realizadas pelo Sistema de Registro de Preços.

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO – ÁGUA MINERAL, CAFÉ, AÇÚCAR E CHÁ PARA INFUSÃO			
--	--	--	--

Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Tempus Alimentos e Lazer Ltda	02.797.717/0001-31	Material	R\$ 2.570,91
Odebrecht Com e Ind de Café Lt	78.597.150/0013-55	Material	R\$ 5.000,00
Empório Gourmet Ltda	06.352.497/0001-93	Material	R\$ 7.825,00
TOTAL			R\$ 15.395,91

Realizamos também, através de um Pregão Eletrônico, a contratação de uma empresa especializada na manutenção corretiva em equipamentos de informática, de ambiente de rede, rede lógica, etc, com o fornecimento de peças e componentes.

Aqui ressalto que o Contrato nº 009/2007, firmado em 1º de novembro de 2007, foi estimado em R\$ 30.820,00 (Trinta mil, oitocentos e vinte reais) para um período de 12 (doze) meses.

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Life Informática Ltda	07.579.821/0001-73	Serviço	R\$ 1.240,00
Life Informática Ltda	07.579.821/0001-73	Material	R\$ 1.340,00
TOTAL			R\$ 2.580,00
VALOR CONTRATADO			R\$ 30.820,00
EXECUÇÃO (%)			8,37%

Realizamos também a aquisição de serviços em reparação e manutenção em equipamentos de telecomunicação da 1ª SR/DPRF/MJ (rádios transceptores móveis).

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÃO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
ReC Telecom Equip e Serv de Telecomunicação	06.912.494/0001-67	Serviço	R\$ 1.910,00
TOTAL			R\$ 1.910,00

Foram executados serviços em manutenção e recarga em todos os extintores de incêndio pertencentes à 1ª SR/DPRF/MJ, distribuídos em todas as instalações prediais e em todas as viaturas policiais.

Para que as instalações prediais e principalmente as viaturas policiais não permanecessem sem os extintores, a empresa recebeu uma relação de todos os materiais (peso, tipo, etc) foi obrigada contratualmente a dirigir-se a todos os locais e substituir os equipamentos, visando não prejudicar o órgão recolhendo todos de uma só vez e só entregando depois de determinando período de tempo, ficando as viaturas sem o equipamento, o que não poderia ocorrer de forma alguma.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECARGA EM EXTINTORES DE INCÊNDIO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
CD Equipamentos Hidráulicos Lt	04.925.062/0001-65	Serviço	R\$ 7.433,00

TOTAL	R\$ 7.433,00
--------------	--------------

Realizamos também a contratação de assinatura de jornal de grande circulação perante a Organização Jaime Câmara visando acompanhar as matérias escritas de interesse da 1ª SR/DPRF/MJ. Assinatura abrange um período de 12 (doze) meses, ficando os jornais sob a responsabilidade do Núcleo de Comunicação Social do órgão, que os mantém arquivados, sendo posteriormente doados os volumes ao Hospital do Câncer em Goiânia.

AQUISIÇÃO DE ASSINATURA DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE GOIÁS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
J Câmara & Irmãos S/A	01.536.754/0001-23	Serviço	R\$ 418,00
TOTAL			R\$ 418,00

A 1ª SR/DPRF/MJ ainda contratou a ECT/GO – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para execução dos serviços postais (remessa de correspondências, tais como AR, Carta Simples, Sedex, Encomendas, etc) e dos serviços de coleta, transporte e entrega de correspondência agrupada (malote), permitindo que a 1ª SR/DPRF/MJ despache e receba documentos às 07 (sete) Delegacias subordinadas e ao DPRF/MJ em Brasília/DF.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E COLETA, TRANSPORTE E ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA (MALOTE)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
ECT/GO	34.028.316/0013-47	Serviço	R\$ 24.722,61
TOTAL			R\$ 24.722,61

A 1ª SR/DPRF/MJ também realizou procedimento licitatório em 2005, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a locação de equipamentos impressora/copiadora multifuncionais.

O valor do contrato foi de R\$ 3.959,00 (Três mil, novecentos e cinquenta e nove reais) mensais e R\$ 47.508,00 (Quarenta e sete mil, quinhentos e oito reais) anuais. A 1ª SR/DPRF/GO pagará à CONTRATADA, pela locação dos 22 (vinte e dois) equipamentos, o seguinte preço unitário: R\$ 3.959,00 (Três mil, novecentos e cinquenta e nove reais) para uma franquia mensal de 36.000 (vinte e uma mil) cópias/impressões produzidas pelas copiadoras e R\$ 0,07 (zero vírgula sete centavos) de real por cópia excedente.

Os gastos com tais serviços em 2007 foram os seguintes:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTI-FUNCIONAIS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Copysystems – Copiadoras, Sistemas e Serviços Ltda	01.765.213/0001-77	Serviço	R\$ 58.889,92
TOTAL			R\$ 58.889,92

O Sistema de Telefonia Fixa Comutada – STFC da 1ª SR/DPRF/MJ é o denominado PABX Virtual Net, contratado através de inexigibilidade de licitação perante a Brasil Telecom S.A. por ser uma atividade exclusiva da empresa.

Visando estabelecer a comunicação virtual de dados ou *Frame Relay*, o órgão também mantém contrato com a Brasil Telecom S.A. Tais serviços visam a interligação de todas as unidades da PRF/GO em Goiás, transmitindo e recebendo dados.

Durante o exercício de 2007, foram gastos com Telefonia Fixa Comutada, Telefonia Longa Distância Nacional – LDN e Captação, Rastreamento e Monitoramento telefônico os seguintes valores.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA – STFC, TELEFONIA FIXA LONGA DISTÂNCIA NACIONAL – LDN E CAPTAÇÃO, RASTREAMENTO E MONITORAMENTO TELEFÔNICO			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Brasil Telecom S.A.	76.535764/0328-51	PABX Virtual Net	R\$ 95.557,14
Brasil Telecom S.A.	76.535.764/0001-43	LDN e <i>Frame Relay</i>	R\$ 424.284,85
TOTAL			R\$ 519.841,99

Durante o exercício de 2007 foram despendidos recursos com aquisição de passagens aéreas em âmbito nacional na Ação 2000, os seguintes valores:

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS EM ÂMBITO NACIONAL			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Distak – Agência de Viagens e Turismo Ltda	35.636.034/0001-51	Serviço	R\$ 8.796,79
TOTAL			R\$ 8.796,79

Visando evitar a aquisição de serviços através do Cartão de Pagamentos do Governo Federal, a 1ª SR/DPRF/MJ celebrou o Contrato nº 001/2007, no valor estimado de R\$ 5.516,87, visando a aquisição de serviços comuns, tais como: fornecimento de carimbo, cópia de chaves, troca de segredos, abertura de fechaduras, etc.

O montante despendido em 2007 foi o seguinte:

AQUISIÇÃO DE CARIMBOS, CÓPIA DE CHAVES, TROCA DE SEGREDOS, ABERTURA DE FECHADURAS, ETC.			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Gold Serviços e Chaves Ltda	03.719.937/0001-00	Material	R\$ 2.548,10
TOTAL			R\$ 2.548,10

Ainda em 2007, foram também adquiridos livros jurídicos para utilização da Corregedoria Regional, Núcleo de Apoio Técnico e Jurídico, Núcleo de Legislação de Pessoal, Comissão Administrativa de Defesa de Autuação, etc.

O montante despendido em 2007 foi o seguinte:

AQUISIÇÃO DE LIVROS JURÍDICOS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Juristec Livros Jurídicos e Técnicos Lt	00.230.060/0001-09	Material	R\$ 2.788,00
Bellcomsys Comércio e Prestação de Serviços	01.824.644/0001-67	Material	R\$ 1.167,29

Bortolai Livros Ltda	09.096.717/0001-53	Material	R\$ 115,46
MA Pontes Editora e Dist Ltda	02.237.480/0001-34	Material	R\$ 1.435,90
TOTAL			R\$ 5.506,65

Em 2007, a 1ª SR/DPRF/MJ contratou a Radiobrás S.A. para realização da publicação do Edital de Notificação nº 001/2007 sobre o Leilão de Veículos Apreendidos/Retidos há mais de 90 dias e não reclamados por seus proprietários, consoante previsão legal contida na Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro. A publicação do edital de notificação ocorreu no jornal O Popular, de circulação em todo o Estado de Goiás.

O montante despendido em 2007 foi de:

AQUISIÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE MATERIAL OFICIAL – RADIOBRÁS S.A			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
Radiobrás S.A.	110052/11152	Serviço	R\$ 34.944,00
TOTAL			R\$ 34.944,00

Em 2007, a 1ª SR/DPRF/MJ realizou a aquisição de serviços gráficos (impressos em geral, tais como capas de processo, capas de movimento diário, confecção de adesivos com telefone de emergência 191 para serem afixados nas viaturas policiais, etc).

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
FAMA – Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz	01.571.413/0001-99	Serviço	R\$ 7.952,50
TOTAL			R\$ 7.952,50

Em 2007, foram adquiridos 11 (onze) aparelhos de ar condicionado em decorrência de um Pregão Eletrônico, sendo 09 (nove) de 18.000 BTUs e 02 (dois) de 10.000 BTUs. O montante despendido foi de:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – APARELHOS DE AR CONDICIONADO			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
MBS Dist Comercial Ltda	05.821.117/0001-50	Material	R\$ 12.379,92
TOTAL			R\$ 12.379,92

A 1ª SR/DPRF/MJ realizou a aquisição de mobiliário para uso da 1ª SR/DPRF/MJ aderindo a uma Ata de Registro de Preços, adquirindo apenas algumas mesas, cadeiras fixas com braços e cadeiras giratórias com braços, conforme discriminação abaixo:

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
Alberflex Ind de Móveis Lt	60.656.774/0001-05	Material	R\$ 13.825,00
TOTAL			R\$ 13.825,00

Dentro do exercício de 2007 ainda foram adquiridos materiais de expediente de diversas naturezas, conforme detalhamento a seguir:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
Xerox Com e Indústria Ltda	02.773.629/0052-40	Material	R\$ 16.360,00
Hélio Masashi Saito e Cia Ltda	62.492.798/0001-93	Material	R\$ 2.615,50
Aristides Souza Lima – ME	08.042.872/0001-24	Material	R\$ 897,00
Papelaria Tributária Ltda	00.905.760/0004-90	Material	R\$ 577,00
ALM – Áudio, Vídeo e Suprimentos p/ Informática Lt	05.471.539/0001-42	Material	R\$ 2.361,30
Maxim Qualitta Comércio Lt	05.075.962/0001-23	Material	R\$ 40,00
Moderna Comercial de Papéis Lt	06.338.087/0001-98	Material	R\$ 532,40
TOTAL			R\$ 23.383,20

Em 2007, foram adquiridos materiais para processamento de dados, conforme discriminação a seguir:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
Artigos e Suprim p/ Informática Lt	02.890.706/0001-00	Material	R\$ 1.339,50
Eletrosoft Serviços em Informática Lt	07.537.049/0001-27	Material	R\$ 870,00
Klip's Papelaria e Informática Lt	30.984.918/0001-83	Material	R\$ 1.118,80
TOTAL			R\$ 3.328,30

AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NA COPIADORA MARCA TOSHIBA MODELO ED 3560			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
MBM – Produtos de Escritório e Infor	26.923.102/0001-72	Serviço	R\$ 1.375,00
TOTAL			R\$ 1.375,00

A 1ª SR/DPRF/MJ em 2007 procedeu também à aquisição de materiais elétricos para utilização nas instalações prediais, tais como postos policiais, sedes de delegacia e sede da 1ª SR/DPRF/MJ.

AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
RF Componentes Eletrônicos Ltda	02.699.800/0001-78	Material	R\$ 2.400,00
Alta Luz Lâmpadas Especiais Ltda	05.122.681/0001-84	Material	R\$ 427,00

Multy Máster Com e Serviços Ltda	01.720.789/0001-18	Material	R\$ 1.160,00 (*)
TOTAL			R\$ 3.987,00

(*) – Empenho cancelado a pedido da empresa.

Em 2007 foram adquiridas bandeiras do Brasil, do Estado de Goiás e da PRF/GO para utilização nas sedes da repartição em Goiânia e em 07 (sete) cidades do interior onde a instituição mantém suas Delegacias Regionais.

O montante despendido em 2007 ficou assim discriminado:

AQUISIÇÃO DE BANDEIRAS DO BRASIL, DO ESTADO DE GOIÁS E DA PRF/GO			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
Martins Ind e Com de Bandeiras	08.349.883/0001-51	Material	R\$ 2.625,60
TOTAL			R\$ 2.625,60

A 1ª SR/DPRF/MJ também adquiriu em 2007 vários tipos de materiais de consumo para uso diário, tais como copos descartáveis e garrafas térmicas, conforme detalhamento a seguir:

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO			
Empresa	Favorecido	DESCRIÇÃO	VALOR
Impakto Prod de Higiene e Limpeza	60.567.633/0001-08	Material	R\$ 660,00
Reyplan Com e Representações Lt	07.292.985/0001-15	Material	R\$ 4.150,00
LVS Comercial Ltda	03.787.681/0001-78	Material	R\$ 328,00
TOTAL			R\$ 5.138,00

4.1.3.3.1.2 Resultados

Não há como analisar os resultados da ação em questão, apenas podemos afirmar que as metas pactuadas foram atendidas em quase sua totalidade. Apenas entendemos que dentro das demandas por apoio administrativo, todas elas foram atendidas, embora com constantes restrições orçamentárias. Dentro dos recursos disponibilizados, o nível de execução das despesas encontra-se num patamar adequado, sem, contudo, comprometer a atividade finalística do órgão.

4.1.3.3.2. Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes

4.1.3.3.2.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jairo Braga

A Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

A ação visa a concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. Dentro da execução de despesas do órgão, não houve nenhuma gestão de recursos com esta Ação.

4.1.3.3.3. Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

4.1.3.3.3.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jairo Braga

A Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados visa oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme Art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.

A Ação visa ainda a concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93. Dentro da execução de despesas do órgão, não houve nenhuma gestão de recursos com esta Ação.

4.1.3.3.4. Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

4.1.3.3.4.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jairo Braga

A Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados visa efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

A Ação visa ainda o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

Dentro da execução de despesas do órgão, não houve nenhuma gestão de recursos com esta Ação.

4.1.3.3.5. Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

4.1.3.3.5.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
------	-----------

Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jairo Braga

A Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados visa conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou *ticket-alimentação* ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

Dentro da execução de despesas do órgão, não houve nenhuma gestão de recursos com esta Ação.

4.1.3.3.6. Ação 09HB – Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

4.1.3.3.6.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF

Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

A Ação 09HB - Contribuição da União de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais visa Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do Art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

A Ação visa ainda conceder o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do Artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Dentro da execução de despesas do órgão, não houve nenhuma gestão de recursos com esta Ação.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO

INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PROGRAMA, PROJETO/ATIVIDADE OU AÇÃO ADMINISTRATIVA

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

OBJETIVOS DOS PROGRAMAS

O objetivo do **Programa 0663** é aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito e os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O objetivo do **Programa 1386** é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública e os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais.

O objetivo do **Programa 0750** é o Apoio Administrativo, este programa é comum a todos os órgãos da Administração Pública Federal.

5.2. NOME, DESCRIÇÃO E TIPO DO INDICADOR

NOME, DESCRIÇÃO E TIPO DO INDICADOR OU PARÂMETRO UTILIZADO PARA AVALIAR O DESEMPENHO DA GESTÃO SOB EXAME DAS CONTAS

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Im = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: SPF

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Ia = (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual} / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior} - 1)) \times 100$, responsável pelo cálculo: SPF

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI - Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo: SAF

5.3. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS**ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS****PROGRAMA 0663****METAS FÍSICAS: REDUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES E MORTES EM RELAÇÃO A 2006****TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS**

Ano	Número de Mortos	Número Total de Vítimas
2006	199	1780
2007	256	3108
Fórmula de Cálculo: $\text{Índice de Mortalidade}(2006) = (199/1780) \times 100 = 11,18\%$		
Fórmula de Cálculo: $\text{Índice de Mortalidade}(2007) = (256/3108) \times 100 = 8,23\%$		

Note-se que registrou uma redução do índice de mortalidade de 2007 em relação ao apurado em 2006, ou seja, de 11,18% caiu-se para 8,23%.

Essa redução se deu em razão do maior investimento em atividades de resgate de emergência através de um convênio firmado com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, cedendo viaturas do tipo UTI Móvel – Resgate para utilização nas rodovias federais, intensificação das atividades de saúde nas rodovias federais com a relação de 04 (quatro) Comandos Médicos Preventivos e, principalmente, no combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes.

As operações policiais desencadeadas pelo Núcleo de Operações Especiais e os núcleos operacionais das 07 (sete) Delegacias Regionais foram dirigidas ao combate de determinados tipos de crimes considerados prioritários pelo órgão.

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Ano	Número de Acidentes Registrados
-----	---------------------------------

2006	3224
2007	4177
Fórmula de Cálculo: <i>Índice de Variação de Acidentes</i> = (Nº Acidentes Ano Atual)/(Nº Acidentes Ano Anterior) - 1 x 100	
=	
<i>Ia</i> = (4177/3224) - 1 x 100 = (+) 29,56%	

O percentual de aumento de acidentes registrados considera números absolutos, ou seja, não leva em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte.

Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalte-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceu em torno da rodovia e esta se tornou uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudos preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.”

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão, usuário das rodovias, bem como à população lindeira, uma maior segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos, etc). A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e procura exercer uma vigilância contínua.

O ano de 2007 apresentou um índice de acidentes em 29,56% maior que o ano de 2006. Todavia, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- *Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais em razão ainda dos problemas no setor aéreo brasileiro;*
- *Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por conseqüência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista e excesso de velocidade);*
- *Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens por veículo;*
- *Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;*
- *Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito; e*

➤ *Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.*

PROGRAMA 1386

METAS FÍSICAS: COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adequados Fisicamente: **31,67 %**

% de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação: **97,78%**

% de postos adequados quanto a Viaturas: **30,00 %**

$$Icaif = (31,67 \% + 97,78 \% + 30,00\%)/3 = 53,15\%$$

O indicador informa que **53,15%** dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Como se trata de um programa novo, não foi pactuada meta física de adequação dos postos em 2007. Durante o exercício de 2007, os seguintes dispêndios foram executados ou ainda estão em fase de execução, incluindo aí os dispêndios com aquisição de projetos de engenharia e serviços diversos, dentro da Ação: 1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA (MEMORIAIS DESCRITIVOS, PLANILHAS DISCRIMINATIVAS DE CUSTOS, CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FÍSICO/FINANCEIRO)			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Construtora Costa Gomes Ltda	05.393438/0001-09	Serviço	R\$ 4.200,00
Marcelo Freitas Valle – ME	04.810.583/0001-77	Serviço	R\$ 7.865,00
Marcelo Freitas Valle – ME	04.810.583/0001-77	Serviço	R\$ 7.995,00
Cobretudo Serviços Ltda	02.946.730/0001-05	Serviço	R\$ 7.960,00
Portal Construtora Ltda	06.957.075/0001-41	Serviço	R\$ 7.882,99
TOTAL			R\$ 35.902,99

OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES OPERACIONAIS			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Engemar Constru e Serviços Lt	01.788.596/0001-07	Obra	R\$ 96.672,63(*)
Construtora Nondas Machado	24.843.807/0001-54	Obra	R\$ 64.709,61(**)
Construtora Nondas Machado	24.843.807/0001-54	Obra	R\$ 30.366,68(***)
Cobretudo Serviços Ltda	02.946.730/0001-05	Serviço	R\$ 174.259,61(****)
TOTAL			R\$ 366.008,53

Observações Importantes:

(*) – A obra corresponde à reforma e adequação da 7ª Delegacia PRF de Porangatu/GO, cujo empenho ocorreu em 2006 e foi inscrito em Restos a Pagar para o exercício seguinte. Obra executada em 100% e entregue definitivamente;

(**) – Do valor inicialmente contratado de R\$ 64.709,61, apenas 68,48% foi executado, ou seja, R\$ 44.316,24;

(***) – Apenas 85,92% do valor R\$ 30.366,68 foi executado, ou seja, R\$ 26.091,38;

(****) – Valor empenhado no final do exercício de 2007, sendo inscrito em Restos a Pagar. Até o momento nada foi liquidado e pago, mas os serviços contratados encontram-se em plena execução.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO, INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE DIVISÓRIAS JUNTO

AO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DA 1ª SR/DPRF/MJ			
Empresa	CNPJ(MF)	DESCRIÇÃO	VALOR
Ambiental Divisórias e Revestimentos Ltda	24.877.052/0001-09	Serviço	R\$ 6.900,00
TOTAL			R\$ 6.900,00

AÇÃO: 1821 – REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL			
Discriminação	Meta Financeira	Resultado	Executado (%)
Recurso Financeiro	R\$ 408.811,52	R\$ 384.142,85	93,96

POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE					POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI				POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
ESPAÇO FISICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTR	SOMA PONTOS / 4	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3	QUANTIDADE E SUFICIENTE ?	IDADE ADEQUADA ?	SOMA PONTOS / 2	QUANTIDADE E MÉDIA DE POLICIAIS NA ESCALA EM 2007	QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO	O POSTO RECEBEU ALGUMA MANUTENÇÃO / REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM / NÃO	
1º DEL – GOIÂNIA															
POSTO 1/1 – Goiânia	1	1	0	1	0,75	1	1	1	1,00	0	0	0	4,5	2	SIM
POSTO 1/2 - Guapó	1	1	1	0	0,75	1	1	1	1,00	0	0	0	4,5	2	SIM
POSTO 1/3 – Hidrolândia	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	0	0	0	4,5	2	SIM
2º DEL. – ANÁPOLIS															
POSTO 2/1 – Anápolis	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5	4	2	SIM
POSTO 2/2 – Jaraguá	1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5	3	1	SIM
3º DEL. – MORRINHOS															
POSTO 3/1 – Morrinhos	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	0	0	0	3	2	NÃO
POSTO 3/2 – Itumbiara	1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	0	0	0	3	2	SIM
4º DEL. - RIO VERDE															
POSTO 4/1 – Rio Verde	0	1	0	0	0,25	1	1	1	1,00	1	0	0,5	3	2	SIM
POSTO 4/2 – Jussara	0	0	0	0	0,00	1	0	1	0,67	0	0	0	2	1	NÃO
5º DEL. – JATAÍ															
POSTO 5/1 – Jataí	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5	3	2	SIM
POSTO 5/2 – São Simão	0	1	0	0	0,25	1	1	1	1,00	0	1	0,5	2	1	SIM

P 5/3 – Sta Rita Araguaia	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	0	1	0,5	2	1	NÃO
6º DEL. – CATALÃO															
POSTO 6/1 – Catalão	0	1	0	0	0,25	1	1	1	1,00	1	0	0,5	4	3	SIM
7º DEL. – PORANGATU															
POSTO 7/1 – Porangatu	0	1	0	0	0,25	1	1	1	1,00	1	0	0,5	2	2	SIM
POSTO 7/2 – Uruaçu	0	1	0	0	0,25	1	1	1	1,00	1	0	0,5	4	2	SIM
15 POSTOS											0				
TOTAL DO SUB-INDICADOR	26,67%	60,00%	20,00%	20,00%	31,67%	100,00%	93,33%	100,00%	97,78%	46,67%	13,33%	30,00%			
COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	53,15%														

Fonte: Seção Administrativa e Financeira – 1ª SR/DPRF/MJ

PROGRAMA 0750**METAS FÍSICAS: ESTE É UM PROGRAMA COMUM A TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.**

Para este tipo de programa (Apoio Administrativo) não existem indicadores e metas físicas.

DESCRIÇÃO DAS DISFUNÇÕES ESTRUTURAIS DETECTADAS E AS PRINCIPAIS MEDIDAS IMPLEMENTADAS PARA TRATAR AS CAUSAS DE INSUCESSO E SEUS RESPONSÁVEIS**PROGRAMA 0663****DISFUNÇÃO ESTRUTURAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS TRAÇADOS.**

Considerando que o número de acidentes registrados, de mortos e feridos graves/leves aumentou consideravelmente em relação aos números apurados em 2006, entendemos que os objetivos e metas do programa em questão não foram atingidos satisfatoriamente, uma vez que as principais metas do órgão, que são a diminuição do número de acidentes registrados, de feridos graves/leves e de mortos, não foram atingidos, ou seja, aumentaram em relação ao ano de 2006 como se pode perceber a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	Variação (%)
<i>ACIDENTES REGISTRADOS</i>	3224	4177	(+) 29,56
<i>MORTOS</i>	199	256	(+) 28,64
<i>FERIDOS GRAVES/LEVES</i>	1780	3108	(+) 74,61
<i>ACIDENTES SEM VÍTIMAS</i>	1757	2219	(+) 26,29
<i>ACIDENTES COM VÍTIMAS</i>	1321	1745	(+) 32,09
<i>ACIDENTES COM MORTOS</i>	146	213	(+) 45,89
<i>VEÍCULOS ENVOLVIDOS</i>	4994	6473	(+) 29,61
<i>OCUPANTES ENVOLVIDOS</i>	6528	11906	(+) 82,38
<i>VÍTIMAS SOCORRIDAS PELA PRF/GOIÁS</i>	212	340	(+) 60,37

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária - 1ª SR/DPRF/MJ

MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO.

Considerando que os objetivos e metas traçados para o programa em questão não foram alcançados, entendemos que o órgão deve intensificar os procedimentos operacionais atualmente em utilização para continuar com a meta de diminuir o número de acidentes, mortos e feridos nas rodovias federais.

RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS.

Considerando que os objetivos e metas traçados não foram atingidos, os procedimentos da área operacional deverão continuar a serem aplicados de forma a melhorar a eficiência e eficácia das ações desenvolvidas. A Seção de Policiamento e Fiscalização é a seção responsável pela implementação das medidas para o exercício de 2008.

PROGRAMA 1386**DISFUNÇÃO ESTRUTURAL QUE PREJUDICOU OU INVIABILIZOU O ALCANCE DOS OBJETIVOS E METAS TRAÇADOS.**

Considerando que as demandas para 2007 foram atingidas parcialmente, entendemos que os objetivos e metas traçados restaram um pouco prejudicados apenas em função das restrições orçamentárias e financeiras impostas ao nosso órgão central, DPRF/MJ.

MEDIDAS IMPLEMENTADAS E/OU A IMPLEMENTAR PARA TRATAR AS CAUSAS DO INSUCESSO.

Procurar manter atualizado o osso órgão central das necessidades de investimentos no programa em questão para o exercício de 2008, cobrando pela descentralização de recursos orçamentários.

RESPONSÁVEIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS.

Considerando que os objetivos e metas traçados foram atingidos parcialmente, os procedimentos da área administrativa e financeira deverão ser intensificados e aprimorados visando uma melhor forma de gerir os recursos escassos em função das demandas ilimitadas. A Seção Administrativa e Financeira é a seção responsável pela implementação das medidas para o exercício de 2008.

PROGRAMA 0750

Não há como analisar os resultados do programa em questão, pois não existe uma meta física a ser pactuada. Apenas entendemos que dentro das demandas por apoio administrativo, todas elas foram atendidas, embora com constantes restrições orçamentárias. Dentro dos recursos disponibilizados, o nível de execução das despesas encontra-se num patamar adequado, sem, contudo, comprometer a atividade finalística do órgão.

6. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não foram registradas ocorrências desta natureza no exercício de 2007.

7. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II e X DA DN/TCU/85/2007)

7.1. ARRECADAÇÃO

7.1.1. MULTAS – 1ª SR/DPRF/MJ

Impulsionada pela implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF), administrado pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN/Ministério das Cidades), a arrecadação líquida de multas de trânsito aplicadas pela 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal em Goiás cresceu 154,6% no exercício de 2007, resultando em R\$ 5.387.679,58 (Cinco milhões, trezentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e nove reais, cinquenta e oito centavos). Esse resultado só foi possível porque o RENAINF permitiu a cobrança das multas pendentes da Polícia Rodoviária Federal, que não possuía meio coercitivo para realizar tal cobrança.

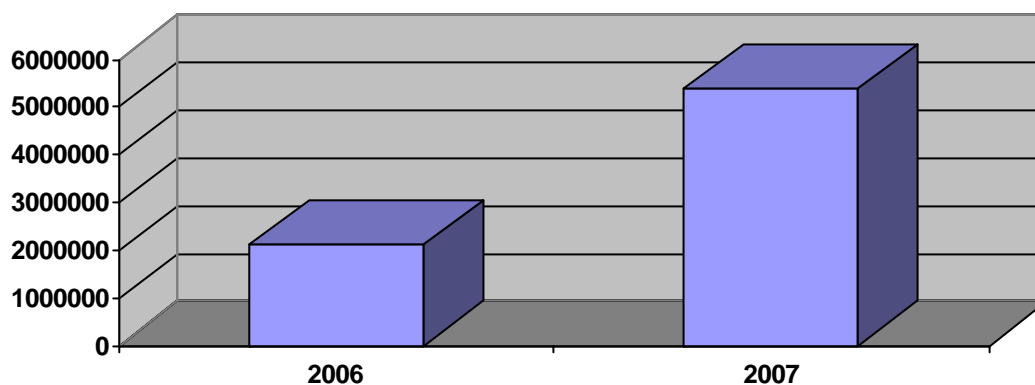
ARRECADAÇÃO DE MULTAS – 2006/2007

PERÍODO	2006	2007	Variação (%)
JANEIRO	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 301.429,67</i>	-
FEVEREIRO	<i>R\$ 0,00</i>	<i>R\$ 296.898,85</i>	-
MARÇO	<i>R\$ 19.711,69</i>	<i>R\$ 485.513,81</i>	(+) 2.363
ABRIL	<i>R\$ 86.066,89</i>	<i>R\$ 440.942,53</i>	(+) 412,3
MAIO	<i>R\$ 131.267,53</i>	<i>R\$ 480.072,16</i>	(+) 265,7

JUNHO	R\$ 157.088,12	R\$ 500.386,56	(+) 218,5
JULHO	R\$ 178.905,91	R\$ 509.747,50	(+) 184,9
AGOSTO	R\$ 288.076,76	R\$ 569.750,99	(+) 97,7
SETEMBRO	R\$ 281.795,52	R\$ 496.211,79	(+) 76,08
OUTUBRO	R\$ 319.467,40	R\$ 513.116,78	(+) 60,6
NOVEMBRO	R\$ 336.640,56	R\$ 469.167,06	(+) 39,3
DEZEMBRO	R\$ 316.356,72	R\$ 324.442,88	(+) 25,5
TOTAL ARRECADADO (em R\$)	R\$ 2.115.377,10	R\$ 5.387.679,58	(+) 154,6

Fonte: Núcleo de Multas e Penalidades – 1ª SR/DPRF/MJ

EVOLUÇÃO DA ARRECADÇÃO DE MULTAS – 2006/2007



7.1.2. LEILÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS

Os leilões de veículos oficiais ocorridos em 2008 proporcionaram uma arrecadação de R\$ 4.938.410,00 (quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e dez reais) ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ.

Em 2008, a unidade orçamentária vai apurar em balanço patrimonial, o superávit financeiro decorrente da realização desses leilões, a fim de solicitar crédito suplementar para a renovação da frota, tendo em vista que na gestão orçamentária não é recomendável que receitas de capital sejam utilizadas para cobrir despesas correntes.

As viaturas consideradas antieconômicas estão sendo objeto de Leilão público, cuja contrapartida dos recursos angariados é a aquisição de novas viaturas policiais. No exercício de 2007, houve um Leilão público de viaturas policiais, na data de 26/09/2007, na cidade de Palmas/TO, onde, juntamente com viaturas do Distrito Federal e Tocantins, foram leiloadas 22 (vinte e duas) viaturas oficiais de Goiás, redundando numa arrecadação de R\$ 219.200,00 (Duzentos e dezenove mil e duzentos reais).

DISCRIMINAÇÃO	META FÍSICA	RESULTADO	ARRECADÇÃO UNITÁRIA MÉDIA
Leilão de Viaturas Oficiais	22	R\$ 219.200,00	R\$ 9.963,63

7.2. PAGAMENTO DE DIÁRIAS

Em decorrência da missão institucional e regimental da 1ª SR/ DPRF/MJ, bem como em razão da permeabilidade da Instituição em todo o território nacional, faz-se necessária a realização de afastamentos temporários de servidores da sua sede de lotação, de sorte que no exercício de 2007 foram despendidos R\$ 1.621.051,01 (Um

milhão, seiscentos e vinte e mil e cinquenta e um reais e um centavo) com pagamento de diárias, conforme detalhamento abaixo:

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA DISCIPLINAR

2006	2007
R\$ 31.809,12	R\$ 26.363,18

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA OPERACIONAL

2006	2007 (*)
R\$ 230.586,50	R\$ 529.421,55

(*) - O acréscimo de 129,60% no montante gasto com diárias da área operacional deve-se em função dos Jogos Pan Americanos e o Para - Pan, eventos esportivos de grande vulto realizados na cidade do Rio de Janeiro.

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA ADM E FINANCEIRA

2006	2007
R\$ 78.104,55	R\$ 83.768,97

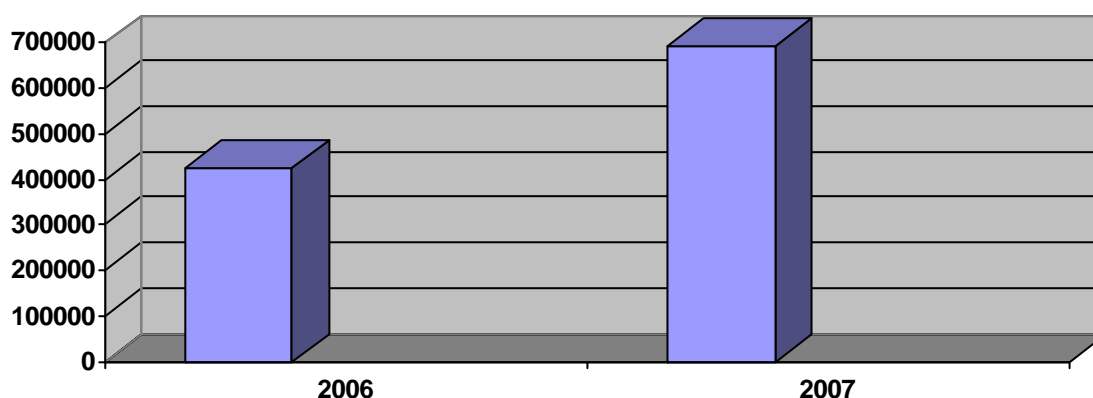
QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

2006	2007
R\$ 83.386,56	R\$ 42.359,24

QUADRO DE EXECUÇÃO DE DESPESAS COM DIÁRIAS NA ÁREA DA NTELIGÊNCIA

2006	2007
R\$ 3.589,11	R\$ 11.852,12

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM DIÁRIAS – 2006/2007
(Áreas Administrativa, Operacional, de Capacitação e Disciplinar)



7.3. SUPRIMENTO DE BENS

Quanto às aquisições realizadas e contratações de empresas para prestação de serviços, a Administração da Sede da 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal em Goiás priorizou a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória ideal, visando ampliar a concorrência e conseqüentemente aumentar os percentuais de economia, vejamos.

PREGÕES ELETRÔNICOS - 2007

MODALIDADE	VLR DE REFERÊNCIA	VALOR ADJUDICADO	ECONOMIA OBTIDA
Pregão Eletrônico nº 002/2007	R\$ 67.415,36	R\$ 58.986,14	12,50%
Pregão Eletrônico nº 004/2007 (Repetido)	R\$ 95.000,00	R\$ 7.172,50	7,55%
Pregão Eletrônico nº 005/2007	R\$ 7.680,00	R\$ 7.680,00	0% (*)
Pregão Eletrônico nº 007/2007	R\$ 15.675,08	R\$ 12.379,92	21,02%
Pregão Eletrônico nº 008/2007 – SRP	R\$ 31.761,00	R\$ 23.790,00	25,10%
Pregão Eletrônico nº 009/2007	R\$ 35.784,39	R\$ 30.820,00	13,87%
Pregão Eletrônico nº 012/2007 - SRP	R\$ 354.312,65	R\$ 217.640,00	38,57%
Pregão Eletrônico nº 014/2007 (Repetição)	R\$ 16.320,99	R\$ 12.240,74	25,00%
Pregão Eletrônico nº 015/2007	R\$ 95.000,00	R\$ 6.355,50	6,69%
Pregão Eletrônico nº 017/2007	R\$ 175.960,63	R\$ 174.259,61	0,96671%
MONTANTE DESPENDIDOS	R\$ 894.910,10	R\$ 551.324,41	38,39%

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SR/DPRF/MJ

CONTRATOS FIRMADOS - EM 2007

Nº DE ORDEM	FORNECEDOR	Nº CONTRATO	VALOR Em R\$
01	Distribuidora de Chaves Gold Ltda	001/2007	R\$ 5.516,87
02	Distak Agência de Viagens e Turismo Ltda	002/2007	R\$ 95.000,00
03	Em Tempo Clipping Ltda	003/2007	R\$ 7.680,00
04	14 Brasil Telecom Celular S.A.	004/2007	R\$ 58.986,14
05	MBS – Distribuidora Comercial Ltda	006/2007	R\$ 13.379,92
06	Murilo de Carvalho Barra – Leiloeiro Oficial – Junta Comercial do Estado de Goiás	007/2007	Artigo 24 do Decreto nº 21.981/32.
07	Radiobrás S.A. – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.	008/2007	R\$ 40.000,00
08	Life Informática Ltda	009/2007	R\$ 30.820,00
09	Cical S.A. – Ind e Comércio	011/2007	R\$ 4.134,00
10	Cobretudo Serviços Ltda	012/2007	R\$ 174.259,61
11	Cical S.A. – Ind e Comércio	13/2007	R\$ 8.106,74

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais - 1ª SR/DPRF/MJ

DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO – 2007

PROCESSO	BENEFICIÁRIO	VALOR
0866200639/07-98 – Inexigibilidade	Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação S.A.	R\$ 34.944,00
08662000954/07-15 – Dispensa	REC Telecom Equip e Serviços de Telecomunicação.	R\$ 1.910,00
08662001722/07-84 – Dispensa	MBM Produtos de Escritório e Informática	R\$ 1.375,00
08662002030/07-53 – Inexigibilidade	Superintendência Regional do INMETRO – GO	R\$ 729,30
08662003167/07-25 – Dispensa	Fraternidade e Assistência a Menores Aprendizizes	R\$ 7.952,50
08662003255/07-27 – Dispensa	Ambiental - Divisórias e Revestimentos Ltda	R\$ 6.900,00
08662003877/06-74 – Dispensa	Marcelo Freitas Valle – ME	R\$ 7.865,00
08662004958/06-91 – Dispensa	Juristec Livros Jurídicos Técnicos Ltda	R\$ 2.788,00
08662004974/06-84 – Dispensa	TELC Telecom Empreendimentos Ltda	R\$ 6.300,00
08662004975/06-29 – Inexigibilidade	Superintendência Regional do INMETRO – GO	R\$ 9.360,00
08662005215/07-10 - Dispensa	REC Telecom Equipamentos e Serviços de Telecomunicação	R\$ 1.190,00
08662005247/07-15 - Dispensa	Marcelo Freitas Valle – ME	R\$ 7.995,00
08662004532/06 – Dispensa	Distribuidora de Chaves Gold	R\$ 5.516,87
08662000839/07-41 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 3.102,00
08662000839/07-41 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 1.749,00
08662004648/06 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 1.562,77
08662004648/06 – Dispensa	Cical S.A.	R\$ 1.241,76
08662000075/07-93 – Dispensa	Polícia Militar do Estado de Goiás	R\$ 8.208,00
08662001715/07-82 – Dispensa	Bellcomsys Comércio e Prestação de Serviços	R\$ 1.167,29
08662001715/07-82 – Dispensa	Bortolai Livros Ltda	R\$ 115,46
08662001715/07-82 – Dispensa	MA Pontes Editora e Dist Ltda	R\$ 1.435,90
08662001130/07-62 - Dispensa	Cical S.A.	R\$ 4.134,00
08662001130/07-62 - Dispensa	Cical S.A.	R\$ 8.106,74
08662004810/06-57 – Inexigibilidade	Celg S.A.	R\$ 281.552,76
08662004808/06-88 – Inexigibilidade	Chesp S.A.	R\$ 21.289,80
08662004809/06-22 – Inexigibilidade	Saneago S.A.	R\$ 38.925,84
08662004812/06-46 – Inexigibilidade	Detran/GO	R\$ 28.377,38
08662004811/06-00 - Inexigibilidade	Imprensa Nacional	R\$ 12.879,80
08662004975/06-29 – Inexigibilidade	Inmetro/GO	R\$ 9.360,00
08662004667/07-84 – Inexigibilidade	Radiobrás S.A.	R\$ 40.000,00

08662005051/07-21 – Inexigibilidade	Ribco do Brasil Imp e Exportação	R\$ 6.678,00
08662005051/07-21 – Inexigibilidade	Elec – Ind e Com Equip de Medição	R\$ 2.261,00
08662005317/07-35 – Inexigibilidade	Inmetro/GO	R\$ 3.900,00

Fonte: Núcleo de Serviços Gerais-1ª SR/DPRF/MJ

7.4. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

No que se refere ao desempenho administrativo na gestão dos contratos, a 1ª SR/DPRF/MJ tem implementado, efetivamente a partir de 2004, ações com vistas à melhorar a atuação dos gestores dos contratos públicos celebrados.

No exercício de 2007, com a prática de uma gestão qualificada, conseguiu-se conscientizar os gestores da importância da atuação diligente quanto às minúcias contratuais, diminuindo as incidências ou evitando o acúmulo de transtornos.

Por via de consequência, o reflexo tem sido positivo em vários aspectos, quais sejam: planejamento, com estimativa real de despesas; obtenção de melhores serviços e materiais; otimização no tempo para deflagração de nova licitação; diminuição de riscos de perdas e prazos para liquidação de despesas; garantia de que os pagamentos sejam realizados corretamente (quantitativo e qualitativo); redução dos riscos trabalhistas e previdenciários relacionados aos contratos de terceirização; maior agilidade e confiabilidade nos procedimentos licitatórios; maior economia para Administração; eliminação da ocorrência de multas; segurança na aplicação de penalidades às contratadas; e por fim, maior transparência nos atos administrativos.

Assim, os procedimentos de gestão dos contratos no exercício de 2007, passaram a fazer parte do cotidiano da seara administrativa. Os gestores são previamente orientados a recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital e seus anexos, na proposta e/ou no contrato.

Ademais, acompanham e controlam o prazo de vigência do contrato, notificando, se necessário, a contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

Nos casos de prorrogação, alteração ou deflagração de nova contratação, os procedimentos respeitam a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para a preparação da nova licitação. Os gestores também elaboram Relatórios da gestão para cada contrato, fazendo as medições (SIASG/Cronograma) de todas as faturas. Por fim, a Seção Adm e Financeira acompanha, auxilia e fiscaliza a atuação dos gestores dos contratos.

No exercício de 2007 não foram aplicadas sanções às empresas contratadas, seja de qualquer natureza (advertência, multa, etc), uma vez que não ocorreram fatos que merecessem ser penalizados administrativamente, exceção feita em relação à aplicação de uma Advertência à empresa Construtora Nondas Machado, por atraso na conclusão da obra de reforma e adequação do posto PRF de Jaraguá/GO, subordinado à 2ª Delegacia PRF de Anápolis.

7.5. DESFAZIMENTO DE VEÍCULOS OFICIAIS INSERVÍVEIS OU ANTIECONÔMICOS

Merece destaque a política implementada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ e difundida por todas as Superintendências Regionais, no que tange ao desfazimento de veículos oficiais classificados como inservíveis ou antieconômicos, com vistas à otimização da gestão de renovação da frota.

Cabe ressaltar que os aludidos leilões contaram com forte participação da sociedade, o que demonstra o sucesso do modelo adotado para desfazimento desses bens, razão pela qual encontra-se em fase de implementação dessa forma de desfazimento para outros bens igualmente inservíveis ou antieconômicos (mobiliários, etc).

No exercício de 2007 a forma de realização das hastas públicas foi adequada à redução do rol de veículos a serem leiloados, de forma que foi realizado 01 (um) Leilão Administrativo desfazendo de 22 (vinte e duas) viaturas oficiais da 1ª SR/DPRF/MJ, redundando numa arrecadação de R\$ 219.200,00 (Duzentos e dezenove mil e duzentos reais).

7.6. RESULTADO DAS AÇÕES OPERACIONAIS DESENVOLVIDAS

ITEM	OPERAÇÕES E COMANDOS POLICIAIS	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES POLICIAIS – 2006	QUANTIDADE DE OPERAÇÕES POLICIAIS – 2007	Variação (%)
01	Operações Especiais	17	72	(+) 323,53
02	Operações Eventuais	26	38	(+) 46,15
03	Operações Integradas de Seg. Pública	13	5	(-) 61,54
04	Operação Conjunta com outro órgão	19	28	(+) 47,37
05	Operação Nacional	4	14	(+) 250
06	Operação de Férias e Feriados Nacionais	58	62	(+) 6,89
07	Operação Regional	00	00	00
08	Operação Regional - Festividades e Eventos	16	3	(-) 81,25
09	Operação de Reforço	35	55	(+) 57,14
10	Operação GPE Regional	00	00	00
11	Operação GPE Nacional	00	00	00
12	Operação Emergencial	08	10	(+) 25
13	Operação de Apoio a outro órgão	17	06	(-) 64,70
14	Comandos Gerais	657	422	(-) 35,77
15	Comandos Médicos	04	06	(+) 50
16	Comandos Educativos	13	22	(+) 69,23
17	Comando de Velocidade	138	120	(-) 13,04
18	Comando de Excesso de Peso	47	22	(-) 53,19
19	Comando de Sinalização/Condições do veículo	248	00	(-) 100
TOTAL DE OPERAÇÕES POLICIAIS		1320	885	(-) 32,95

Fonte: Núcleo de Operações Especiais – 1ª SR/DPRF/MJ

CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS – 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE APREENSÕES – 2006	NÚMERO DE APREENSÕES – 2007	Variação (%)
ARMAS APREENDIDAS (em unidades)			
Revólver	35	15	(-) 57,14
Pistola	11	03	(-) 72,73
Rifle	01	00	(-) 100

Espingarda	08	08	0
Carabina	0	01	(+) 100
Submetralhadora	01	00	(-) 100
Armas Brancas	05	06	(+) 20
Outras	0	02	(+) 200
MUNIÇÕES/PROJÉTEIS (em unidades)			
Munições e Projéteis	10692	22783	(+) 113,08
DROGAS			
Cocaína (em gramas)	100985	186,315	(+) 84,50
Maconha (em Kg)	1409,488	104,877	(-) 92,56
Merla (lata)	660	0	0
“Crack” (em unidades)	710	0	0
Lança Perfume (em frascos)	0	12	0
Anfetaminas (em unidades)	9	0	0
Barbitúricos (em unidades)	0	0	0
Outras	10265	4555	(-) 55,62
CONTRABANDO/DESCAMINHO			
Cigarros	27452	22783	(-) 17,00
Fitas/CD's	141280	57302	(-) 59,44
Equipamentos de Informática	3369	1326	(-) 60,64
Equipamentos Eletrônicos	0	5520	(+) 5520
Combustível (em litros)	0	0	0
Bebidas (em litros)	16802	7048	(-) 58,05
Outros	80380	63663	(-) 20,80
EXPLOSIVOS			
Explosivos (em Kg)	428	1,050	(-) 99,75
DOCUMENTOS APREENDIDOS			
Documentos Apreendidos/Recolhidos	469	2082	(+) 343,92
CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE			
Crimes contra o meio ambiente (em ocorrências)	65	109	(+) 67,69
PESSOAS PRESAS/DETIDAS			
Pessoas presas e/ou detidas	459	897	(+) 95,42

ROUBO A CARGA			
Roubo de Cargas (em ocorrências)	58	19	(-) 67,24
CARGAS RECUPERADAS			
Cigarros (ocorrência)	0	01	(+) 100
Combustível (em litros)	200	00	(-) 200
Outros	124	02	(-) 98,39
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS			
Registro de Ocorrências	112	150	(+) 33,93
VEÍCULOS			
Veículos Recuperados	105	111	(+) 5,71
Veículos Apreendidos – Restrição Judicial	05	15	(+) 200
Veículos Apreendidos – Restrição Administrativa	00	00	0
Veículos Retidos - para Regularização	8114	4098	(-) 49,49

Fonte: Núcleo de Operações Especiais – 1ª SR/DPRF/MJ

7.7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A força de trabalho da 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal em Goiás é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NM 910001 Policial Rodoviário Federal, pessoal nomeado em Cargos de Comissão, servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios, bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

Para manutenção da estrutura organizacional da 1ª SR/DPRF/MJ, os trabalhos são realizados pela Seção de Recursos Humanos, em sua grande maioria com forma de execução diária, merecendo destaque para a análise da legalidade dos pleitos que consistem na verificação da legitimidade e legalidade do ato peticionário, dos processos relativos a concessão de benefícios e vantagens, à aposentadoria e pensão e manutenção da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental e em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de valer-se dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia-Geral da União, cumpre sua missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes.

QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - 2007

DISCRIMINAÇÃO DO QUANTITATIVO	2006	2007	Variação (%)
POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS	393	374	(-) 4,83
SERVIDORES ADMINISTRATIVOS	22	20	(-) 9,09
ESTAGIÁRIOS	34	10	(-) 70,51
TERCEIRIZADOS	85	61	(-) 28,23
<i>Recepcionistas</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>-</i>
<i>Telefonistas</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>-</i>
<i>Copeira</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>-</i>

<i>Serventes de Limpeza</i>	26	26	-
<i>Encarregado de Limpeza</i>	1	1	-
<i>Vigilantes Armados</i>	18	18	-
<i>Estagiários</i>	34	10	(-) 70,58

Fonte: Seção de Recursos Humanos/1ª SR/DPRF/MJ

MODALIDADES DE PROVIMENTO EM 2007	
NOMEAÇÃO	00
PROMOÇÃO	00
READAPTAÇÃO	00
REVERSÃO	01
APROVEITAMENTO	00
REINTEGRAÇÃO	00
RECONDUÇÃO	00
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA	00
REMOÇÃO EXTERNA	04
MODALIDADE DESLIGAMENTO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS 1ª SPRF EM 2007	
REMOÇÃO EXTERNA	10
APOSENTADORIA	10
EXONERAÇÃO/DEMISSÃO/VACÂNCIA	03
VACÂNCIA	00
FALECIMENTO	00
QUANTITATIVO DE VAGAS DE FUNÇÃO COMISSIONADA	
DAS 101.3	01
FGR - 001	04
FGR - 002	07
FGR - 003	21
OCUPANTES DE FUNÇÃO COMISSIONADA	

DAS 101.3	01
FGR - 001	04
FGR - 002	07
FGR - 003	21

7.8. **GESTÃO CORREICIONAL – Relatório de Correição (Item 7 do Anexo V da DN TCU nº 85/2007)**

01.

Número do processo:	08.662.002.177/2005-81				
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 159/05			Data: 08/08/2005	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Falta de urbanidade				
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

02.

Número do processo:	08.650.001.863/2000-25				
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 048/06			Data: 10/03/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidade em liberação de veículo retido				
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento
Pena aplicada:					

<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF	..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

03.

<i>Número do processo:</i>	08.662.002.295/2006-71			
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 067/2006		Data: 29/05/2006	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Conflito em manifestação de produtores rurais			
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		x
<i>Pena aplicada:</i>				
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF	..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

04.

<i>Número do processo:</i>	08.662.004.834/2004			
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 159/2006		Data: 17/08/2006	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Irregularidades na prisão e condução de individuo			
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		x
<i>Pena aplicada:</i>				
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF	..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

05.

<i>Número do processo:</i>	08.662.000.022/2007-72			
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço

<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 025/2007		Data: 05/02/2007			
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Falta de urbanidade					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF		..	AGU	
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

06.

<i>Número do processo:</i>	08.662.004.130/2006-33					
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 037/2007			Data: 03/04/2007		
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Extravio de carteira funcional e outros					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF		..	AGU	
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

07.

<i>Número do processo:</i>	08.662.005.426/2006-71					
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 040/2007			Data: 03/04/2007		
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Roubo de carteira funcional					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância

	..	Penalidade Prescrita	x	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

08.

Número do processo:	08.662.000.333/2007-31			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
	..	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº: 041/2007		Data: 03/04/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de carteira funcional			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x
	..	Relatório		
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		x
Pena aplicada:	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)			
Remessa dos autos:	..	MPF	..	Arquivamento
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

09.

Número do processo:	08.662.000.689/2007-75			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
	..	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº: 042/2007		Data: 03/04/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Solicitar propina			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x
	..	Relatório		
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		x
Pena aplicada:	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)			
Remessa dos autos:	..	MPF	..	Arquivamento
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

10.

Número do processo:	08.662.003.439/2005-25			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar

<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 046/2006				Data: 10/03/2006	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Irregularidades na abordagem e retenção de veículo					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			x	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			x	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

11.

<i>Número do processo:</i>	08.662.000.232/2006-80					
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 062/2007				Data: 16/05/2007	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Acidente com viatura					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			x	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			x	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

12.

<i>Número do processo:</i>	08.662.002.390/2005-93					
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 063/2007				Data: 16/05/2007	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Abuso de autoridade					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			x	Processo Julgado

Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			x	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF			..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

13.

Número do processo:	08.662.004.573/2006-24					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 064/2007				Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de veículo retido					
Situação do processo:	x	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF			..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

14.

Número do processo:	08.662.003.065/2005-48					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 065/2007				Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de veículo retido					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			x	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF			..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

15.

Número do processo:	08.662.002.643/2005-29
----------------------------	-------------------------------

Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 066/2007			Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de veículo retido				
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

16.

Número do processo:	08.662.000.047/2007-76				
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 067/2007			Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de veículo retido				
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

17.

Número do processo:	08.662.001.972/2006-33				
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 068/2007			Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de veículo retido				
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório

	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____	x	Processo Julgado		
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

18.

Número do processo:	08.662.005.464/2006-24					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 069/2007			Data: 16/05/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de bens de veículo retido					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

19.

Número do processo:	08.662.003.388/2005-31					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 070/2007			Data: 16/05/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de bens de veículo retido					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

20.

Número do processo:	08.662.004.890/2006-41			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 071/2007		Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Arrombamento e furto de bens da sede da 2ª Delegacia			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____	x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita	x	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

21.

Número do processo:	08.662.000.794/2006-23			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 072/2007		Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Ocorrência em abordagem			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	x	Processo encaminhado para julgamento em 08/06/2007	..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita	..	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

22.

Número do processo:	08.662.003.620/2005-31			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 073/2007		Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abuso de autoridade			

<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 08/06/2007			..	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

23.

<i>Número do processo:</i>	08.662.004.831/2006-72					
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 075/2007			Data: 16/05/2007		
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Falta de urbanidade					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____			x	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			x	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

24.

<i>Número do processo:</i>	08.662.004.613/2006-38					
<i>Tipo de processo:</i>	x	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 076/2007			Data: 16/05/2007		
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Falta de urbanidade					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 16/07/2007			..	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

25.

Número do processo:	08.662.000.082/2007-95			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 077/2007		Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abuso de autoridade			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	x	Processo encaminhado para julgamento em 11/10/2007		..
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		..
Pena aplicada:			..	Arquivamento
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

26.

Número do processo:	08.662.000.493/2007-81			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 078/2007		Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Falta de urbanidade			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	x	Processo encaminhado para julgamento em 11/10/2007		..
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		..
Pena aplicada:			..	Arquivamento
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

27.

Número do processo:	08.662.003.819/2006-41			
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 123/2007		Data: 14/08/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
			..	Relatório

	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____	x	Processo Julgado		
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

28.

Número do processo:	08.662.002.205/2007-22					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 124/2007			Data: 14/08/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Ineficiência de procedimentos					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

29.

Número do processo:	08.662.004.805/2005-63					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 156/2007			Data: 28/09/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Furto de bens de veículo retido					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

30.

Número do processo:	08.650.004.316/2006-21					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória		
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº: 157/2007		Data: 28/09/2007			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades em atendimento de acidente					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 29/10/2007		..	Processo Julgado	
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

31.

Número do processo:	08.662.004.478/2006-21					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória		
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº: 158/2007		Data: 28/09/2007			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades no atendimento de ocorrência de assalto					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 29/10/2007		..	Processo Julgado	
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

32.

Número do processo:	08.662.004.648/2006-77					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória		
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº: 187/2007		Data: 26/11/2007			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório

	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____	x	Processo Julgado		
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

33.

Número do processo:	08.662.000.839/2007-41					
Tipo de processo:	x	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 188/2007			Data: 26/11/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

34.

Número do processo:	08.662.007.458/2004-40					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		x	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 147/2006			Data: 04/08/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

35.

Número do processo:	08.662.004.772/2005-51			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	x	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 160/2006		Data: 17/08/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	x	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	x	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão			
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

36.

Número do processo:	08.662.003.576/2002			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	x	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 197/2006		Data: 18/10/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Acidente com viatura			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		Arquivamento
Pena aplicada:	Suspensão			
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

37.

Número do processo:	08.662.004.139/2006-44			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	x	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 038/2007		Data: 03/04/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Falta ao serviço			

<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			x	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	x	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>	Suspensão					
<i>Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	MPF			..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

38.

<i>Número do processo:</i>	08.662.004.140/2006-79					
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa			x	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 039/2007				Data: 03/04/2007	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Falta ao serviço					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			x	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	x	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>	Suspensão					
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

39.

<i>Número do processo:</i>	08.662.005.535/2006-99					
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa			x	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			..	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 043/2007				Data: 03/04/2007	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Falta ao serviço					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			x	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	x	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>	Suspensão					
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

40.

Número do processo:	08.662.005.442/2006-64				
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	x	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 074/2007			Data: 16/05/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abuso de autoridade				
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF		..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

41.

Número do processo:	08.662.005.547/2006-13				
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	x	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 107/2007			Data: 22/06/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades em serviço				
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 17/07/2007		..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento
Pena aplicada:					
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

42.

Número do processo:	08.662.003.566/2005-24				
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	x	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial	..	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 114/2007			Data: 23/07/2007	
Fato sob apuração	Descumprir o Cartão Programa				

<i>(descrição sucinta):</i>						
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	x	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>	Suspensão					
<i>Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	MPF			..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

43.

<i>Número do processo:</i>	08.662.006.649/2004					
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa		x	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 122/2007			Data: 14/08/2007		
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Acidente com viatura					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 11/09/2007		..	Processo Julgado	
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

44.

<i>Número do processo:</i>	08.662.004.397/2006-21					
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa		x	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		..	Processo Administrativo Disciplinar	
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 155/2007			Data: 28/09/2007		
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Irregularidades em atendimento de acidente					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 06/12/2007		..	Processo Julgado	
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	MPF			..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

45.

Número do processo:	08.662.001.626/94-13					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 087/2007			Data: 27/04/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apresentação de Certidão de Tempo de Serviço Fraudulenta					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	..	Absolvição	x	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento	
Pena aplicada:	Cassação de Aposentadoria					
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	x	MPF		..	AGU	
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

46.

Número do processo:	08.662.002.244/2003-09					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 112/2005			Data: 30/05/2005		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Liberação Irregular de Veículo					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	..	Absolvição	x	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento	
Pena aplicada:	Suspensão					
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

47.

Número do processo:	08.662.001.307/2005-69					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 240/2005			Data: 31/06/2005		

Fato sob apuração (descrição sucinta):	Atendimento de Acidente					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
Pena aplicada:	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

48.

Número do processo:	08.662.006.781/2004					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 071/2006			Data: 09/06/06		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Formação de Quadrilha e Recebimento de Propina					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	..	Absolvição	x	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
Pena aplicada:	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento	
Remessa dos autos:	x	MPF		..	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

49.

Número do processo:	08.650.000.099/2003-58					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 148/2006			Data: 04/08/2006		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apropriação Indébita					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
Pena aplicada:	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU	

<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):
---	----	--

50.

<i>Número do processo:</i>	08.662.004.694/2004-12				
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 149/2006			Data: 04/08/2006	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Furto de veículo retido				
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	x	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>					
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF		..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

51.

<i>Número do processo:</i>	08.662.005.161/2005-21				
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 173/2006			Data: 29/08/2006	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Corrupção				
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	.. Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 06/09/2007		..	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	..	Apenação	.. Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>					
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF		..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):			

52.

<i>Número do processo:</i>	08.662.005.162/2005-75				
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	.. Outros (especificar)

Numero e data do Ato:	Nº: 174/2006		Data: 29/08/2006			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Solicitação de proprina					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF		..	AGU	
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

53.

Número do processo:	08.662.006.097/2004					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 198/2006		Data: 17/10/2006			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abuso de autoridade					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		x	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF		..	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

54.

Número do processo:	08.662.006.834/2004					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 199/2006		Data: 17/10/2006			
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abuso de autoridade					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____		x	Processo Julgado	
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância

	..	Penalidade Prescrita	x	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

55.

Número do processo:	08.662.004.531/2006-93			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	x	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 203/2006		Data: 25/10/2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Falta de urbanidade			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	x	Processo Julgado
Julgamento:	x	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		x
Pena aplicada:	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)			
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

56.

Número do processo:	08.662.004.663/2006-15			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	x	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
Numero e data do Ato:	Nº: 054/2007		Data: 27/04/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Abuso de Autoridade			
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	x	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	x	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		..
Pena aplicada:	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)			
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

57.

Número do processo:	08.662.003.942/2005-81			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	x	Processo Administrativo Disciplinar

<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 117/2007				Data: 14/08/2007	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Não prestar auxílio a equipe em atendimento de acidente					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 05/10/2007			..	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	MPF			..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

58.

<i>Número do processo:</i>	08.662.000.861/2004					
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			x	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 118/2007				Data: 14/08/2007	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Uso do Cargo em Benefício Próprio					
<i>Situação do processo:</i>	x	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			..	Processo Julgado
<i>Julgamento:</i>	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
<i>Pena aplicada:</i>						
<i>Remessa dos autos:</i>	..	MPF			..	AGU
<i>Recomendação de Instauração de TCE</i>	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

59.

<i>Número do processo:</i>	08.662.000.548/2005-91					
<i>Tipo de processo:</i>	..	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			x	Processo Administrativo Disciplinar
<i>Ato instaurador:</i>	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
<i>Numero e data do Ato:</i>	Nº: 119/2007				Data: 14/08/2007	
<i>Fato sob apuração (descrição sucinta):</i>	Furto de veículo retido					
<i>Situação do processo:</i>	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	x	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			..	Processo Julgado

Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF			..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

60.

Número do processo:	08.662.002.188/2007-23					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			x	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 120/2007				Data: 14/08/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades na liberação de veículo retido					
Situação do processo:	x	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____			..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF			..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

61.

Número do processo:	08.662.004.486/2005-96					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa			..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial			x	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 121/2007				Data: 14/08/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Liberação Irregular de Veículo Retido					
Situação do processo:	..	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	x	Processo encaminhado para julgamento em 27/12/2007			..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita			..	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	..	MPF			..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

62.

Número do processo:	08.662.005.232/2007-57					
----------------------------	-------------------------------	--	--	--	--	--

Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	x	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 175/2007			Data: 05/11/2007
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Irregularidades na retenção e liberação de veículo retido			
Situação do processo:	x	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação
Pena aplicada:	..	Penalidade Prescrita		Arquivamento
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

63.

Número do processo:	08.662.001.405/2006-87			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	x	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 176/2007			Data: 05/11/2007
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Solicitação de propina			
Situação do processo:	x	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	..	Processo encaminhado para julgamento em _____/_____/_____	..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação
Pena aplicada:	..	Penalidade Prescrita		Arquivamento
Remessa dos autos:	..	MPF	..	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

64.

Número do processo:	08.662.001.413/2006-33			
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa	..	Sindicância Acusatória
	..	Sindicância Patrimonial	x	Processo Administrativo Disciplinar
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço
	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 177/2007			Data: 05/11/2007
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Solicitação de propina			
Situação do processo:	x	Instrução	..	Indiciamento/Defesa
	Relatório

	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____	..	Processo Julgado
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação
	..	Penalidade Prescrita		..
Pena aplicada:				
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

65.

Número do processo:	08.662.000.088/2006-81					
Tipo de processo:	..	Sindicância Investigativa		..	Sindicância Acusatória	
	..	Sindicância Patrimonial		x	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	x	Portaria	..	Ordem de Serviço	..	Outros (especificar)
Numero e data do Ato:	Nº: 194/2007			Data: 07/12/2007		
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Atraso em entrega de Boletim de Acidente de Trânsito					
Situação do processo:	x	Instrução	..	Indiciamento/Defesa	..	Relatório
	..	Processo encaminhado para julgamento em ____/____/____		..	Processo Julgado	
Julgamento:	..	Absolvição	..	Apenação	..	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância
	..	Penalidade Prescrita		..	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos: Recomendação de Instauração de TCE	..	MPF	..	AGU		
	..	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

7.9. ASSISTÊNCIA À SAÚDE, RESGATE E SOCORRO NAS RODOVIAS FEDERAIS.

7.9.1. ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

Durante o exercício de 2007, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal ofereceu aos servidores e seus dependentes, o Plano de Saúde Suplementar – Medial Saúde, como plano oficial do Departamento, e a Fundação de Seguridade Social – GEAP, plano de saúde intermediado pelo Ministério da Justiça.

7.9.2. ATIVIDADE DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

No ano de 2007, as atividades de Atendimento Pré-Hospitalar e Resgate, foram executadas em continuidade às atividades de 2006, ou seja, apesar do serviço de atendimento pré-hospitalar estar sendo executado na maioria das Unidades Regionais, precariamente, pela falta de efetivo capacitado, falta de recursos para adquirir os equipamentos necessários para equipar as viaturas de resgate e operacionalização dos serviços de Atendimento Pré – Hospitalar, no Estado de Goiás tais atividades foram realizadas por meio de convênios e parcerias com o Corpo de Bombeiros Militar.

Visando o atendimento rápido de urgência às vítimas de acidente de trânsito nas rodovias federais, a 1ª SR/DPRF/MJ disponibilizou, através de convênio, 04 (quatro) viaturas do tipo UTI – Resgate, da marca FIAT Iveco Dailly, que atuam nos municípios de *Abadia de Goiás* – BR – 060 (região metropolitana de Goiânia – saída pra Rio Verde), *Goiânia* – BR – 060 (região metropolitana – saída pra Anápolis), *Catalão* – BR – 050 e *Porangatu* – BR – 153, proporcionando um atendimento rápido com um menor tempo de resposta em relação às ocorrências havidas.

Dentro ainda da atividade de saúde nas rodovias federais, a 1ª SR/DPRF/MJ efetuou um importante trabalho através dos Comandos Médicos Preventivos. A seguir temos o quadro resumo de todos os comandos médicos

ocorridos no Estado de Goiás, totalizando 04 (quatro) operações sob coordenação da Seção de Policiamento e Fiscalização.

COMANDOS MÉDICOS PREVENTIVOS – 2007

MODALIDADE DE EXAME (*)	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	DATA DO EVENTO	TOTAIS	Variação (%)
	27 de Abril	29 de Junho	05 de Setembro	29 de Novembro		
Efetivo de PRFs	25	26	23	32	106	-
Efetivo externo	45	68	55	25	193	-
Motoristas Examinados	122	145	145	154	566	100
Acima do Peso	67	72	96	117	352	62,19
Circunferência Abdominal	-	-	-	-	-	-
Gordura Corporal	-	-	-	-	-	-
Triglicérides	-	-	-	-	-	-
Hiperglicemia	22	13	11	23	69	12,19
Pressão Arterial	37	20	38	25	120	21,20
Carga Horária Excessiva	76	79	97	118	370	65,37
Medicamentos Impróprios	-	-	-	-	-	-
Etilismo	13	55	66	61	195	34,45
Acuidade Auditiva	-	7	-	20	27	4,77
Tabagismo	15	24	47	31	117	20,67
Acuidade Visual	5	39	23	20	87	15,37
Visão Estéreos	-	-	16	-	16	2,83
Visão cromática	-	-	1	-	1	0,18
Ofuscamento	-	1	-	-	1	0,18
Campimetria	-	-	-	-	-	-
Envolvidos em Acidentes	15	17	22	26	80	14,13
Força Manual D	4	-	3	2	9	1,59
Força Manual E						
Colesterol	15	1	6	4	26	4,59(**)
Grau de Sonolência	16	16	10	10	52	9,19
Pupilometria	-	-	-	-	-	-
Frequência Cardíaca	-	-	-	-	-	-

Fonte: Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – 1ªSR/DPRF/MJ

Observações Importantes:

(*) - Os motoristas examinados podem ser enquadrados em mais de um fator de risco. Algumas modalidades de exame deixaram de ser realizados pela carência de equipamento adequado.

(**) – A variação percentual foi obtida dividindo-se o número total de cada modalidade de exame pelo total de motoristas examinados multiplicando o índice por 100.

Ex.: Número de Motoristas com Colesterol/ Número de Motoristas Examinados = (26/566) x 100 = 4,59%

7.10. PLANO DE PROVIDÊNCIAS - 2006

Não houve encaminhamento de Plano de Providências – 2006 à 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, contendo apontamentos, recomendações e posicionamentos do gestor em relação à recomendação, bem como não houve providências a serem implementadas e prazos para implementação das medidas saneadoras das disfunções.

8. CONCLUSÃO

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos

gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores em geral, aqui compreendidos na 1ª SR/DPRF/MJ, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias.

Compete a 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Goiás realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar como apenas satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas “Segurança Pública nas Rodovias Federais e Desenvolvimento Institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal”.

Considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, a 1ª SR/DPRF/MJ, no exercício 2007, obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores orçamentários disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido bastante aquém da demanda existente, a 1ª SR/DPRF/MJ se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho da 1ª Sup de Polícia Rodoviária Federal a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas no exercício de 2007, podemos considerar que o órgão foi eficaz. As metas estabelecidas para a atividade finalística do Órgão não foram totalmente concretizadas, pois aumentaram o número de acidentes registrados, de feridos graves/leves e de mortos. Todavia, não podemos deixar de esclarecer que embora o ano de 2007 tenha apresentado um índice de acidentes em 29,56% maior que o ano de 2006a, resumimos aqui as principais dificuldades na gestão operacional do órgão:

- *Aumento do número de veículos e pessoas transitando nas rodovias federais em razão ainda dos problemas no setor aéreo brasileiro;*
- *Melhoria no estado geral das rodovias federais, principalmente devido às duplicações, o que ocasiona aumento da velocidade dos veículos e, por conseqüência, um maior número de acidentes (principalmente saídas de pista e excesso de velocidade);*
- *Melhoria do poder aquisitivo de determinada classe da sociedade brasileira, o que acarretou melhores condições ao cidadão para realizar suas viagens por veículo;*
- *Aumento expressivo da frota circulante de veículos em função da melhoria do poder aquisitivo, longos prazos de financiamento e baixas taxas de juros no mercado;*
- *Baixo valor das multas de trânsito que estimulam o desrespeito às Leis de trânsito; e*
- *Baixo efetivo de policiais rodoviários federais.*

Quanto com a atuação direta na área de segurança pública, pois a Polícia Rodoviária Federal foi, de uma forma geral, em 2007, a Instituição de Segurança Pública que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como obteve os maiores índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF/GO num ambiente mais seguro, portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade. É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2007, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública, o que ficou largamente demonstrado nas operações de segurança dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos. Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa Instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas, a entorpecentes, a crimes contra o patrimônio, de modo que foram realizadas

operações complexas, de grande vulto e abrangência, as quais contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança.

O exercício de 2007 foi encerrado com louvor, permeado pelo sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional, trabalhando pela verdade e justiça.

É nosso Relatório de Gestão,

Goiânia/GO, 31 de dezembro de 2007.

CLODOALDO JOSÉ DA SILVA JR
Superintendente Regional

ANEXO A – DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (CONFORME ITEM 12 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN – TCU Nº 85/2007)

Não foram instauradas no órgão Tomadas de Contas Especiais Simplificadas no exercício de 2007.

ANEXO B – DEMONSTRATIVO DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES (CONFORME ITEM 13 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)

Não foram registradas no órgão ocorrências desta natureza no exercício de 2007.

ANEXO C – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CONFORME ITEM I-1.8 DO ANEXO X DA DN – TCU Nº 85/2007)

TABELA CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO: DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA:

2007
R\$ 9.446,44

Suprido: ÁLVARO DE RESENDE FILHO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 073699 – pilhas alcalinas	Aquisição de pilhas alcalinas para uso dos Postos PRF.	116,50
N.F. 187012 – material expediente	Aquisição de materiais de expediente para a Delegacia.	300,00
N.F. 007907 – material de expediente	Materiais para uso no Projeto de Psicologia da 1ª SRPRF/GO.	62,56
N.F. 001515 – materiais elétricos e hidráulicos	Manutenção da Delegacia.	384,22
N.F. 8076 – materiais de informática	Materiais para uso da sede da Superintendência.	164,00
Totais		1.027,28

Suprido: JOSÉ CALIXTO SUARES BISPO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 040576 – mat. informática	Manutenção nos equipam. informat. da SEPOFI.	163,80
N.F. 8131 – recarga toner	Impressoras Optra M410 e E-210/3210 da CADA.	300,00
N.F. 9094 – recarga toner	Impressora E-210/3210 da CADA.	70,00
N.F. 010206 – recarga toner	Impressora Optra M410 do NUPAT.	160,00

N.F. 037241 – mat. informática	Manut. Equipam. inform. do NUINT.	18,00
N.F. 6200 – mat. para impressora	Cilindro para impressora E-210 Lexmark da CADA.	44,00
N.F. 5854 – mat. para impressora	Cilindro para imp. M410 e E-210 Lexmark da CADA	104,00
N.F. 6576 – mat. para impressora	Cilindro p/ impres. M410 do NUPAT.	60,00
N.F. 112066 – material elétrico	Manut. do NUTEL.	38,00
N.F. 552245 – mat. manut. imóvel	Aquis. portas p/ banheiros da sede da Superintendência.	136,80
N.F. 553021 – mat. manut. imóvel	Aquis. rebolo e serra circular maq. port.	34,59
N.F. 552479 – mat. manut. bens móveis	Aquis. puxadores médios	16,60
N.F. 115306 – serv. encadernação	Serviço de encadernação especial para o NUPAT.	32,40
Totais		1.178,19

Suprido: JOSÉ ELZO ANTÔNIO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 004054 – material elétrico	Manutenção do Posto PRF.	212,00
N.F. 004129 – material manut. Imóvel	Materiais p/ manutenção do Posto PRF.	12,10
N.F. 1889 – material manut. Bomba	Manutenção da bomba de pressão.	228,00
N.F. 1890 – material manut. Caixa d'água	Manutenção da caixa d'água do Posto PRF.	394,00
N.F. 004214 – material elétrico	Manutenção da Delegacia	218,00
N.F. 021334 – mat. Manut. Imóvel	Manutenção da Delegacia.	75,70
N.F. 202126 – cera automotiva	Aquisição de cera automotiva	19,17
N.F. 254956 – material manut.	Aquisição de cola e corante para o piso do Posto de Anápolis.	23,09
N.F. 021363 – material reforma banco	Manutenção dos bancos do Posto PRF.	45,35
N.F. 021518 – tinta	Tinta para manutenção dos bancos do Posto PRF.	54,40
N.F. 021518 – mat. manut. Posto	Manutenção Posto PRF.	12,53
N.F. 021543 – cola	Cola para manut. do piso do Posto PRF.	12,00
N.F. 021556 – material manut. Piso	Manutenção do piso do Posto PRF.	25,00
N.F. 021564 – materiais manut. Posto	Manutenção do Posto PRF.	2,67

N.F. 008617 – mat. Manutenção do Posto	Manutenção do Posto PRF.	24,50
N.F. 004057 – materiais manutenção caixa d'água	Manutenção da caixa d'água.	28,50
N.F. 0202 – serviço de manutenção	Recuperação da bomba d'água e revisão do motor elétrico da lavadora.	242,00
N.F. 0203 – serviço na bomba	Recuperação do sistema hidráulico da bomba d'água e revisão no sistema elétrico da bóia elétrica.	326,00
Totais		1.955,01

Suprido: LEOMAR DE MELO BARBOSA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 9464 – material elétrico	Manutenção do sistema elétrico da Del. 1/3	785,70
N.F. 047570 – material hidráulico	Manutenção da parte hidráulica da Del. 1/3	200,00
Totais		985,70

Suprido: MOISÉS ALVES DA SILVA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 023304 – mat. elétrico	Manutenção da Delegacia 1/5.	173,31
N.F. 13555 – materiais p/ manut. imóvel	Aquisição de materiais para manut. do banheiro do Posto PRF de Santa Rita do Araguaia.	55,00
N.F. 13580 – materiais p/ manut. da porta da Delegacia	Aquisição de fechadura e solvente para pintura da porta da Delegacia.	75,00
Totais		303,31

Suprido: ALAN KARDEC GUIMARÃES SOUZA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 000120 – materiais manut. Imóvel	Manutenção da parte hidráulica da Delegacia	124,61
N.F. 000632 – materiais elétricos	Manutenção da parte elétrica da Delegacia.	53,40
N.F. 000003 – materiais elétricos	Por motivo de curto circuito, danificou os fios e disjuntor do Posto.	66,80
N.F. 030627 – materiais manut. Imóvel	Substituição do forro do teto da cozinha do Posto por PVC, pois o forro de madeira estava apodrecido, servindo de abrigo p/ insetos.	340,07

N.F. 037196 – materiais manut. Imóveis	Após recuperação das paredes da Delegacia, sendo corrigidas irregularidades, foi efetuada pintura das mesmas.	404,95
Totais		989,83

Suprido: ROGÉRIO DIAS EVANGELISTA MODANÊS

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 373547 – materiais e mão-de-obra da moto serra	Manutenção da moto serra modelo Magnon Stihl 038 pertencente ao Posto de Rianópolis.	57,80
N.F. 12527 – bateria	Aquisição de bateria -V14.	150,00
Totais		207,80

Suprido: JANDER EUSTÁQUIO BARBOSA DA COSTA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 001111 – materiais de expediente	Aquisição de cavalete porta-bloco e marcador quadro branco para utilização no Curso de Capacitação de servidores.	130,00
Totais		130,00

Suprido: JOSÉ CALIXTO SUARES BISPO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 049352 – Mat.informática Cabo – Par nexans e Filtro de linha 05 tom techn.	Aquisição para o NUTEL - Material necessário p/reparos na manutenção dos equip. informática	365,70
N.F. 008370 – Mat.Copa e Cozinha /bule/quador	Solicitação do NUSEG mat. Utilizado na copa p/fazer chá e café	491,68
N.F. 019299 – Mat.elétrico	Solicitação do NUSEG mat. Manutenção da rede elétrica da Sede(Campinas e Jd. Guanabara)	329,82
N.F.774 – Serviço manutenção em notebook	NUPAT/SAF - manut. de equip. transferidos pelo DPRF, porém, usados.	545,00
Totais		1.732,20

Suprido: MOISÉS ALVES DA SILVA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 0024 – Mat.elétrico (carregador de pilha,memória micro e leitor cartão)		140,00

N.F. 0092 - Mat. Elétrico (lâmpada eletrônica)	Reposição de lâmpadas queimadas no posto Jataí-GO	99,50
N.F. 3560 -Mat.elétrico (lâmpadas fluorescente e spot 02 elementos	Reposição de lâmpadas queimadas e troca de spot danificado na Delegacia	103,95
N.F. 0229 – Mat.expediente fita adesiva, pasta plástica e envelope plástico		105,80
N.F. 0010 – Mat. Bens imóveis – cifão e fita veda rosca	Material para conserto de pia danificada posto Santa Rita do Araguaia-GO	14,60
N.F.150536 – Mat.bens imóveis-Telha tipo canaleta.	Substituição telhas na garagem do posto PRF Jataí-GO	177,74
N.F. MDF e cola	Material usado para guardar armas longas no posto Jataí-GO	144,00
N.F. 150217 – Mat. Bens imóveis – fita multi vedacit auto adesiva	Material para recuperação de telha no posto PRF Jataí-GO	31,15
Totais		816,74

TABELA CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO: DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE SAQUES.

2007
12.226,23 (*)

(*) - Incluso o valor de R\$ 131,03 devolvido por GRU, sendo considerado como efetivamente gasto.

Suprido: ÁLVARO DE RESENDE FILHO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 2356 – aquisição gás	Gás de cozinha para a Delegacia.	96,00
N.F. 039639 – lençol de borracha	Para ser colocado na mesa onde ficam os equipamentos eletrônicos (rádio e computador) do Posto por estar dando choque e estragando os mesmos.	36,00
N.F. 16925 – aquisição de bomba anauger	O reparo teria um alto custo, portanto, não seria viável.	193,00
N.F. 2349 – materiais de expediente	Materiais p/ uso da Delegacia.	37,00
N.F. 3881 – materiais p/ manut. Imóveis	Manutenção da Delegacia.	28,80
N.F. 3880 – materiais elétricos	Manutenção da Delegacia.	81,70

N.F. 417 – aquisição de placa	Placa acrílica para a Delegacia.	300,00
N.F. 042 – serviço de torno	Serviço na peça da bomba de lavar.	100,00
N.F. 2677 – serv. desinsetização	Desinsetização em toda área externa da Delegacia.	735,00
Totais		1.607,50 (**)

(**) - Foi devolvido por GRU, o valor de R\$ 72,50 entretanto, deve ser considerado como valor efetivamente gasto.

Suprido: JOSÉ CALIXTO SUARES BISPO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 015645 – mat. elétrico	Manut. do NUTEL.	16,00
N.F. 23746 – mat. elétrico	Aquis. disjuntor e lâmpadas halogêneas.	116,00
N.F. 1716 – mat. manut. imóvel	Aquis. antena, cabos, suporte etc para NUCOM.	157,00
N.F. 0352 – gás 13 kg	Aquisição de gás de cozinha p/ uso da sede da Superintendência.	160,00
N.F. 1995 – confecção de uniforme	Uniforme especial para gestante – PRF Júlia Silva Coelho.	210,00
N.F. 01585 – manut. Compressor	Manutenção no motor do compressor kahlback 3cv 2 polos 220/380 da Del. 1/1	125,00
N.F. 7275 – manut. minibar	Serviço de manut. minibar Consul, série F9792076	190,00
N.F. 7068 – manut. Ar condicionado	Serv. manut. No condicionador de ar Springer.	210,00
N.F. 015 – serviço da ECT	Ref. recebimento de envio de 2 etilômetros, série 043097 e 07750 e de 2 radares, série 33793 e 33820.	94,00
Totais		1.278,00

Suprido: JOSÉ ELZO ANTÔNIO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 0031 – gás	Recarga de gás de cozinha.	90,00
N.F. 126 – serviço elétrico	Reparos na parte elétrica do Posto PRF.	185,40
GRU Secret. TRF	Pagamento de cópia do proc. 2006.35.02.011.866-2-JF/Anápolis-GO conf. Ofício 002/2007/CPAD	24,60
Totais		300,00

Suprido: LEOMAR DE MELO BARBOSA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 118 – serviço de instalação	Manutenção elétrica e hidráulica da Del. 1/3	360,00

elétrica e hidráulica		
N.F. 7531 – serviço prestado no condic. de ar Springer	Conserto do ar condicionado – O.S. 134480	100,00
N.F. 7530 – botão comando e hélice plástica do ar condicionado Springer	Material de reposição ref. Conserto do ar condicionado Springer	53,00
N.F. 039 – serv. de extensão do telefone Voz sobre IP	A extensão sai do Rotiador até o Mini Switch e em seguida segue via cabo tipo Par Trançado pela tubulação da rede.	40,00
N.F. 01052 – confecção suporte em ardósia	Para melhor acomodação do rádio, computador, impressora e telefone. A ardósia foi doada por um PRF	480,00
N.F. 01052 – serviço de manutenção na bancada de granito	A bancada apresentava rachaduras.	279,00
Totais		1.320,00 (***)

(***) - Foi devolvido por GRU, o valor de R\$ 7,80 entretanto, deve-se considerar como efetivamente gasto.

Suprido: MOISÉS ALVES DA SILVA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 569 – materiais elétricos	Manut. dos aparelhos de ar condicionado da Delegacia e do Posto de Jataí.	195,00
N.F. 5031 – serv. manut. nos aparelhos de ar condicionado	Revisão geral nos aparelhos de ar condicionado e aplicação de bactericida.	300,00
N.F. 19758 – gás de 13 kg	Aquisição de gás de cozinha p/ Deleg. 1/5	66,30
N.F. 1139 – materiais p/ manut. lavadora de pressão	Aquis. de válvula, gaxeta, rolamento, retentor, pistão e anéis p/ manutenção da lavadora de pressão.	249,70
N.F. 049 – serviço de reparo	Reparo no FAX, modelo SHARP.	100,00
N.F. 046 – serviço de reparo	Reparo no Nobreak da Delegacia	85,00
N.F. 019137 – serviço de manutenção bebedouro	Manut. Bebedouro elétrico do Posto PRF de Santa Rita do Araguaia.	100,00
N.F. 6610 – aquisição de vidros	Vidros para janelas do Posto de Jataí que estavam quebrados.	159,00
N.F. 006255 – aquisição mangueira	Mangueira para lavadora de pressão.	130,00
N.F. 2004 – material elétrico	Aquisição de materiais elétricos para manut. Delegacia.	85,00
N.F. 291 – aquisição de cabos	Cabo para manutenção do etilômetro.	95,00
N.F. 001026 – serviço na lavadora	Manutenção na lavadora jacto 5500.	50,00
Totais		1.615,00

Suprido: ALAN KARDEC GUIMARÃES SOUZA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 001025 – aquisição de fechadura	Proteção e seguranças das instalações da PRF.	55,00
N.F. 00034 – materiais elétricos	Troca do quadro de comando danificado por motivo de curto circuito.	590,00
N.F. 037247 – materiais p/ manutenção de imóvel		347,00
N.F. 641 – gás	Recarga de gás de cozinha.	170,00
N.F. 703026 – serviço manut. Imóvel	Por motivo de infiltrações nas paredes das salas da Delegacia.	750,00
Totais		1.912,00

Suprido: JOSÉ LUIZ NETO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 007733 – serviço de detetização	Efetuada detetização na Delegacia 1/7 – Porangatu/GO.	300,00
Totais		300,00

Suprido: ROGÉRIO DIAS EVANGELISTA MODANÊS

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 006772 – serviço manutenção na impressora	Impressora jato de tinta HP-Hew, HP Deskjet 680C que estava com barulho no carro, foi efetuado substituição do PAD, Pinch Roller's, limpeza e ajustes.	80,00
Totais		80,00

Suprido: JANDER EUSTÁQUIO BARBOSA DA COSTA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F. 117236 – impressos	Impressos 80x60 p/b sulfite 90 g	120,00
N.F. 182 – material p/ curso	Aquisição de miolo PTO de 14mm de espessura para ser transformado em apoios, similares a colchonetes, no formato retangular, para uso nos procedim. do curso de capacitação dos servidores, a fim de evitar lesões corporais.	180,00
Totais		300,00

Suprido: JOSÉ CALISTO SUARES BISPO

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (R\$)
N.F.006226 – Cera automotiva	Solicitação NOE- para encerar as viaturas para festividades de 7 de setembro.	64,00
N.F. 0364 – Gás de cozinha	Solicitação NUSEG utilizado na copa	96,00
N.F. 0968 – Mat.Elétrico	NUSEG conserto da bomba d'água do posto Rianópolis	240,00
N.F. 61726 – Água Mineral	Cancelado contrato 07/2007, a vigilância sanitária considerou a água insatisfatória para beber.	380,00
N.F. 1281 – Serviço bactericida	Necessidade de desinsetização geral na sede da Superintendência	630,00
N.F. 7865 – Manut.ar condic.	Solicitação NUSEG – para conserto de: 02 ar condicionados da SRH que foram danificados e à época, não havia outro para substituir.	350,00
N.F. 007541 – Confecção envelope tam. officio	Evitar descontinuidade no envio de correspondências	160,00
Totais		1.920,00

Suprido: MOISÉS ALVES DA SILVA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor (\$)
N.F. 00640 – Trena fibra	Material para medição em acidentes de trânsito	80,00
N.F. 03886 – Mat. Elétrico – interruptor elétrico	Substituição de material que estava danificado	62,40
N.F. - 27752 -Carimbo	Confecção de carimbo de Chefes substituto da Delegacia 1/5.	54,00
N.F. 20272 – Gás GLP	Reposição de gás de cozinha para os postos da 5ª Delegacia PRF	105,00
N.F. 6828 – Vidro	Substituição do vidro da porta do box banheiro que estava quebrado no posto Jataí-GO.	190,00
N.F. 655 – Mat. Bens imóveis (cimento e brita)	Material para colocar 02 ar condicionados e reparo na calçada do posto PRF Jataí-GO	150,00
N.F. 2797 – mat.bens móveis kit reparo lavadora	Material reposição máquina estragada.	80,00
N.F. 2049 Serviço Bens móveis	Conserto da moto-serra do posto Jataí-GO.	100,00
N.F. 5164 Serviço Revisão geral ar condicionado	Conserto em equipamento danificado e necessário ao posto	90,00
N.F. 854 Serviço Colocação de ar condicionado, reparo piso calçada.	Colocação de 02 ar condicionados e reparo na calçada do posto Jataí-GO	150,00

N.F.0041 – Serviço de Suporte para ar condicionado	Confecção de 02 suportes para ar condicionado	251,00
N.F. 358 – Serviço conserto de mobiliário(cadeiras)	Serviço de reparo em 02 cadeiras estofadas que estava quebradas no posto Jataí-GO	212,00
Totais		1.524,40

ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE (CONFORME ITEM 9 DO CONTEÚDO GERAL POR NATUREZA JURÍDICA DO ANEXO II DA DN – TCU Nº 85/2007)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Ofício nº 546/2007-TCU/SECEX-6, de 25/06/2007

A Secretária de Controle Externo, Dra. Vanda Lúcia Romano da Silveira solicita que seja encaminhada até o dia 30/07/2007 as seguintes informações referentes aos contratos de terceirização de Serviços de Limpeza e Conservação e de Vigilância, celebrados por todos os órgãos e entidades vinculados, incluindo, se houver, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista:

- a) a unidade contratante;
- b) tipo de serviço prestado;
- c) a empresa contratada e CNPJ;
- d) valores pagos durante o exercício de 2006;
- e) vigência do contrato; e
- f) outras informações que possam ser relevantes, como casos de contratação emergencial.

As informações foram prestadas via e-mail ao Dr. José da Cruz Lira, Assessor Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, na data de 09/07/2007, às 15:09h. Esclareço e justifico que o citado Ofício nº 546/2007-TCU/SEDEX-6, de 25/06/2007 foi encaminhado à Seção Administrativa e Financeira também por e-mail e a resposta foi solicitada também por e-mail.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Ofício nº 1846/2007/CGU/GO-PR, de 19/01/2007

A Controladoria Geral da União em Goiás faz a apresentação do Coordenador de Equipe de Auditoria de Gestão, Sr. Rodrigo Souza Zanzoni, Técnico de Finanças e Controle, que realizou os exames de auditoria sobre os atos e fatos da gestão do exercício de 2006. Anexa, segue a Solicitação de Auditoria nº 189591/001, de 22/01/2007 onde seguem alguns questionamentos efetuados a ser encaminhados ao coordenador de equipe visando agilizar os trabalhos de auditoria.

A resposta ao citado ofício foi feita através do Ofício nº 0105/2007/1ª SR/DPRF/GO, de 22/01/2007 ao Dr. Luiz Gonzaga Álvares de Oliveira, encaminhando as informações requeridas na referida Solicitação de Auditoria nº 189591/001.

Solicitação de Auditoria nº 159591/002, de 26/02/2007

A CGU/GO, através da Solicitação de Auditoria nº 159591/002, de 26/02/2007 solicita o encaminhamento de 01 (uma) via do processo nº 08662000254/2007-24, contendo a Tomada de Contas relativa ao exercício de 2006.

A resposta à citada SA foi feita através do Ofício nº 0360/2007/1ª SR/DPRF/GO, de 27/02/2007 encaminhando 01 (uma) via do aludido processo no dia seguinte, 27/02/2007.

Solicitação de Ação de Controle nº 01/199517/CGU – Regional/GO

A CGU/GO, através da Solicitação de Ação de Controle nº 01/199517/CGU – Regional/GO, solicita o encaminhamento de alguns documentos, bem como esclarecimentos sobre a forma de ressarcimento de diárias e qual documento interno do órgão permite ao Ordenador de Despesas autorizar a concessão de diárias.

A resposta à citada solicitação foi feita através do Ofício nº 2459/2007/1ª SR/DPRF/GO, de 25/09/2007 encaminhando os documentos requeridos e explicando que os comprovantes (GRUs) de ressarcimento de diárias são anexados junto a Proposta de Concessão de Diárias – PCD do servidor beneficiário e que o documento que permite ao nosso Ordenador de Despesas autorizar qualquer despesa é o nosso Regimento Interno, Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, em seu Inciso III do Artigo 107, o qual o Superintendente e seu substituto legal são declarados, respectivamente, Ordenador de Despesas e Co-Ordenador de Despesas.

ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO (CONFORME ITEM I-1.3 DO ANEXO X DA DN – TCU Nº 85/2007)

Não foram registradas no órgão ocorrências desta natureza no exercício de 2007.

ANEXO F - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO (ITEM 11 DO ANEXO II DA DN-TCU-85/2007)

Veja a seguir quadro demonstrativo dos atos encaminhados para análise da CGU/GO no exercício de 2007:

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC - QUANTIDADE
ADMISSÃO	00	00
DESLIGAMENTO	03	03
APOSENTADORIA	10	10
PENSÃO	02 (01 instituidor)	02 (01 instituidor)

Fonte: Seção de Recursos Humanos – 1ª SR/DPRF/MJ

